UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Programa de Pós-Graduação em Integração da
América Latina

PAULA ANDREA RODRÍGUEZ ALVARADO

Mulheres negras na Economia Solidária: autonomia,
identidade e resistência.

Um estudo comparativo entre a Colômbia e o Brasil

São Paulo

2016

PAULA ANDREA RODRÍGUEZ ALVARADO

Mulheres negras na Economia Solidária: Autonomia, Identidade e Resistência.

Um estudo comparativo entre a Colômbia e o Brasil

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo para obtenção do Título de Mestre em Ciências.

Linha de pesquisa: Comunicação e Cultura

Orientadora: Prof (a). Dr (a). Dilma de Melo Silva

São Paulo

2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meioconvencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

A472m	<p>Alvarado, Paula Andrea Rodríguez Mulheres negras na economia solidaria: autonomia, identidade e resistência. Um estudo comparativo entre a Colômbia e o Brasil / Paula Andrea Rodríguez Alvarado ; orientadora Dilma de Melo Silva. - São Paulo, 2016. 190 f.</p> <p>Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina. Área de concentração: Integração da América Latina.</p> <p>1. MULHERES -- BRASIL;COLÔMBIA. 2. NEGROS -- BRASIL;COLÔMBIA. 3. ECONOMÍA SOLIDÁRIA. 4. RESISTÊNCIA. 5. PROBLEMAS SOCIAIS. I. Silva, Dilma de Melo , orient. II. Título.</p>
-------	--

Nome: RODRÍGUEZ ALVARADO, Paula Andrea

Título: Mulheres negras na Economia Solidária: autonomia, identidade e resistência. Um estudo comparativo entre a Colômbia e o Brasil

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo para obtenção do Título de Mestre em Ciências.

Aprovada em: ____/____/____

Banca Examinadora

Prof. (a) Dr (a): _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. (a) Dr (a): _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. (a) Dr (a): _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

*A Dany, mi amor, mi compañero, mi amigo
porque transitar esta vida junto a ti la torna más leve.*

*Con todo mi cariño y admiración
A las mujeres que hicieron posible esta investigación
Amigas, diosas, maestras*

*A Maya e a Dalí
que sólo con su presencia
me devuelven la calma
y que me ayudan a encontrar
la felicidad en las cosas simples.*

AGRADECIMIENTOS

A escrita é um exercício que nos confronta, nos ensina e nos fortalece. Este longo caminho me fez saber das minhas certezas e incertezas e me ensinou a encará-las. Este processo não teria sido possível sem o apoio, amor, paciência e a solidariedade da família, dos amigos, professores, colegas e pessoal administrativo. Nesta caminhada compartilhada, quero expressar minha gratidão nas seguintes linhas, especialmente...

Às mulheres maravilhosas no Brasil e na Colômbia que me permitiram conhecer suas histórias e que são a razão de ser deste trabalho.

Agradeço a Dany por seu amor e cumplicidade, por estar a meu lado, por não soltar minha mão, por seu apoio nos momentos mais difíceis, mas, sobretudo, por sempre crer em mim.

À minha família, meus pais, Blanca e Hernando, a quem devo minha existência e tudo o que sou, Mony, Adri e David, meus irmãos, por seu amor e apoio incondicional, às minhas sobrinhas, porque me motivam a acreditar e trabalhar por um mundo livre de violências contra as mulheres. Meus sogros, Nubia e Edilberto, por seu apoio, carinho e companhia nestes anos, especialmente à Nubi por sempre estar disposta a me escutar e ajudar. A Juan, que com sua forma de olhar o mundo nos ensina que existem outros caminhos possíveis.

Ao meu maravilhoso Círculo de Mulheres, Ivonne, Lady e Martha, que desde o primeiro dia deste projeto me ensinaram, acompanharam e deram a força para concluir esta etapa.

À minha irmã de alma Lina, colaboradora incessante desta pesquisa, que, na distância, e desde o começo, me apoiou, orientou, escutou e foi também fundamental neste processo. Fico grata por suas palavras e sorrisos, por abrir-me as portas da sua casa e da sua vida.

A Meus amigos na Colômbia, que à distância sempre me acompanharam: Francy e Paty, amigas de mais de uma década, a Jorge, por ser professor e amigo e por sempre estar presente, a Mile, que sempre sabe como me acalmar e dar alegria a meus dias, a Angelo, pelo carinho e apoio incondicional, a David Marulanda, por compartilhar seus saberes.

A meus amigos e colegas no Brasil, principalmente a Jáder, por sua paciência, seu

trabalho e sua colaboração neste texto.

Ao grupo de amigos colombianos no Brasil, que tem me dado sua companhia e sua alegria durante estes anos no Brasil: Andrés, Maria Isabel, Santiago, Astrid, Diego, Maria Paula, Ana, Natalia e, em especial, à Margarita e Claudia, colegas, companheiras e confidentes.

À minha orientadora a professora Dilma de Melo por acolher desde o primeiro momento minha proposta de pesquisa, por confiar em meu trabalho e potencial e pela infinita paciência em cada passo dado.

A meus colegas do Prolam: Waldo, Sofia, Wilbert, Liana, por suas contribuições nos espaços acadêmicos.

Ao professor Renato Bras Oliveira de Seixas e à professora Ronilda Ribeiro por suas valiosas contribuições no exame de qualificação e durante as enriquecedoras aulas compartilhadas. À professora Vivian Urquidi, por ser exemplo e por me permitir...

Um agradecimento especial e com muito carinho a Gisela Zaremborg, da Flacso México, por seus aportes e principalmente por seus questionamentos, por ser amiga e confidente desta causa.

À senhora Gloria Luna Rivillas da Red Departamental de Mujeres Chocoanas, que sempre esteve à disposição para colaborar nesta pesquisa, e à senhora Úrsula Holzapfel, por sua disposição, tempo e abertura para responder todas as minhas indagações.

Desejo agradecer também às mulheres que, articuladas e organizadas em diversos espaços, permitiram aproximar-me, conhecer, aprender e entender sobre as diversas formas de opressão que, como mulheres, nos afetam. Especialmente aos coletivos de mulheres negras e mulheres imigrantes no Brasil.

Desejo também agradecer à Universidade de São Paulo e ao Programa de Integração de América Latina – PROLAM, que abriram suas portas para que eu cumprisse um sonho que há não muito tempo parecia inalcançável. Igualmente ao Rodrigo e ao William por sempre tentar me ajudar com minhas múltiplas dúvidas.

Finalmente, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão de bolsa de mestrado que permitiu minha dedicação exclusiva a este processo.

*Mulher negra em frente ao espelho
Quando me olho
Vejo o passado e o futuro
Ambos moram em mim
Me convidam e me expulsam
Me acolhem e me convocam
Me equilíbrio entre ambos
Me reconheço*

*O corpo negro
Os lugares do desejo
A mulher negra em frente ao espelho
Os não lugares
Os não desejos
Os meus desejos
A mulher negra em frente ao espelho
Encara e encarna a mulher negra dentro de mim
... E o militante histórico
Olha para o espelho HOJE
e não encontra
o corpo de anos atrás.
E pela marca
de sentimentos e pensamentos presentes
localiza as ausências
e se conhece
reconhece
Desconhece*

*Corpo que pensa
Corpo que sente
Corpo que se coloca em luta
Cor
Pô!*

Larissa Borges
Coletânea de Literatura Feminina Negra
Louva Deusas

RESUMO

RODRÍGUEZ, P. A. **Mulheres negras na Economia Solidária: Autonomia, Identidade e Resistência.** 2016. 30 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo. 2016.

A presente dissertação examina as condições de vida de dois grupos de mulheres negras, um na cidade de Quibdó na Colômbia e outro em São Paulo – Brasil, que se atuam no âmbito da economia solidária como artesãs e no ramo de design e confecção de roupas afro. Especificamente este estudo buscou identificar as transformações que surgiram na vida das mulheres a partir da sua atuação nesse espaço. Esta pesquisa é de caráter exploratório, descritivo e qualitativo, desenvolvida principalmente a partir das definições elaboradas pelas participantes. Daí que para a obtenção da informação o insumo principal foram entrevistas etnográficas. Além desse método, foram feitos: observação participante e diários de campo. Os resultados da pesquisa estiveram analisados à luz dos postulados da Colonialidade do Poder proposta por Aníbal Quijano e da análise interseccional de Kimberly Crenshaw concretamente entre as categorias de classe, raça e gênero. Os resultados foram contrastados a partir de análises categorial, levando em conta os contextos particulares de cada grupo. Esta dissertação contribui para evidenciar que se bem as estratégias de economia solidaria constituem projetos a pequena escala, podem tornar-se transformadores para grupos específicos de população e ter um alcance maior ao ser transgressores de uma ordem estabelecida que se esforça por mantê-las em subordinação. Nesse sentido, conclui-se que constituem propostas decoloniais de resistência e transformação.

Palavras Chave: Mulher Negra, Economia Solidária, Resistência, Trabalho Coletivo.

ABSTRACT

RODRÍGUEZ, P. A. **Black woman in the Support Economy: Autonomy, Identity and Resistance**. 2016. 30 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo. 2016.

The following project analyses life conditions from two black women groups. One of them is from at Quibdo City in Colombia and the other comes from São Paulo - Brazil. Both work with support economy as artisans on the field of afro clothes' designing and manufacturing. This research specifically tried to figure out the life changes these women have experienced since the beginning of their participation on it. This investigation has been exploratory, descriptive and qualitative. It was mainly developed through the participant experiences and definitions. To get information the most important evidences were ethnographic interviews. Plus analysis and journals. The research results were based on Anibal Quijano's postulates of Power of Coloniality and intersectional analysis from Kimberly Crenshaw. In particular, class, race and genre items. The results were based on thematic analysis, taking into account specific situations for each group. This research helps to highlight that strategies of Support Economy are projects in development, and they could reach specific groups to get better conditions different from the establishment, which tries to subordinate these kinds of populations. As a conclusion, these strategies constitute descolonial projects of resistance and transformation.

KEY WORDS: Black Woman, Support Economy, Resistance and Group Work.

RESUMEN

RODRÍGUEZ, P. A. **Mujeres negras en la Economía Solidaria: Autonomía, Identidad y Resistencia.** 2016. 30 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo. 2016.

Esta tesis analiza las condiciones de vida de dos grupos de mujeres negras, uno en la ciudad de Quibdó en Colombia y otro en São Paulo - Brasil, que se desempeñan en el ámbito de la economía solidaria como artesanas y en el área de diseño y confección de ropa afro. Concretamente este estudio busco identificar los cambios que han surgido en la vida de las mujeres a partir de su participación en este espacio. Esta investigación es de carácter exploratorio, descriptivo y cualitativo, desarrollada principalmente a partir de las definiciones elaboradas por las participantes. Por lo tanto, para obtener la información el insumo principal fueron entrevistas etnográficas. Además se realizó: observación participante y diarios de campo. Los resultados de esta investigación fueron analizados a la luz de los postulados de la Colonialidad del Poder de Aníbal Quijano y el análisis interseccional de Kimberly Crenshaw en particular entre las categorías de clase, raza y género. Los resultados fueron contrastados a partir de análisis temático, teniendo en cuenta las situaciones específicas de cada grupo. Esta investigación ayuda a resaltar que, si bien las estrategias de economía solidaria son proyectos a pequeña escala, puede llegar a ser transformadores para grupos específicos de la población y tener un mayor alcance al ser transgresores de un orden establecido que se esfuerza por mantener en subordinación a estos grupos. En consecuencia, se concluye que estas estrategias constituyen proyectos decoloniales de resistencia y transformación.

Palabras clave: Mujer Negra, Economía Solidaria, Resistencia, Trabajo Colectivo.

SÚMARIO

1	INTRODUÇÃO	1
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	7
2.1	Mulher negra: entre a Colonialidade do Poder e a Colonialidade do Gênero 7	
2.2	A Colonialidade do Poder: refletindo sobre o lugar da América Latina	7
2.3	Colonialidade do Gênero: o lugar da mulher negra na América Latina.....	10
2.4	Interseccionalidade e articulação para problematizar a condição das mulheres negras	11
2.5	Categorias em interseção e articulação.....	15
2.6	Ser mulher, ser negra, ser latino-americana: construção de identidades..	17
2.7	UMA ECONOMIA SOLIDÁRIA PARA A CONSTRUÇÃO DE NOVOS SIGNIFICANTES	19
3	METODOLOGIA DA PESQUISA.....	24
3.1	Guia temático para entrevista e para trabalho de campo	26
3.2	Obtenção de informação: diários de campo, entrevistas e observação participante	27
3.3	Transcrição de entrevistas e diários de campo	30
3.4	Organização da informação.....	30
3.5	Associação da informação	33
3.6	Análise da informação	33
3.7	Seleção dos grupos.....	34
3.8	Cuidados Éticos	35
4	CONTEXTO DA PESQUISA	37

4.1	De Quibdó a São Paulo: a população negra em duas cidades da América Latina	37
4.2	Chocó: entre a riqueza natural e o abandono ESTATAL	38
4.3	O conflito armado e social no Chocó.....	43
4.4	São Paulo: desenvolvimento para quem?	46
4.5	O caminho para o reconhecimento	55
4.6	Políticas de apoio a empreendimentos.....	60
5	<i>Tecendo, costurando e pintando histórias.</i>	64
5.1	Experiência coletiva: mulheres que se encontram	64
5.1.1	Artesanías Choibá.....	64
5.1.2	Coletivo de Mulheres Negras Empreendedoras <i>Guardiãs</i>	70
5.2	Entre bonecas, vestidos e máscaras.	72
5.3	Remendando a vida com as mãos	82
5.4	Algumas considerações	92
6	<i>Trajetórias das mulheres negras</i>	94
6.1	ENTRE A EXCLUSÃO E A EXPLORAÇÃO: NA BUSCA POR TRABALHO DIGNO.	95
6.2	NÓS TAMBÉM QUEREMOS ESTUDAR. O DIREITO À EDUCAÇÃO DAS MULHERES NEGRAS.....	104
6.3	INVISÍVEL VS EVIDENTE. VIOLÊNCIA DE GÊNERO DO PRIVADO AO PÚBLICO E POLÍTICO.....	108
6.4	Em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher.	109
6.5	Chamaram-me <i>negra</i> , eu me sinto orgulhosa de ser Negra.	116
6.6	O Estado também pode ser violento.....	120
6.7	Algumas considerações	127
7	<i>AS MULHERES NEGRAS E SEU YENYERÉ: O TRABALHO COLETIVO COMO PRÁTICA DE RESISTÊNCIA</i>	129
7.1	Encontros e desencontros: mulheres negras tecendo.....	129

7.2	“Valorizar nossa negritude”. O primeiro passo para a resistência.....	134
7.3	Um ofício que transforma	137
7.4	Participar para aprender e construir	139
7.5	Bordando o futuro	142
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	145
	REFERENCIAS	147

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Modelo de formato do Diário de Campo. Exemplo de anotações realizadas na Colômbia entre julho e agosto de 2015.....	28
Figura 2. Modelo do Formato de Observação Participante. Anotações realizadas no Brasil em novembro de 2015.....	29
Figura 3. Imagem do software QDA Miner. Exemplo da análise de uma entrevista feita segundo categorias propostas.....	31
Figura 4. Vista aérea das cidades de: a. São Paulo. http://cafepasa.blogspot.com.br/2013/05/sao-paulo-mega-capital-dos-paulistas.html . b. Quibdó. http://puntoh.ning.com/photo/vista-a-rea-de-quibd-choc-colombia	37
Figura 5. Mapa de localização do Departamento do Chocó na Colômbia. Fonte: Instituto Geográfico Agustín Codazzi (IGAC) http://www.igac.gov.co:10040/wps/portal/igac/raiz/iniciohome/MapasdeColombia/Mapas/Departamentales	39
Figura 6. Mapa de localização Município Quibdó no Departamento do Chocó e na Colômbia. Fonte. Prefeitura de Quibdó, https://www.quibdo-choco.gov.co/	41
Figura 7. Mapa de Localização do Estado de São Paulo e sua capital no Brasil e na América do Sul. Modificado de: http://www.guiageo.com/america-sul.htm ., e http://www.mapas-sp.com/grande-sp.htm	47
Figura 8. Mapa de Subprefeituras da cidade de São Paulo. Fonte: http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/1991.php	49
Figura 9. Distribuição da população de São Paulo por renda per capita familiar e faixas de rendimentos segundo cor ou raça - Brasil, 2012. Dados obtidos de IPEA Situação social da população negra por estado 2014.....	51
Figura 10. Dados sobre educação em São Paulo 2012. A. População com 15 anos ou mais de idade, segundo cor ou raça e faixa de anos de estudo concluído. B. Cobertura e escolarização líquida segundo cor ou raça. Dados obtidos de IPEA – Situação social da população negra no Estado, 2014.....	51
Figura 11. Desocupados sobre a IPEA com 16 anos de idade ou mais segundo cor ou raça – São Paulo, 2012. Dados obtidos de IPEA (2014).....	52

Figura 12. Distribuição da população com 16 anos de idade ou mais segundo a posição na ocupação por cor ou raça – São Paulo, 2012. Dados obtidos de IPEA (2014).....	53
Figura 13. Integrantes Artesanías Choibá. Arquivo pesquisa.	65
Figura 14. Filha de Abigail. Observe-se na mão direita a pulseira para prevenir o “mal de olho”. Arquivo pessoal entrevistada.....	68
Figura 15. a. Foto Ursula. b. c. Oficinas Artesanías Choibá. d. Loja Artesanías Choibá.....	69
Figura 16. Coletivo Guardiãs. Arquivo pessoal entrevistada.....	70
Figura 17. Bonecas negras Artesanías Choibá. Arquivo de pesquisa.....	73
Figura 18. Produtos fabricados por Artesanías Choibá. Arquivo da pesquisa.	74
Figura 19. Bonecas <i>Makena</i> . Arquivo pessoal entrevistada.....	75
Figura 20. Peças confeccionadas por Esther. Arquivos pessoais entrevistadas.	76
Figura 21. Peças confeccionadas por Sandra. Arquivos pessoais entrevistadas.	77
Figura 22. Produtos desenhados e fabricados por Daniele. a. Mascaras. b. Elementos decorativos feitos em <i>biscuit</i> . Arquivo pessoal da entrevistada.....	78
Figura 23. Oficina ministrada no Festival Pé na África. Arquivo pessoal entrevistada	81
Figura 24. Oficina ministrada a um grupo de mães jovens. Arquivo da pesquisa.	81
Figura 25. Integrantes de Artesanías Choibá trabalhando na confecção de bonecas negras. Arquivo da pesquisa.....	83
Figura 26. Contraste do penteado das bonecas com os penteados atuais das crianças. Arquivo da pesquisa.....	84
Figura 27. a. boneca representando a etnia Wayúu b. boneco rastafári, c. d. Vestidos em tricô,. Arquivo da pesquisa.	85
Figura 28. Peça de pano em <i>Mola</i> e carteira com bordado em ponto de cruz. Arquivo da pesquisa.....	86
Figura 29. Detalhe de bordados: bolsa e aventais. Arquivo da pesquisa.....	87
Figura 30. Boneca <i>Abayomi</i> feita pela pesquisadora durante uma oficina de Potira. Arquivo da pesquisa.....	89

LISTA DE SIGLAS

ACNUR	Agencia da ONU para os Refugiados
AUC	Autodefensas Unidas de Colombia
CAIVAS	Centros de Atención e Investigación Integral de las Víctimas de Delitos Sexuais
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CMNE	Coletivo de Mulheres Negras Empreendedoras <i>Guardiã</i>
CONES	Consejo Nacional de la Economía Solidaria
CUT	Central Única de Trabalhadores
DANE	Departamento Nacional de Estatística
DIEESE	Departamento Intersindical de Estadística e Estudos Socioeconômicos
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
EF	Economia Feminista
ES	Economia Solidária
ESF	Economia Solidária e Feminista
ELN	Ejército de Liberación Nacional
FARC-EP	Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia – Ejército del Pueblo
FEPETI	Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FONES	Fondo de Fomento de la Economía Solidaria
FOPES	Fórum Paulista de Economia Solidária
FSM	Fórum Social Mundial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estadística
IGAC	Instituto Geográfico Agustín Codazzi
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada
LGBTT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros
LIFE	Localización de Información Forense Estadística
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
NBI	Índice de Necessidades Básicas Insatisfeitas
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONGs	Organizações não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PAT	Plan de Acción Territorial para Víctimas
PEA	População Economicamente Ativa
RBSES	Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária
SEADE	Fundação Sistema Estadual da Análise de Dados
SENA	Servicio Nacional de Aprendizaje
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SEPPIR	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República
SMPIR	Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial
SMPM	Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres
SPM/PR	Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
VPI	Violência por Parceiro Intimo

1 INTRODUÇÃO

Uma parte da história da América Latina tem sido definida a partir do processo de colonização e dependência econômica que gerou estruturas de poder que até hoje permanecem e que por sua vez influem na persistência das desigualdades sociais e da exclusão de alguns segmentos da população. Nesse sentido, o lugar atual das mulheres negras na região está permeado por este processo no qual até hoje continuam inscritas as marcas da escravidão.

Na contemporaneidade é o modelo de economia capitalista imposto nos países da América Latina que se ocupa de manter a subordinação destes grupos historicamente discriminados e invisibilizados. Esta forma de organização da sociedade constitui um reflexo de sistemas hierárquicos de dominação que se perpetuam através de múltiplas formas de discriminação nas que marcadores sociais como raça, gênero, classe, etnia, entre outros, podem coincidir, criando formas de opressão supremamente violentas. Nesse sentido, o segmento das mulheres negras é um dos mais atingidos, dado que nas suas vidas várias estas formas de opressão, em interseção e articuladas, se materializam em práticas como o racismo e o sexismo.

A influência destas condições influi em diversos âmbitos da vida e do desenvolvimento das mulheres negras. De tal forma, foram estas reflexões as que levaram à pergunta de como estas situações repercutem na autonomia econômica das mulheres negras, mas também interessou indagar as diferenças e semelhanças entre países como Brasil e Colômbia. Para começar com essa análise foram selecionados dois grupos de mulheres negras inseridas na economia solidária. O grupo da Colômbia tem por nome Artesanías Choibá e desenvolve seu trabalho na cidade de Quibdó; o grupo do Brasil é o Coletivo de Mulheres Negras Empreendedoras Guardiãs (CMNE), que funciona na cidade de São Paulo.

O principal objetivo da pesquisa foi a partir da comparação dos casos identificar as transformações que surgiram na vida destas mulheres. Para esse fim, foi necessário traçar um caminho que permitisse conhecer e compreender a situação das mulheres nos seus respectivos contextos, assim como o processo de incursão na economia

solidária como estratégia alternativa de trabalho e as mudanças geradas por essa participação.

Várias perguntas surgiram nesse caminho traçadas, principalmente, entre o antes e o depois da participação das mulheres no âmbito da economia solidária, mas também com a intenção de explorar os sentidos de ser mulher negra na América Latina. Que faziam antes de trabalhar como empreendedoras? Como descreveram suas vidas até o momento de começar essa prática? Por que optaram por essa forma de trabalho? Por que criar um grupo ou um coletivo?, como se organizam? Como trabalham? O trabalho na economia solidária tem influenciado na forma de perceberem-se como mulheres negras? Têm se apresentado transformações ao redor das suas vidas a partir dessa participação? Esse espaço incitou a participação em outros? Mudaram as relações com os(as) outros(as)? Ao final o propósito foi identificar se além de independência econômica surgiram outras mudanças contrastando as transformações nos dois grupos.

Por uma parte várias destas perguntas surgiram após a oportunidade de trabalhar na cidade de Quibdó. Nessa época, contribuía com uma pesquisa sobre a saúde sexual e reprodutiva das mulheres em várias regiões do país, entre elas o departamento do Chocó. Essa experiência permitiu uma aproximação a uma realidade até o momento desconhecida para mim. Minha formação como assistente social foi fundamental nesse processo, assim como no trabalho desenvolvido e nos resultados da pesquisa apresentada nesta dissertação. Por outro lado, morar na cidade de São Paulo fez com que surgissem em mim questionamentos pelas condições da população negra no Brasil, especialmente pelas das mulheres.

No contexto brasileiro, pela primeira vez comecei me a perguntar por uma auto identificação em termos de pertencimento racial, principalmente porque essa pergunta estava presente nos múltiplos formulários que devem ser preenchidos para regularizar a situação de migrante, abrir uma conta no banco, se inscrever na universidade, solicitar o serviço de saúde, enfim, todos os requerimentos próprios do processo de inserção em outro país. Até o momento da minha chegada ao aeroporto, na cidade de Guarulhos, tinha me autorreconhecido como mulher e como colombiana, nesse instante acrescentava-se o marcador de migrante e aparecia a pergunta pela autoidentificação racial.

Essa pergunta tornou-se central também para conseguir uma aproximação à

realidade das mulheres negras no Brasil. Pergunta que aparecia novamente em espaços que acompanhei do movimento negro nos que discutiam-se diversas pautas. A partir desses espaços comecei a me definir como mulher, colombiana, mestiça e descendente de afrocolombiano. Descobri que meu pai é em efeito um afro, mal chamado “chocolate” ou “cacau” por seus amigos pela cor da sua pele, mas que, no racismo do meu país, para ele se autorreconhecer como negro era sinônimo de ofensa, de algo ruim. Assim, a violência gerada pelo racismo esteve mais perto do que eu pudesse imaginar.

Como mulher, diversas perguntas também vinham se cruzando no meu cotidiano, perguntas que se tornaram mais constantes depois das extensas conversas com mulheres de várias partes do meu país enquanto participava da pesquisa sobre saúde sexual e reprodutiva. Umas das mais frequentes foram: por que as mulheres sofremos violência? E por que algumas sofrem mais violência que outras? Por que aqueles que amamos nos violentam? E desconhecidos também? Por que não posso usar as roupas que eu desejo? Por que o medo em nossas vidas parece ser permanente? Por que existem trabalhos para homens e trabalhos para mulheres? Por que temos que ficar em casa cuidando dos filhos e do marido quando queremos fazer outras coisas? E mais um sem número que até agora permanecem.

No meio destas inquietações descobri que as mulheres têm construído diversas estratégias para combater a violência (em todas suas formas). Constatei que não são sujeitos passivos e que criam alternativas para lutar contra as opressões que as atingem. O tempo vivido no departamento do Chocó, o qual é majoritariamente negro e onde as mulheres ocupam um lugar central nas relações familiares e comunitárias, foi fundamental para centrar meu interesse nas estratégias das mulheres negras na região para viver no meio de um contexto atravessado por diversas formas de violência.

Minha hipótese principal é que a participação em uma atividade de empreendedorismo tem gerado nelas não só autonomia econômica, também trata-se de uma atividade que contribui para transformar condições de opressão geradas pelo machismo, racismo e pelo fato de pertencer a uma determinada classe social. De tal forma constitui uma forma de trabalho que suscita nelas um processo de desconstrução e construção de si mesmas no cotidiano a partir da autorreflexão sobre as condições de gênero, raça e classe.

A tese central deste trabalho fundamenta-se, por uma parte, nas afirmações de Carneiro (2003) e Curiel (2007), que apontam que as marcas do colonialismo em nossas sociedades e sobre as mulheres negras manifestam-se na imposição de um sistema econômico moderno e capitalista que justifica a necessidade de opressão de um grupo sobre os demais, a exploração de sua força de trabalho e de seus territórios, com a ideia de propiciar maior desenvolvimento. Manifestam-se também na imposição de sociedades androcêntricas¹, a partir das quais justifica-se a necessidade da ordem patriarcal, no qual a mulher fica subordinada ao homem, e nas que difundem-se discursos eurocêntricos como verdades universais.

Por outra parte, dialoga-se com Collins (1989) e Crenshaw (1991). Collins (1989) adverte que esse lugar designado às mulheres negras influi nas relações com os outros e nas percepções sobre si mesmas, criando um ponto de vista particular e, portanto, uma situação específica na experiência da vida das mulheres negras. Daí que a experiência seja a forma a partir da qual as mulheres negras constroem o conhecimento na dinâmica da vida cotidiana ao pertencer a uma raça, gênero e classe. Nesse sentido, Crenshaw (1991) propõe a perspectiva de análise interseccional para poder explicar como estas categorias influem na vida das mulheres negras de forma interseccional.

Do mesmo modo, esta dissertação guia-se pelos postulados de Quijano (2000) sobre a colonialidade do poder para entender os padrões sobre os quais foi fundada a organização contemporânea da América Latina e, nesse sentido, os desafios que implica pensar na transformação da ordem dominante.

Finalmente, esta pesquisa foi norteadada pela proposta da economia solidária focada na mulher, que constitui uma estratégia alternativa de desenvolvimento, guiada por princípios de solidariedade e igualdade para propiciar o protagonismo da mulher

¹ O androcentrismo refere-se ao discurso mantido por homens e reproduzido historicamente, no qual é o homem o centro das decisões, detentor do lugar de poder, quem organiza e unifica. É feita dessa forma uma assimilação do homem/mulher, do mesmo modo que a oposição cultura/natureza, na qual a cultura é o homem como produtor e a natureza a mulher encarregada da reprodução. Em crítica a esse posicionamento o discurso feminista pretende deslegitimar essa tese e ter voz própria.

(GUERIN, 2005), em nosso caso a mulher negra,

Estrutura do texto

No primeiro capítulo, intitulado “Mulher negra: entre a *Colonialidade do Poder* e *Colonialidade do Gênero*”, começo apresentando e discutindo as bases e postulados teóricos a partir dos quais serão abordadas as categorias. A colonialidade do poder e a colonialidade do gênero são o pano de fundo sobre o qual serão entendidas as demais categorias. Em seguida, exponho as noções de interseccionalidade e articulação a partir das quais será possível compreender o entrecruzamento das seguintes categorias que discuto: raça, classe e gênero. Continuando na mesma linha, indago a construção da identidade da mulher negra na América Latina. Finalizo com as definições de economia solidária e economia solidária e feminista, que permitiram entender a partir de onde surge a propostas dos grupos foco da pesquisa.

No segundo capítulo, refiro-me ao marco metodológico e analítico. Neste, proporciono informações em torno a como foi feita a coleta e posterior operacionalização da informação. Além disso, os fundamentos para a escolha dos grupos e os respectivos cuidados éticos.

O terceiro capítulo expõe o contexto da pesquisa e fornece informações gerais das duas cidades nas quais encontram-se os dois grupos de mulheres; descreve-se de forma sucinta o contexto político e social, assim como políticas públicas de apoio a empreendimentos. O propósito deste capítulo foi oferecer ao leitor um panorama da situação das mulheres dos dois grupos em seus contextos particulares.

O quarto capítulo é a parte empírica desta pesquisa. Neste, são apresentados os dois grupos de mulheres: “Artesanías Choibá: mulheres deslocadas pelo conflito social e armado na Colômbia”, na cidade de Quibdó, Colômbia; e “Coletivo de Mulheres Negras Empreendedoras Guardiãs”, São Paulo, Brasil. Descrevo como estão configurados os grupos e quem são as mulheres que os integram, o que fazem e como o fazem.

O capítulo anterior abre as portas para o quinto capítulo. Aqui são analisados vários elementos da história de vida destas mulheres, quais sejam: trajetória laboral, formação, violência de gênero, violência por racismo e violência institucional. Ao longo do capítulo, são referenciados os relatos das mulheres, elas mesmas narram suas histórias. Neste capítulo começaram a ser evidentes as distâncias e proximidades

entre as vidas das mulheres dos dois países.

Finalmente, no sexto capítulo, são feitas análises sobre a economia solidária como forma de resistência e sobre a experiência coletiva dos dois grupos. São discutidos elementos de solidariedade e irmandade entre as mulheres, assim como as tensões internas dos grupos e em relação a seu entorno.

Para concluir, é importante ressaltar que esta pesquisa pretende revelar que práticas localizadas podem se tornar modelos, em nosso caso, de outra lógica econômica, através da qual seja possível pensar em uma sociedade diferente, fundada no respeito à diversidade, inclusão, equidade, valorização cultural e no respeito ao sujeito mulher.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 MULHER NEGRA: ENTRE A COLONIALIDADE DO PODER E A COLONIALIDADE DO GÊNERO

Neste capítulo são apresentadas as bases teóricas a partir das quais explica-se o lugar da mulher negra no contexto latino-americano. Categorias como raça, classe e gênero são discutidas com a consideração de que a interseção e articulação destas gera uma condição de opressão específica, que deve ser analisada a partir do lugar geopolítico designado para América Latina. Um lugar, determinado pelos pressupostos do mundo moderno, globalizado e colonizado, condicionado por relações de dependência entre centro e periferia.

Revisar parte da história na conformação desta região possibilita entender o enlace que existe entre o passado e as condições atuais de homens e mulheres, brancos e não brancos, assim como da relação entre estes.

Assim, neste capítulo é construído um caminho para compreender como as mulheres negras têm sido um grupo historicamente subordinado, que contudo criam estratégias de organização e superação a partir de práticas consideradas alternativas como a *economia solidária*. E nesse sentido, a partir das quais é possível evidenciar sua capacidade de *agência*.

2.2 A COLONIALIDADE DO PODER: REFLETINDO SOBRE O LUGAR DA AMÉRICA LATINA

Com o objetivo de entender as raízes do lugar de subordinação da população negra e em especial das mulheres, será pertinente nas próximas linhas revisar brevemente² a forma como foi construída e dividida desde a época colonial a sociedade latino-americana. Nesse sentido, busca-se compreender a conexão de ações globais com

² Não é objetivo desta pesquisa aprofundar-se no processo histórico da colonização, mas sim em algumas marcas que este produziu e que poderiam contribuir para explicar o lugar das comunidades negras, principalmente para o caso dos dois países foco da pesquisa.

realidades locais.

A expansão do ocidente em todos os âmbitos da vida social gerou uma matriz colonial de poder na qual misturava-se um extremismo religioso (Cristianismo), a conquista de terras e a exploração de mão de obra (nativa e africana), assim criou-se um modelo denominado sistema-mundo/colonial (MIGNOLO, 2007).

O sistema-mundo/colonial³ constitui um paradigma para explicar a ordem social que se cria depois da descoberta da América, assim como sua situação particular no cenário mundial. Articulam-se nele três elementos: a modernidade, a colonização e o capitalismo como o modo de economia preponderante no mundo. A ação destes elementos de forma simultânea contribuiria no surgimento do Eurocentrismo e da Colonialidade⁴ (WALLERSTEIN, 1979, 2006; QUIJANO, 2000; MIGNOLO, 2003).

Do mesmo modo, o sistema-mundo/colonial evidencia a existência de uma matriz colonial de poder⁵, na qual aspectos econômicos, políticos e sociais são controlados a partir dos pressupostos eurocêntricos com os quais é naturalizada a diferença. Deste modo, conseguiu-se consolidar um ponto de vista percebido como superior, e portanto válido, com o qual busca-se controlar os âmbitos da existência social: trabalho, gênero/sexualidade, autoridade, intersubjetividade e natureza.

O Eurocentrismo funcionaria em duas vias: uma a partir da racionalidade que dá um lugar subjetivo aos seres humanos, e outra na ação a partir da qual essa racionalidade converte-se em fato. Nesse sentido, a influência a partir da subjetividade propiciou que os sujeitos aceitassem a correspondência de um lugar em específico: dominado/dominador, centro/periferia (WALLERSTEIN, 1979; QUIJANO, 2000; MIGNOLO, 2003).

Estes lugares designados foram naturalizados a partir de uma divisão por raças, na qual europeus e seus descendentes eram os detentores do poder, das propriedades e dos salários, enquanto os colonizados (indígenas e negros escravizados)

³ A teoria do moderno sistema-mundo foi introduzida por Wallerstein em 1974, que depois apresentaria avanços da mesma em outros três volumes nos quais o autor analisa os impactos da economia no mundo em diversas épocas, desde o século XVI.

⁴ A colonialidade expressa uma situação que se estendeu aos momentos de dominação que aconteceram em períodos históricos e lugares de domínio específicos, expressa a extensão no tempo das ideias de dominação da época.

⁵ Wallerstein, Mignolo e Quijano consideram que a matriz colonial é originada no processo de colonização da América por parte principalmente de portugueses e espanhóis, estendendo-se depois com o domínio inglês e continuando com o imperialismo norte-americano.

constituíam a principal mão de obra e não eram partícipes dos benefícios do produto do seu próprio trabalho. Deste modo, criam-se novas identidades a partir de uma conotação racial, com hierarquias e papéis específicos, que contribuiriam para justificar e manter a dominação (QUIJANO, 2000). Em consequência, podemos afirmar que a divisão por raças foi uma construção histórica e social que começou na época da colonização.

Com as novas agrupações da população, assim como foram criadas identidades, negaram-se outras. Negros e índios, para os fins da dominação, foram identificados como um todo, homogeneizados como uma simples força de trabalho. As diferenças históricas destes povos, sua cultura, língua, religião, crenças, tentaram ser apagadas. Logo, criou-se um imaginário a partir do qual foram construídas as identidades que resultaram da colonialidade: índios, negros, brancos, mestiços. Identidades inventadas e impostas para organizar a população no sistema de classificação colonial, dominados e dominadores (QUIJANO, 2000).

Identidades fundamentadas em um modelo racista, que impôs uma hierarquia na qual índio e negro ficaram na base de uma pirâmide social, guiada pelos valores da modernidade, dos ideais de progresso, desenvolvimento e beleza (WADE, 2013). Trata-se de formas de negação do outro com o propósito de perpetuar a dominação no político, social e cultural, gerando uma dependência histórico-estrutural. Essa dependência pode ser vista em todas as dimensões materiais e subjetivas da existência cotidiana. Formas de dominação/exploração, iniciadas no marco da colonização da América Latina e presentes até hoje, como constitutivas do poder capitalista e de seus centros hegemônicos, que por sua permanência no tempo constituem a denominada *Colonialidade do Poder* (QUIJANO, 2000).

A *Colonialidade do Poder* está integrada em duas dimensões: uma guiada por uma classificação racial através da qual são construídas novas identidades e outra na qual existe um controle sobre os modos de produção tanto econômicos quanto culturais. Nesta última, afirma-se que existe uma divisão corpóreo-geopolítica, onde o corpo colonizado é incapaz de gerar conhecimento e as ideias válidas são produzidas pelo colonizador, enquanto saberes tradicionais e cosmologias não ocidentais são consideradas inferiores (MIGNOLO, 2003, 2006; QUIJANO, 2000).

2.3 COLONIALIDADE DO GÊNERO: O LUGAR DA MULHER NEGRA NA AMÉRICA LATINA

A modo de ampliar a definição de *Colonialidade do Poder*, é importante expor como esta tem se estendido aos diversos âmbitos da vida social. Assim, por exemplo, as existentes divisões sexuais do trabalho no ocidente foram reproduzidas também na América Latina. Os homens vítimas de dominação e exploração apoiaram a dominação sobre as mulheres, principalmente sobre mulheres negras. Como homens colonizados foram levados a ocupar posições patriarcais. Este comportamento induzido e sistemático, propiciou a dissolução dos vínculos de solidariedade entre as vítimas da colonialidade, ao mesmo tempo que gerou uma profunda inferiorização da mulher colonizada. Neste sentido, a colonialidade além de incluir relações racistas de poder, propaga-se em outros aspectos: controle sexual, autoridade, subjetividade e trabalho. Configura, assim, um sistema que determina a relação homem/mulher, ao mesmo tempo que define estes papéis (LUGONES, 2008).

Uma das consequências foi que a relação raça, trabalho e gênero ficou estabelecida como natural e articulada em torno ao capital e ao mercado mundial. Com a ideia de uma ordem racial e sexual, naturalizavam-se virtudes e defeitos para justificar o lugar designado, considerava-se uma raça como a evolução de todas as demais e portanto com o direito natural de guiar o caminho daqueles considerados como primitivos ou inferiores, desta forma, dava-se um lugar específico para homens brancos e mulheres brancas, assim como para homens negros e mulheres negras. Cada grupo ficou associado a determinados papéis sociais, no caso dos últimos, a imagem de servos permaneceu, mesmo depois da abolição da escravidão.

Do mesmo modo, a divisão do trabalho e o acesso ao conhecimento foram justificadas a partir das características fenotípicas. O poder econômico e a produção de conhecimento ficaram sob controle da Europa (representada por homens brancos), criando padrões sobre o considerado certo, belo e culturalmente válido. Criou-se uma divisão social, racial e sexual do trabalho, que influenciou nas possibilidades e oportunidades. Homens e mulheres negros encontrariam dificuldades estruturais para se integrar nessa nova ordem. Assim, foram produzidos gêneros subalternizados, identidades estigmatizadas, determinadas e inferiorizadas. (CURIEL, 2007a; 2007b).

Estes fatos sobre a forma em que foi fundada a sociedade latino-americana constituem uma das mais relevantes explicações para entender as desigualdades às

que estão submetidos alguns grupos de população e as relações que no interior deles se produzem. Porém, é importante salientar que no meio da subordinação das populações colonizadas, apareceriam também ações e projetos de resistência que fazem parte da identidade. Nesse sentido, o interesse é reconhecer que estes grupos não devem ser vistos como passivos dentro do sistema de poder e sim como ativos na elaboração de novos significantes para transformar seu entorno.

2.4 INTERSECCIONALIDADE E ARTICULAÇÃO PARA PROBLEMATIZAR A CONDIÇÃO DAS MULHERES NEGRAS

Nos sistemas hierárquicos de dominação, múltiplas formas de subordinação podem coincidir. Formas sustentadas a partir de diferentes características. No caso das mulheres negras, juntam-se várias experiências que fazem com que elas se encontrem em condições mais vulneráveis em relação a outros grupos da população. As diversas opressões que surgem pelo valor atribuído socialmente a algumas características, materializam-se na vida das mulheres negras, deixando o rastro do racismo, do patriarcado e da divisão de classes. Daí que seja necessário compreender como as categorias de raça, gênero e classe⁶, em interseção e articuladas, criam novos cenários de desigualdade, sobretudo quando são analisadas em contextos específicos.

A articulação das relações de sexo/gênero com as hierarquias raciais permitiu ainda mais sua naturalização e materialização em um panorama de desigualdades (WADE, 2013). De fato, refletir em torno das dinâmicas destas categorias de forma interseccional possibilitará identificar o panorama no qual confluem a subordinação, assim como as lutas e resistências. Em virtude do anterior, começaremos expondo de forma concisa as origens da proposta da *Interseccionalidade*, sendo que é uma das bases teóricas e metodológicas desta pesquisa, e reconhecendo os aportes que a partir dela se criam, principalmente para pensar o lugar da mulher negra na América Latina e particularmente no Brasil e na Colômbia.

A partir das décadas de 1970 e 1980, feministas negras dos Estados Unidos⁷

⁶ O esclarecimento das definições nas categorias aqui apresentadas, será insumo para entender o ponto de partida desta pesquisa.

⁷ Igualmente a partir da década de 1970 surgiu no Brasil o feminismo negro, Carneiro e Curi (2008) ressalta que existia uma necessidade da existência de um movimento que articulasse as

vinham questionando o feminismo tradicional⁸ que não reconhecia a força simultânea das diferentes formas de opressão, e colocava o gênero como fator opressor prioritário em relação às mulheres, negando, assim, as outras formas de subordinação, o que para elas contribuiria na negação do racismo. Os discursos construídos até esse ponto pretenderam responder só a uma das duas formas de opressão, mas não à interseção entre ambas ou entre outras formas de opressão presentes na vida das mulheres de diversas culturas e condições.

Com a união de ativistas afro-americanas e mulheres em geral, também afro-americanas, em favor de estratégias cotidianas de resistência, se começa a construir o pensamento feminista negro. Questões políticas e epistemológicas influenciaram a construção de dito pensamento. Como grupo subordinado, as mulheres negras desenvolveram interpretações distintas sobre sua opressão, as quais finalmente ajudaram à construção de produção e validação de um conhecimento próprio. Portanto, afirma-se a existência de um ponto de vista particular da mulher negra. Trata-se de um ponto auto-definido no espaço da opressão, que tem duas características: primeiro, uma visão diferente da realidade material por seu status particular no político e no econômico; e segundo, parte de uma experiência diferente no mundo, experiências particulares que estimulam uma consciência distintiva (COLLINS, 1989).

A perspectiva interseccional nasceria a partir da crítica a movimentos feministas, que se bem faziam reivindicações para a igualdade de gênero e os direitos das mulheres, se centravam em uma realidade que atingia só a um setor limitado e determinado de mulheres, principalmente mulheres brancas e respondendo aos valores do ser mulher no ocidente. Tanto os antirracistas, quanto o feminismo contemporâneo, falharam por não considerar a *Interseccionalidade* de categorias como raça e gênero, na experiência das mulheres negras, como uma experiência de dupla opressão, racismo/machismo (CRENSHAW, 1991).

Daí a necessidade de propor uma epistemologia alternativa, a epistemologia

particularidades de ser mulher negra, unindo a tradição de luta do movimento negro e do movimento de mulheres. Em geral, na América Latina o feminismo negro foi se fortalecendo e articulando-se dentro dos países e a nível transnacional.

⁸ No esforço da construção de um discurso feminista os movimentos deixaram de lado outras formas de opressão e desigualdade que afetavam a vida das mulheres afro-americanas.

afrocêntrica feminina. O ponto de vista afrocêntrico expressa uma experiência comum de opressão junto com valores compartilhados no espaço da família, das instituições religiosas, da cultura e da comunidade. No entanto, no feminismo é compartilhada uma história da opressão patriarcal. O feminismo afrocêntrico procura a criação de um conhecimento para resistir à opressão. Neste sentido, a mulher negra pode se assemelhar por momentos ao homem negro e também por momentos à mulher branca, mas também pode tomar distância de ambos quando o contato das duas opressões aparece em suas experiências (COLLINS, 1989).

Evidenciar as experiências de mulheres negras possibilita visibilizar as diversas formas de desigualdade social que elas sofrem por sua condição. Trata-se de um caminho oposto à homogeneização da identidade feminina. Nesse sentido, relevante não é a discussão de se são ou não as mais oprimidas, o importante é entender que o lugar da mulher negra só pode ser compreendido a partir da experiência cruzada pela multidimensão de categorias como classe, raça, gênero e orientação sexual (BAIROS, 1995). Daí a necessidade de *enegrecer o feminismo* e feminizar o movimento negro, para combater as desigualdades de gênero e raciais simultaneamente (CARNEIRO, 2003).

A *Interseccionalidade* permitiu incorporar no feminismo outras dimensões. Além da dimensão de gênero e raça, dimensões a partir da experiência das mulheres negras e de outros grupos de mulheres que em suas particularidades poderiam ser afetadas de diferentes formas pelas mesmas opressões (não seria o mesmo mulheres trabalhadoras na Colômbia e mulheres trabalhadoras na França). As primeiras aberturas no movimento feminista dariam lugar à possibilidade de outros feminismos, ao reconhecer que as opressões na vida das mulheres podem ser diversas e variadas.

Surge, assim, uma postura política feminista que critica a linha eurocêntrica, heterossexual, classista e racista do pensamento feminista tradicional. Postura que propõe redefinir as bases da epistemologia feminista para superar a *Colonialidade do Poder* em todas suas dimensões, evidenciando as redes de poder configuradas a partir da colônia e mantidas ao longo do tempo a partir da raça, da classe, do sexo e sexualidade (CURIEL, 2007a; 2007b).

Portanto, a urgência tem sido articular os avanços da análise do sistema-mundo/colonial e a *Colonialidade do Poder* com os aportes feitos pelo feminismo negro, que, entre outros objetivos, questiona a continuidade das divisões sociais no

interior de grupos particulares, sustentadas pelo colonialismo, imperialismo e pelos processos econômicos, políticos e ideológicos contemporâneos (BRAH, 2006).

Deste modo, a *Interseccionalidade* permite entender as realidades particulares em contextos mais amplos e diferenciados a partir da ideia de que categorias como raça e gênero influem na vida das pessoas de forma interseccional e devem ser analisadas a partir da experiência específica dos grupos de população. Assim, as desigualdades não podem ser analisadas de forma separada, devendo ser consideradas em duas vias: por um lado, levando em conta que estas afetam a vida das pessoas ao mesmo tempo, e não em momentos separados; por outro, compreendendo que as situações de discriminação não têm os mesmos efeitos na vida de homens e mulheres, ou na vida de mulheres brancas e mulheres negras (CRENSHAW, 1991).

As múltiplas dimensões de opressão que se apresentam na vida das mulheres negras, podem se manifestar como aparentemente separadas: mulheres negras vistas com uma capacidade natural maior para suportar trabalho físico em relação a mulheres e homens brancos; ou hipersexualizadas em relação a mulheres brancas. Em alguns casos, a violência que as mulheres experimentam pode ficar oculta por outras formas de violência: violência de classe ou raça. Deste modo, ignorar as diferenças entre os grupos (homens brancos, negros, mulheres brancas, negras, ricos, pobres, etc.) contribui para a tensão e para os conflitos entre eles, mesmo coincidindo em alguma característica (CRENSHAW, 1991).

Se bem a *Interseccionalidade* oferece importantes aportes para analisar diferentes fenômenos como o racismo, patriarcado e opressão de classe, entre outros eixos possíveis de poder, que operam gerando desigualdades (WADE, 2013; SILVEIRA; NARDI; SPINDLER, 2014), percebe-se a necessidade de uma categoria mais aberta, dinâmica e produtiva que reconheça as realidades que emergem a partir da relação dessas variáveis. As opressões de classe, raça, gênero e sexualidade estão contidas umas nas outras, são constituídas entre si e ao mesmo tempo constitutivas, estando, portanto, em *Articulação* (BRAH, 2006).

Nesse sentido, *Articulação* como perspectiva de análise contribui para distinguir o surgimento de outras realidades como resultado da relação de diversas variáveis. Aporta um olhar sobre as diferenças, não só desde a percepção das desigualdades, como também levando em conta as oportunidades de ação que podem surgir a partir da experiência particular (BRAH, 2006).

Em resumo, tanto a perspectiva da *Interseccionalidade*, quanto a da *Articulação*, constituem caminhos analíticos que permitem abordar e analisar a condição das mulheres negras. Por um lado, a partir da sua experiência em um panorama de desigualdade; por outro, reconhecendo a capacidade de atuação e transformação da sua realidade.

2.5 CATEGORIAS EM INTERSEÇÃO E ARTICULAÇÃO

Com o propósito de compreender como as categorias de raça, classe e gênero em interseção e articuladas influem na vida das mulheres negras, será pertinente determinar como cada uma delas é entendida no marco desta pesquisa, já que se trata de categorias amplas e que tem sido motivo de debate. Nessa mesma linha, acredita-se que levar em conta o contexto social e histórico a partir do qual gestam-se ideias da biologia, da natureza ou da cultura pode ajudar a entender, sob outra perspectiva, como as relações de poder são naturalizadas (STOLCKE, 2000).

Em primeiro lugar, entende-se que a categoria *Raça* aparece como elemento que expressa e explica relações de dominação e subordinação em razão da cor da pele. As atribuições ao termo raça, assim como a outras categorias, podem mudar e ter novas definições segundo contextos e épocas específicas e a partir das relações e conhecimentos construídos e institucionalizados acerca dos *outros* (WADE, 2000).

Pensar na existência de raças definidas com atribuições e características particulares, que iriam explicar a superioridade e inferioridade de uns em relação a outros, tem suas raízes na colonização de algumas áreas do mundo por parte dos europeus (WADE, 2000). Logo, *raça* é uma construção social e histórica que será utilizada neste texto como categoria analítica, através da qual se expressam relações de opressão, assim como a imposição de uma nova ordem na qual as relações de poder são naturalizadas (QUIJANO, 2005).

Raça, como categoria que divide a sociedade, deve ser entendida também a partir dos contextos e das geopolíticas. Na Colômbia, por exemplo, grandes pensadores da época da Independência, como Francisco José de Caldas, reconhecido militar e cientista, difundiria ideias racistas, explicando a existência de raças superiores e inferiores, que podiam influir no progresso e na civilização do povo. Do mesmo modo, a mestiçagem foi um dos principais projetos ideológicos para ocultar a herança

indígena e afro na Colômbia, as ideias de progresso justificaram por muito tempo o lugar de dominação desses grupos (WADE, 2000).

Com as divisões instituídas a partir da ideia de *raça*, aparece também o *racismo*, como a forma na qual determinados grupos da população, em razão da cor da pele ou da religião, tem um lugar designado na sociedade. Trata-se de um lugar imposto, que estrutura a ordem social e sustenta as relações de dominação, criando grupos racializados. O *racismo* caracteriza relações de poder social, cultural, político e econômico de um grupo sobre outro ou outros, nas quais aparecem limites espaciais e simbólicos que tendem a restringir ou limitar a participação social e política dos grupos subordinados a essa lógica. Neste sentido, a *raça*, é considerada também como categoria analítica, porquanto permite evidenciar as relações de poder, discriminação e desigualdades justificadas em características fenotípicas.

Por outra parte, para compreender a categoria *Classe Social*, será necessário começar estabelecendo que uma formação de classes sociais depende de cada sociedade, ligada a seus próprios processos econômicos e históricos. No caso da América Latina, a organização da sociedade por classes não foi resultado de evoluções internas e sim de uma associação à categoria de *raça* com a qual explica-se o lugar das pessoas nas relações de poder. Assim, cria-se uma divisão entre círculos sociais privilegiados e uma massa de despossuídos (FERNANDES, 1975).

Trata-se de uma visão baseada nas linhas cartográficas, que limitam o velho e o novo mundo na colônia (metrópole/colônia), que subsistem na modernidade ocidental e estruturam as relações excludentes, tanto políticas como culturais dadas no sistema mundial contemporâneo (SANTOS, 2007). Porém, nesta divisão, outras tantas formações se superpõem, principalmente na nova ordem estabelecida pela globalização que gerou mudanças nas relações e nos lugares das pessoas dentro das classes sociais. Anteriores formas de agrupação se transformaram, como reação às novas realidades presentes, embora, continuando com a presença de forças dominantes e dominadas dentro da sociedade. Assim, a ideia de classes sociais como grupos estáticos e gerais no mundo foi insuficiente para explicar a realidade de América Latina.

O contexto de globalização e de primazia da economia possibilitou o surgimento das novas agrupações, para responder não só a uma nova ordem como também a novas dinâmicas e necessidades. Assim, por exemplo, a definição de classe viu-se

influída por outras características: imigrantes, deslocados, indígenas, negros, etc. No interior destes grupos, também apareceram as divisões por idade e por gênero. Porém, no final, divididos em uma escala de inferioridade e superioridade.

Finalmente, *Gênero* será entendido como uma categoria de análise crítica e política, que identifica diferenças entre homens e mulheres, construídas socialmente e utilizadas para atribuir papéis sociais definidos, possibilitando relações de poder, nas quais as mulheres ficam em um lugar de subordinação. Em outras palavras, *Gênero* é um instrumento que retrata o caráter socialmente construído das ideias, crenças e representações sobre as funções de ser homem ou mulher em diferentes culturas (SCOTT, Joan, 1996). Como operador de poder, o *Gênero* impõe lugares, estereótipos e funções à feminidade e à masculinidade, gerando um pensamento sobre uma natural supremacia dos homens, que deve ser superado e desaparecer para romper a relação entre sexo biológico e sexo social (CURIEL, 2007a; 2007b).

A categoria de *Gênero* pode ser definida a partir de quatro elementos que a compõem e que estão inter-relacionados: 1. Símbolos e mitos disponíveis, geralmente opostos; 2. Conceitos normativos que surgem de símbolos que expressam doutrinas religiosas, educativas, científicas, legais e políticas, que propõem um só significado de homem e mulher; 3. Instituições e organizações sociais das relações de gênero; 4. A identidade subjetiva de gênero (SCOTT, Joan, 1996). Portanto, é uma categoria complexa que não pode ser limitada a uma dimensão única, deve ser analisada a partir de sua influência no acesso a recursos materiais e simbólicos, em contextos históricos específicos.

Assim, fazer uma análise com enfoque de gênero implica um olhar crítico ante a evidência de que existem subordinações construídas histórico, social e culturalmente, que vão sendo interiorizadas e naturalizadas a partir dos processos de socialização, e que influem nas possibilidades de ação e nas práticas cotidianas.

2.6 SER MULHER, SER NEGRA, SER LATINO-AMERICANA: CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES

Seguindo a linha da interseccionalidade e da articulação, neste aparte, interessa explorar o conceito de identidade, a qual será entendida como uma construção que nasce das múltiplas formas de conceber o mundo, vinculada e influenciada pelos

processos históricos, sociais, políticos e culturais nos quais os sujeitos encontram-se imersos.

Para este caso, fala-se de uma construção identitária contemporânea na subjetividade sobre o ser mulher negra na América Latina. Identidade no individual e no coletivo, como *sujeitas políticas* para a mobilização, o reconhecimento e a participação. Nesse sentido, o esforço será procurar pontos de encontro entre as diversas possibilidades para compreender as *identidades*, tomando cuidado para não homogeneizar e negar as múltiplas diversidades sobre o ser mulher negra na região.

A identidade da mulher negra transita entre o ser mulher, ser negra e outras possíveis identidades, que surgem das reivindicações dos diversos grupos dos que é parte. Nestes, consolida-se uma identidade, não excludente das outras, mas que surge a partir das relações nas quais se toma parte (HALL, 2005). Portanto, as identidades devem ser localizadas nas relações sociais e entendidas a partir destas. Nesse sentido, novamente o conceito de interseccionalidade (CRENSHAW, 1991) valida a importância de pensar a influência de diversos fatores que se entrelaçam para configurar a identidade das pessoas, e no caso das mulheres negras os marcadores sociais de raça, classe, gênero, idade, etc., que evidenciam uma complexidade que não pode ser reduzida a um só lugar, função ou pertença.

Existe uma pluralidade de identidades geradas pela interiorização e posterior construção de sentidos e de significantes a partir da ação social individual e coletiva. Porém, a pluralidade pode gerar tensões e contradições, que supõem uma maior atenção entre os diversos atributos culturais e uma orientação específica que dará prioridade a uma das identidades segundo a situação (CASTELLS, 1998).

Assim, pode-se afirmar que as identidades constroem-se na interação ativa, o que possibilita a transformação. Não são estáticas nem passivas, são fundamento para a atuação dos indivíduos. Constroem-se a partir das semelhanças e das diferenças, nas que define-se cada um em contraste com os outros. Daí que a configuração de uma identidade facilite a articulação e organização em torno a fins comuns e incentive a conformação de grupos a partir dos quais estabelecem-se processo de afinidade e diferenciação, fortalecendo as identidades. Nesse sentido, algumas identidades nutrem os grupos e estes por sua vez nutrem as identidades dos seus participantes. Trata-se de um processo reflexivo, não unidirecional, que parte da consciência dos indivíduos sobre si mesmos, sobre o entorno, sobre os outros e sobre as relações que

se tecem em determinados grupos, momentos e contextos e que surge na interação de indivíduos que se comunicam, participam, opinam, se integram e compartilham experiências.

Em termos gerais, as pessoas constroem diversas identidades que devem ser compreendidas a partir da sua experiência particular em contraste com o entorno no qual estão localizadas e com as experiências dos outros. É possível falar que as identidades estão no micro e no macro: identidade de gênero, identidade étnica, nacional, cultural, política, social, etc. Cada uma destas é importante e deve ser reconhecida como parte fundamental na definição dos indivíduos e na interação com os outros.

Para o caso desta pesquisa, identificar como encontram-se configuradas as identidades permite revelar a importância de definir-nos no individual e no coletivo. O processo reflexivo para desvelar as diversas identidades leva a um autoconhecimento, entendimento e posicionamento no mundo, e a uma compreensão sobre as formas de relacionar-nos com os outros. Porém, também é necessário perceber que as identidades são mutáveis e, portanto, complexas, não fixas nem predeterminadas.

Entre os dois limites (definição e mudança), para nosso caso, é relevante entender que esse auto se definir, no individual e no coletivo, influi na mobilização da ação, na organização social e política, na participação e na segurança pessoal, como formas de resistência diante dos efeitos nefastos ocasionados pela globalização (GIDDENS, 2002), principalmente em alguns grupos que nesse sistema são considerados como não rentáveis e, portanto, excluídos.

2.7 UMA ECONOMIA SOLIDÁRIA PARA A CONSTRUÇÃO DE NOVOS SIGNIFICANTES

Em um contexto no qual o capitalismo moderno/colonial justifica seu sistema de exploração a partir de uma organização da sociedade fundada na ideia de relações dicotômicas, superioridade/inferioridade, centro/periferia, branco/não branco, feminino/masculino, natureza/cultura, aparecem propostas alternativas que procuram reorganizar a sociedade e reformular a partir de uma análise crítica e emancipatória as ideias dominantes sobre a economia para transformar as formas de produzir e de satisfazer as necessidades básicas e, deste modo, superar as desigualdades.

Nesse sentido, a economia solidária se apresenta, em um primeiro momento, como uma iniciativa que nasce dos trabalhadores marginalizados pelo sistema capitalista, como meio de sobrevivência. Porém, a partir deste momento inicial, constitui um processo profundo de transformação de baixo para cima, das relações de exploração, dominação e discriminação que se gestam no mundo moderno-colonial capitalista (LOPEZ, 2012).

A Economia Solidária (ES) surge da necessidade de uma coletividade que busca o bem estar a partir de empreendimentos populares, esta procura, inicialmente no campo do econômico, constituiria um dos eixos para o projeto da decolonialidade (RAZETO, 1984, 1990, 2007; SINGER, 2002, 2007; CORAGGIO, 2008). Nesse sentido, esta categoria aparece para descrever uma forma alternativa de economia que propõe uma ruptura com o modelo de produção do capitalismo moderno, guiado pelo livre funcionamento dos mercados, livre competição, individualismo e Estado Mínimo (SINGER, 2002). Em oposição a esse modelo, a ES sugere um desenvolvimento com foco na superação de condições de desigualdade através de um trabalho solidário, de autogestão, igualitário e com participação ativa, constituindo não só uma prática econômica outra como também uma prática social e política para a resistência social.

A proposta da ES não é contra o desenvolvimento ou os avanços científicos e tecnológicos, o que se busca é um desenvolvimento solidário, mais justo e em consonância com a natureza e o bem estar do ser humano, apostando na superação das desigualdades provocadas pelo modelo do capitalismo moderno (SINGER, 2002).

A organização de grupos na ES é sustentada pelos princípios de igualdade e inclusão, agrupando pessoas com similares condições e interesses, o que faz com que seja uma forma organizada em sistemas de ajuda mútua ou redistribuição compartilhada do excedente econômico, ora com membros de uma associação, ora em uma cooperativa, povo ou comunidade (MAMANI, 2012). Portanto, a ES constitui um trabalho cooperativo que parte da ideia de comércio justo e nesse caminho propõe uma reflexão a partir da qual é questionado o poder do capitalismo.

É importante aclarar que nesta pesquisa entendemos que a ES é uma proposta em construção, que pode contribuir para se pensar no projeto da decolonialidade, enquanto sugere a transformação dos paradigmas impostos no modelo capitalista. Sob a condição de estar em construção é alvo de inúmeras críticas, principalmente

porque considera-se que tanto na teoria quanto na prática, não altera a essência da sociedade de classes e sua crítica à alienação do trabalho fica limitada à discussão em microcosmos, deixando de lado a discussão do processo a nível global (CHRISTOFFOLI; NOVAES, 2012).

Porém, a proposta apresenta outras formas para a prática do consumo, da produção, do intercâmbio e das relações de trabalho, nas quais a comunidade converte-se na estrutura de autoridade coletiva, atuando guiada pelo valor da igualdade social, da reciprocidade e a solidariedade, configurando desta forma relações horizontais nas quais a heterogeneidade e as diversas identidades são igualmente valorizadas e respeitadas, assim como sua natureza (QUIJANO, 2007). No final, a ES tem um caráter emancipatório que constitui um aporte para começar a mudar as relações de exploração/dominação, oferecendo novos espaços políticos, sociais, econômicos e culturais, nos quais os indivíduos estabelecem outros significantes e relações entre eles mesmos e com seu entorno.

1.2 ECONOMIA SOLIDÁRIA E FEMINISTA

Por um lado, a análise a partir da Colonialidade do Poder permitiu evidenciar a existência de uma matriz de dominação orientada por uma classificação racial; por outro, os aportes das feministas negras, contribuíram para evidenciar a subordinação baseada na interseção e articulação de marcadores sociais como sexo/gênero, raça e classe, que geram uma condição diferenciada. Nesse sentido, para alcançar a transformação social, a proposta da ES deve considerar a necessidade não só de descolonizar os diversos espaços da vida social como também despatriarcalizar esses espaços e as relações que neles se tecem.

Criar um diálogo entre ES e Economia Feminista (EF) constitui um mecanismo para superar as divisões existentes no plano econômico, político e social, que organizam a sociedade a partir de um olhar capitalista e patriarcal. A união destas duas práticas configura uma proposta política e econômica de resistência (NOBRE, 2015).

Daí a importância de pensar uma Economia Solidária e Feminista (ESF) como uma das alternativas para superar a divisão social e sexual do trabalho, a qual se apresenta em duas formas: uma com a separação entre trabalho produtivo (produção de bens e serviços com valor de câmbio), associado aos homens, e trabalho reprodutivo (ofícios relacionados com o cuidado, bem estar e sobrevivência das pessoas que compõem a

família), associado às mulheres. A outra forma, a partir da hierarquização, na qual os homens se apropriam das funções de valor agregado (políticas, religiosas, militares, etc.) (KERGOAT, 2003). Nesse sentido, a divisão social e sexual do trabalho não apenas sugere a existência de âmbitos públicos e privados, como também a designação natural e indiscutível de homens e mulheres em espaços predeterminados e vinculados a ideias de maior e menor valor.

Embora esta divisão tenha experimentado algumas mudanças nas últimas décadas, principalmente porque as mulheres estão alcançando maiores níveis de educação e aumentando sua participação no mercado de trabalho, ao contrário do esperado, a participação masculina no trabalho reprodutivo não tem aumentando na mesma medida. Esta situação faz com que mulheres que trabalham vejam-se submetidas à uma sobrecarga: trabalho assalariado e responsabilidade pelas tarefas domésticas (HIRATA, 2003).

Da mesma forma, as divisões no mundo do trabalho segundo o gênero persistem e homens e mulheres continuam sendo vinculados a determinadas atividades. As mulheres geralmente ocupam trabalhos não valorizados socialmente, o que gera péssimos salários em relação aos recebidos pelos homens. Quando ocupam cargos similares aos homens, as mulheres recebem menores salários e tem dificuldades para ascender. Nesse sentido, é possível afirmar que as condições de trabalho ainda se mantêm desiguais entre mulheres e homens. É possível observar mudanças, mas estas ainda são extremamente lentas, sobretudo se reconhecemos que o trabalho doméstico continua sendo totalmente atribuído às mulheres (HIRATA, 2003).

Os obstáculos que as mulheres têm encontrado para participar regularmente e em igualdade de condições no mercado do trabalho fazem com que a ESF se converta em opção, principalmente através de atividades de empreendedorismo ou associativismo. Embora muitas destas atividades estejam geralmente ligadas ao universo feminino (cozinha, costura, bordado, etc.), e, nesse sentido, concebidas como uma extensão do trabalho doméstico, não se pode restringir as possibilidades da ESF a partir dessa relação, pois impediria a visibilização dos alcances desta alternativa. A ESF possibilita o aproveitamento dos conhecimentos e saberes tradicionais das mulheres mediante uma forma de produção com aquilo que lhes é conhecido, dando valor a sua experiência. Além disso, esta alternativa propicia a participação da mulher no espaço público, o que antes lhes era negado. Assim, pode-

se afirmar que ESF, além de gerar renda para cobrir as necessidades cotidianas, constitui um espaço de empoderamento para as mulheres através das possibilidades de participação.

Por se tratar de uma atividade de autogestão, essa forma de organização permite visibilizar o poder de decisão das mulheres, seus conhecimentos, trabalho e capacidades, melhorando assim sua autoestima e autonomia. É um espaço de encontro com outras, com quem se compartilha elementos da identidade, o que possibilita a discussão de questões relevantes para as mulheres, como os diversos tipos de violência e todas aquelas preocupações que podem surgir na vida delas. Contudo, a ESF deve enfrentar-se a problemas estruturais como: o caráter multidimensional da pobreza, a ausência institucional e a distribuição desigual do trabalho reprodutivo. Em resposta a estas dificuldades a ESF cumpre três funções: justiça de proximidade, criação de espaços para a reivindicação coletiva e revalorização de práticas de reciprocidade (GUERIN, 2003).

Em conclusão, a ESF surge como caminho para a inserção das mulheres no mundo do trabalho, para geração de renda, inclusão social, reivindicação do local e do coletivo, bem como para a articulação entre o espaço público e o privado, e nesse sentido, a superação das diversas desigualdades através de um diálogo entre vários atores e esferas, que no final promovem a transformação a partir de um trabalho conjunto que permite a reivindicação de direitos.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Considerando que existe um amplo repertório de paradigmas, enfoques, métodos e estratégias para a investigação social, e que a realidade não é estática, ao contrário, é diversa e mutável, optou-se por uma postura flexível, tanto na escolha dos paradigmas como na utilização de métodos e estratégias, com o intuito de construir um caminho para dar resposta aos objetivos propostos, fazendo-o de forma coerente com a teoria escolhida, a partir da qual problematiza-se a imposição do pensamento eurocêntrico, entendendo, sobretudo, que uma escolha é necessária para expressar o lugar a partir do qual o pesquisador debruça-se sobre o fenômeno estudado. Nesse sentido, esta é uma pesquisa de tipo qualitativo, que pode acolher diversas perspectivas metodológicas, sempre e quando não entrem em contradição e respondam aos objetivos.

Dadas as possibilidades para se colocar a partir de um enfoque, mas principalmente levando em consideração os objetivos desta pesquisa, optou-se pela perspectiva metodológica da etnografia, entendendo que esta propõe uma abordagem sobre a realidade a partir da interação entre pesquisador e atores sociais. Esta perspectiva permite justificar a escolha dos métodos de pesquisa, da forma de análise e da escrita no texto.

O caráter reflexivo da etnografia é fundamental porquanto permite entender que os sujeitos não apenas estão no mundo social, mas produzem o conhecimento a partir da interação, observação e participação com os outros nos contextos específicos, em lugares e momentos determinados; portanto, reconhece-se a influência no campo social tanto dos atores sociais como do pesquisador (AMEIGEIRAS, 2006)

Um segundo elemento importante nesta perspectiva é o trabalho de campo, o qual implica um *estar* no campo, entendido isto como a observação direta e constante do entorno estudado, assim como um registro fiel tanto do observado, como do percebido, a partir de um diálogo constante entre pesquisador e sujeitos, entre o sentido comum e o saber profissional, entre as teorias e os saberes nativos, com os quais valorizam-se os sentidos como recursos para a construção do conhecimento

cotidiano (AMEIGEIRAS, 2006). Nesse sentido, esta pesquisa acompanha as mulheres em seus locais de trabalho, em seus lares e em outros espaços de participação social, assim como em espaços do cotidiano (ir ao mercado, acompanhar à família, etc.), considerados como relevantes para conhecer aqueles lugares nos quais desenvolvem suas vidas, ambientes nos quais interagem e onde diversos elementos da suas vidas ganham sentido, já que são espaços nos quais compartilham significados e realizam múltiplas práticas sociais e simbólicas.

Por outra parte, trata-se de uma pesquisa comparativa, já que um dos objetivos é identificar as mudanças na vida das mulheres dos grupos a partir da participação na economia solidária, tentando identificar semelhanças e diferenças nos dois casos. O método comparativo apoia-se na lógica, pois no final implica comparar uma coisa com outra, permitindo desenvolver uma análise mais minuciosa do objeto de estudo a partir de duas ou mais unidades de análises, assim este método permite descobrir relações empíricas entre categorias (CAIS, 1997). Nesse sentido, considera-se que a complexidade dos contextos nos que estão imersos os dois grupos requer categorias que permitam uma aproximação de aspectos comuns e diferentes entre ambos.

Por outro lado, esta pesquisa valeu-se do estudo de dois casos. Os estudos de caso podem ser de fatos sociais, de grupos, relações, instituições, organizações ou processos, a partir de um recorte empírico e conceitual da realidade social, portanto, devem estar focalizados para que seja possível uma abordagem em profundidade (NEIMAN; QUARANTA, 2006). Aliás, a escolha dos casos deve possibilitar a capacidade de desenvolver conhecimento a partir do seu estudo, por isso, trata-se de uma escolha selecionada intencionalmente em função dos interesses temáticos, daí que, para esta pesquisa, a escolha dos casos esteve delimitada por três critérios principais: o grupo devia ser composto por mulheres, de preferência negras e que trabalhassem com economia solidária.

Dados os aspectos anteriormente enunciados, foi possível utilizar aqueles que permitiram construir um caminho para dar resposta aos objetivos. Tanto para a coleta quanto para análise da informação, seguiu-se um processo ordenado e sistemático, que será exposto à continuação, e no qual definem-se os métodos utilizados para cada momento:

3.1 GUIA TEMÁTICO PARA ENTREVISTA E PARA TRABALHO DE CAMPO

Para poder desenvolver um trabalho organizado e viável, foi necessário criar guias que possibilitassem obter as informações suficientes para responder aos objetivos da pesquisa. Assim, para a entrevista criou-se um guia temático abordando quatro questões principais: perfil geral da entrevistada, trajetória laboral e formação, experiência em economia solidária e postura em relação a diferentes tipos de violência (racismo, machismo, violência institucional), incluindo experiências próprias. Esta proposta guiou-se a partir da definição de entrevista etnográfica, a qual permite um aprofundamento nos significados e pontos de vista dos atores sociais, pelo que surge como um diálogo que pode estar orientado por determinados temas, desenvolvendo-se dentro do interesse e atenção de tudo aquilo colocado pelo entrevistado em palavras, como também nos silêncios e nas pausas, sendo necessárias diversas técnicas para motivar a conversa, para ampliar as respostas e sobretudo para possibilitar este encontro humano (AMEIGEIRAS, 2006).

Nesse sentido, a entrevista não esteve guiada por perguntas rígidas e sim por uma série de questões vinculadas como os objetivos desta pesquisa, embora não limitadas a eles. Daí que antes das entrevistas, na maioria dos casos, procurou-se ter vários momentos de encontro, com o intuito de ter um conhecimento mútuo sobre o *outro*, numa relação de horizontalidade, criando um ambiente de diálogo.

Ao mesmo tempo, criou-se um guia de campo para levar em conta não apenas os aspectos teóricos da pesquisa, como também aqueles de ordem prática que pudessem influir no trabalho de campo. Um dos aspectos foi um conhecimento amplo do contexto, nesse sentido, para o caso da Colômbia foi necessário indagar previamente com alguns moradores da cidade sobre as condições de segurança na região, assim como procurar alojamento com pessoas da mesma cidade que possibilitassem interação e contato mais íntimo com a cotidianidade das pessoas. Esses pontos foram levados em conta na elaboração do guia, assim como uma lista de lugares para visitar na cidade e de pessoas a serem procuradas que pudessem oferecer outros elementos relevantes para conhecer sobre a condição da mulher negra na região.

O guia contou com uma programação de atividades, no caso da Colômbia, desenvolvidas durante um mês e meio, entre julho e agosto de 2015, período no qual foi feita a visita ao grupo; no caso do Brasil, acompanhando diversas atividades das quais as mulheres participaram individualmente, desde o final de 2014 até o início de

2016. O guia permitiu o aproveitamento de diferentes momentos, principalmente no caso da Colômbia, no qual o tempo de interação direta com o grupo foi relativamente curto.

Do mesmo modo, para compilar os fatos observados, utilizou-se um formato de diário de campo que possibilitou registrar organizadamente a informação segundo datas, lugar, atividades, participantes, descrição da situação, interpretação, acordos e outras observações.

3.2 OBTENÇÃO DE INFORMAÇÃO: DIÁRIOS DE CAMPO, ENTREVISTAS E OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

Trata-se neste ponto do registro de todas as informações consideradas relevantes, tanto nas entrevistas, diários de campo e observação participante. Para os diários de campo foi necessário seguir um trabalho rigoroso de arquivamento na memória daquilo era observado e percebido, para depois gerar um relato escrito, que no caminho foi desdobrando novas perguntas, hipóteses e necessidades de aprofundar em determinadas informações (FIGURA 1).

No caso das entrevistas, foram estabelecidos diferentes momentos. Na Colômbia foram desenvolvidas durante a última semana do trabalho de campo, considerando que já tinha-se um contato mais próximo com as mulheres. As entrevistas foram realizadas na oficina e na loja, em uma sessão com duração entre trinta minutos e uma hora. Para esta, apoiou-se o trabalho com uma gravadora e com o guia das temáticas a abordar. No Brasil foram marcados vários encontros, alguns nas casas das mulheres, outros no espaço de trabalho em feiras, em outros espaços públicos e no ateliê. Para algumas destas foram necessárias duas sessões; a duração ficou entre uma hora e trinta minutos e duas horas. Em todos os casos a entrevista desenvolveu-se tranquilamente, as mulheres foram bastante receptivas, colaboradoras e pacientes.

Para a observação participante também foi utilizado um formato de guia no qual foram incluídas informações de situações particulares nas quais a pesquisadora participou diretamente. Em cada guia foi feita uma descrição mais detalhada, com ênfase na dinâmica da atividade e nas interações (FIGURA 2).

DIARIO DE CAMPO	
Fecha: Julio 27 de 2015	Hora: 10 a.m.
Lugar: Taller	
Actividad: Segunda reunión con el grupo y su asesora	
Objetivo: Presentación de la propuesta investigativa	
Participantes: Estaban presentes todas las integrantes del grupo, señora Ursula	
<p>Descripción de la situación: Fui primero a recoger a la señora Luz para después dirigirnos juntas al taller en donde habíamos quedado de encontrarnos con la señora Ursula quien es una de las misioneras que ha venido colaborando con el grupo desde antes de su conformación y que continua apoyándolas y asesorándolas. Al llegar estaban todas reunidas hablando sobre algunos problemas con pedidos que estaban pendientes, por lo tanto tuve que permanecer en la otra sala mientras ellas dialogaban. Después de unos 15 minutos la señora Ursula las reunió y en presencia de ella con más detalle me presente y expuse mi propuesta de investigación, los objetivos y los fines. Cuando termine la señora Ursula les pregunto si querían hacerme alguna pregunta y ellas no expresaron ninguna, sin embargo, la señora Ursula me pregunto concretamente cual sería mi trabajo con ellas y si este implicaba algún compromiso o alguna ganancia</p>	
<p>Interpretación: Algunas integrantes del grupo parecen ser mas herméticas que otras, mi mayor interacción hasta ahora ha sido con la señora Luz. Cuando se les pregunto si tenían dudas, parecía que si, sin embargo no quisieron preguntar, aún no es claro si por timidez, desinterés o alguna otra razón. Por lo observado ellas depositan gran confianza en la señora Ursula, lo cual no es extraño ya que la conocen hace muchos años y por lo visto ha sido un gran apoyo para la labor que desarrollan, en ese sentido fue fácil percibir la preocupación de ella por mi trabajo y principalmente la exigencia de claridad para con ellas.</p>	
<p>Acuerdos: Estaré acompañando al grupo en su trabajo tanto en el taller como en la tienda. Además podré ir también a los lugares en los cuales están dictando talleres y las reuniones de desplazados a las que asisten. Por recomendación de la señora Ursula, se llego también al acuerdo de aprender a desarrollar algunas actividades del taller, como coser, bordar, tejer, lo que permitirá entender mejor como es el trabajo que ellas hacen.</p>	
<p>Otras observaciones y notas: Aunque estaba tensa por el encuentro y por el temor de recibir una negativa para trabajar con el grupo, me sentí bien recibida. Tanto la señora Ursula como las integrantes del grupo fueron bastante amables, respetuosas y accesibles.</p>	

Figura 1. Modelo de formato do Diário de Campo. Exemplo de anotações realizadas na Colômbia entre julho e agosto de 2015.

GUIA OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE	
Data: 18 de novembro 2015	Local: Brasília
Nome da atividade: Marcha Mundial das Mulheres Negras	
Descrição	
<p>Espaço físico: a atividade desenvolveu-se em três espaços: o Ginásio Nilson Nelson, no qual se disponibilizou em espaço para que as mulheres que não tinham hospedagem pudessem estar, neste espaço também tiveram alimentação e uma área para feira artesanal denominada a Feira Kinah . O Museu Nacional, no qual foram realizadas rodas de conversa e oficinas. Finalmente no Eixo Monumental onde desenvolveu-se a Marcha desde o Ginásio até a frente do Congresso Nacional.</p>	
<p>Participantes: Mulheres negras de todo Brasil, alguns homens acompanhando às mulheres, meios de comunicação.</p>	
<p>Dinâmica da atividade: A Marcha foi um evento organizado por mais de um ano, por isso requereu ser desenvolvido em mais de um dia, em concreto foram dois dias principais. A maioria das mulheres esteve hospedada no Ginásio que foi o local de encontro entre organizações de mulheres de todo o país, o espaço possibilitou a troca de experiências e criação de redes. Na frente do local desenvolveu-se a feira de empreendedorismo, da qual participaram também mulheres de todo o país. Um dos inconvenientes da feira foi que ela não teve suficiente divulgação para o público em geral, limitou-se principalmente às pessoas participantes ou acompanhantes da Marcha. Esta feira contou com uma estrutura simples embora suficiente para a atividade. Para a caminhada o Ginásio foi marcado como o local de encontro, daí iriam em direção ao Congresso. Levavam cartazes com diferentes tipos de denúncias, contra o machismo, o racismo e denunciando diferentes formas de discriminação. Tinha mulheres de todas as idades, crenças religiosas, posturas políticas, profissões, etc., organizadas em blocos que as identificavam. Destacaram-se muitas por suas roupas típicas, coloridas, uso de turbantes e cabelos Black Power. Em vários carros de som nos que representantes da Marcha falavam suas demandas e preocupações. Boa parte estava acompanhada de batucadas e músicas. Teve apoio da CUT. A caminhada desenvolveu-se tranquilamente na maior parte do trajeto, porém, na frente do Congresso, concretamente no espelho da água, havia um acampamento de pessoas a favor do impeachment e outro a favor da intervenção militar, as mulheres fizeram uma parada neste espaço e houve confusão. A polícia interveio e o tumulto dissipou-se, houve utilização de gás lacrimogêneo e algumas mulheres afetadas, esta situação fez com que a Marcha ficasse dissipada em uma parte, mulheres maiores tiveram que se deslocar em ônibus para seu retorno. No final da marcha algumas rodas de conversa e oficinas foram desenvolvidas no Museu, nestas participou um número mais reduzido de mulheres.</p>	
<p>Interações: Como pesquisadora e observadora participei da caminhada, estive na Feira e acompanhei uma das rodas de conversa. Tirei várias imagens que serviram depois para analisar com maior detalhe elementos da mesma. Conversei com algumas das mulheres que estavam participando da Marcha, algumas tiveram várias dificuldades para obter os recursos necessários para se deslocar até Brasília. Também houve algumas diferenças com a organização mas não quiseram falar disso. Outras criticaram o fato de ter atividades restritas para um tipo específico de pessoas, ao entendimento delas, mais academias ou profissionais.</p>	
Observações Gerais	
<p>Se bem teve algumas diferenças dentro do grupo de mulheres negras como um todo, em termos gerais o evento desenvolveu-se segundo a programação. Foi um esforço importante por parte de todas as mulheres, levando em consideração que se tratou da primeira Marcha Mundial de Mulheres Negras no Brasil, um país no qual o 25% da população pertence a este grupo e que é o mais afetado por diferentes formas de discriminação. Foi emocionante participar dela, e perceber a vontade de organização na procura de mudanças positivas para elas e para as gerações futuras.</p>	

Figura 2. Modelo do Formato de Observação Participante. Anotações realizadas no Brasil em novembro de 2015.

3.3 TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTAS E DIÁRIOS DE CAMPO

Para a transcrição das entrevistas, e levando em conta a extensão destas, optou-se por utilizar o software *Dragon Naturally Speaking*, que permite converter as palavras em texto. Isto contribuiu para agilizar este momento, como também para fazer uma primeira leitura das entrevistas, já que era necessário escutar partes das entrevistas e repeti-las em voz alta para que o software pudesse reconhecer as frases. Em um primeiro momento pensou-se em transcrever unicamente aquelas partes das entrevistas consideradas mais relevantes com o intuito de adiantar trabalho, porém no mesmo exercício de escuta percebeu-se que era importante transcrever as entrevistas na sua totalidade, tanto pela relevância das informações quanto para não criar uma ideia de manipulação da informação.

Nesta etapa também foi possível fazer anotações sobre o desenvolvimento das entrevistas, as reações, as risadas em algumas perguntas, os silêncios e as pausas, tal como indica a entrevista etnográfica.

Os diários de campo foram inicialmente escritos em papel e depois transcritos a meio eletrônico, processo que permitiu a releitura destes e a anotação de observações.

3.4 ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Com apoio do software para análise de dados qualitativos, *QDA Miner*, a informação foi organizada e codificada segundo categorias nas quais concentraram-se informações relevantes para a pesquisa (FIGURA 3). Foi necessário ter toda a informação em formato Word para poder fazer anotações e alterações. O primeiro passo foi criar os códigos que permitiram agrupar a informação segundo categorias, as quais representaram temas e subtemas relevantes para a pesquisa. Estes códigos foram definidos a partir de conceitos desenvolvidos no referencial teórico, assim como de elementos do trabalho em campo, portanto, estão fundamentados em um antes e depois do trabalho de campo, e em uma revisão constante.

Mulheres negras na Economia Solidária: Autonomia, Identidade e Resistência

Um estudo comparativo entre a Colômbia e o Brasil

Figura 3. Imagem do software *QDA Miner*. Exemplo da análise de uma entrevista feita segundo categorias propostas.

Existem alguns fatores para levar em consideração no processo de escolha das categorias: relevância, porquanto devem responder às perguntas da investigação; exclusividade, para evitar a repetição; complementaridade, existência de relação entre as categorias; especificidade, delimitada a um campo temático; exaustividade, inclusão de informação precisa na definição das categorias (GALEANO, 2004).

Assim, a organização da informação em categorias permitiu analisar os conteúdos das entrevistas para reconhecer padrões nestas, do mesmo modo resgatar aquelas informações consideradas mais relevantes para responder às perguntas da pesquisa. Foram organizadas em quatro temas, cada um com subtemas (TABELA 1).

Com a codificação pronta, foram adicionados os arquivos das entrevistas começando com o bloco de entrevistas do Brasil, seguido pelo bloco da Colômbia. Foi feito em agrupamentos para conseguir gerar no final informação como um todo, mas também para poder separa-las, diferenciando os resultados por grupos.

Tabela 1. Resumo da divisão das categorias e subcategorias analisadas

Categoria	Subcategorias
Trabalho	<ul style="list-style-type: none"> - Trajetória laboral: refere-se a todos aqueles trabalhos de ordem formal e informal que a entrevistada já realizou. Incluem-se trabalhos na infância. - Empreendedorismo: relatos do início no trabalho atual com artesanato do modo individual ou grupal
Violência	<ul style="list-style-type: none"> - De gênero: relatos das mulheres relacionados com situações de violência física, psicológica, econômica ou simbólica, geradas em função da pertença ao gênero feminino. - Racismo: relatos das mulheres relacionados com situações de exclusão, discriminação ou segregação em função da cor da sua pele. - Violência institucional: situações de maltrato, discriminação e omissão exercidos por entidades estatais e servidores públicos que impedem a garantia e desfrute dos direitos humanos.
Práticas de resistência	<ul style="list-style-type: none"> - Participação social e política: atividades das quais as mulheres fazem parte. - Formação (formal e informal): educação formal e informal. Cursos curtos. - Legado: transmissão de valores, conhecimentos e ensinamentos a outras pessoas, geralmente mulheres da mesma família.
Coletivo	<ul style="list-style-type: none"> - Dinâmicas: formas de organização e trabalho dos grupos. - Relações: vínculos entre as mulheres.

O programa permite selecionar fragmentos das entrevistas, fazendo marcações a partir dos códigos criados, o que permitiu recuperar a informação por códigos em todo o bloco de entrevistas. Em alguns casos, a um segmento foram atribuídos vários códigos. Em cada seleção foi possível fazer anotações conforme as necessidades. Esta etapa constituiu uma primeira leitura das entrevistas. Ao finalizar o processo de marcação dos textos, foi realizada uma segunda leitura para verificar a coerência na seleção dos segmentos, assim como constatar que não tinham sido deixados segmentos sem trabalhar, neste momento foi possível também incluir comentários e reflexões que foram surgindo na leitura das entrevistas.

Os diários de campo também foram incluídos no mesmo software, porém, em um projeto diferente, com o fim de fazer análises separadas e anotações da mesma forma como foi feito com as entrevistas. Para tanto, utilizaram-se algumas categorias similares às usadas com as entrevistas, incluindo posturas assumidas pela pesquisadora.

3.5 ASSOCIAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Depois de ter revisado e codificado todas as entrevistas, foi possível começar a gerar arquivos de texto que compilavam os fragmentos por categorias, isto permitiu comparar os resultados agrupados de todas as entrevistadas. A relação possibilitou localizar diferenças e semelhanças, a nível individual, grupal e comparando os dois casos, e elaborar reflexões integradas. Além de integrar as informações das entrevistas, foi feita uma conexão entre estes resultados e os documentos da observação e diários de campo.

3.6 ANÁLISE DA INFORMAÇÃO

Para a análise da informação utilizaram-se duas estratégias: por um lado, uma perspectiva interseccional. Segundo Collins (1989), existe um ponto de vista particular da mulher negra, trata-se de um ponto autodefinido no espaço das opressões, que se caracteriza por uma visão diferente da realidade material a partir do seu status particular, seja político ou econômico. Parte de uma experiência diferente no mundo, estimulando uma consciência distinta, no entanto “o grupo subordinado não só experimenta uma realidade diferente ao dominante, também pode interpretá-la de forma diferente” (COLLINS, 1989, p.23). Nesse sentido, os relatos das mulheres constituem aquela experiência a partir da qual elas constroem o conhecimento na dinâmica da vida cotidiana ao pertencer a uma raça, gênero e classe subordinada. Nas entrevistas procurou-se identificar este olhar particular, aquele orientado pelo impacto simultâneo das diferentes opressões na vida delas.

Por outra parte, para analisar a informação utilizou-se a análise temática. Organizar a informação recopilada é fundamental para fazer possível essa análise, porém, esta organização deve estar guiada por alguma alternativa, daí que a partir do referencial teórico e das entrevistas, estabeleceram-se critérios para criar grupos temáticos. Para Braun e Clarke (2006) a análise temática é um método que permite identificar, organizar, analisar e reportar padrões, a partir dos quais será possível produzir alguns resultados que contribuam na compreensão e interpretação do fenômeno de estudo. Os autores propõem seis momentos que a análise temática deve ter para cumprir com certo rigor científico:

- Familiarização com os dados: as entrevistas e demais dados recopilados devem

passar por várias leituras, nas quais devem ser feitas anotações com a finalidade de obter o maior proveito do acúmulo de informação.

- Estabelecimento de códigos: a partir dos mesmos dados e dos interesses teóricos são agrupados segmentos de informação nomeados com palavras ou combinação de palavras que possam expressar seu conteúdo.

- Definição de temas: trata-se da captura daquilo que responde às perguntas da pesquisa para organizar a informação.

- Revisão dos temas: a partir dos códigos estabelecidos devem ser demarcados e limitados os temas.

- Definição e designação de temas: depois da revisão se estabelecem os temas de forma definitiva e criam-se os subtemas.

- Escrita do informe final: construção da narrativa a partir da teoria e da informação organizada em temas e subtemas.

Em resumo, deve se voltar quantas vezes for necessário sobre a informação para verificar que códigos, temas e subtemas têm sido estabelecidos em coerência com o referencial teórico, com as perguntas da pesquisa, com os objetivos e, principalmente, respeitando a subjetividade das participantes, assim como os significantes com os quais expressam sua experiência, reconhecendo que a informação surge em um contexto de espaço e tempo específicos.

Portanto, a análise temática constitui um método flexível e ao mesmo tempo rigoroso. Por outro lado, é um processo que implica uma constante reflexão, a partir da qual deve ser possível fragmentar a informação, embora mantendo a relação entre as partes para compreendê-la como um todo.

3.7 SELEÇÃO DOS GRUPOS

Esta pesquisa foi desenvolvida com dois grupos de mulheres negras, um na Colômbia, na região do pacífico colombiano, na cidade de Quibdó, e outro no Brasil, na cidade de São Paulo. Ambos grupos cumprem com os critérios de seleção mínimos determinados para esta pesquisa: são compostos por mulheres negras que trabalham em uma atividade de economia solidária.

É importante ressaltar que esses grupos compartilham uma série de características

ao mesmo tempo que se distanciam em outros aspectos. Por exemplo, possuem um fio comum em relação a seus ancestrais, porém, com processos históricos diferentes; atuam na reivindicação de direitos, mas nem sempre dos mesmos direitos.

Trata-se de mulheres latino-americanas e afrodescendentes, que coabitam um lugar comum no mundo, com um passado histórico vinculado ao processo de conquista, escravidão e colonização. Embora sejam distantes no seu contexto imediato, se compararmos as duas realidades, na relação com seus respectivos países, dividem um lugar comum: como mulheres negras encontram-se no último patamar social.

3.8 CUIDADOS ÉTICOS

O exercício de pesquisa demanda a necessidade de comportamentos éticos por parte do pesquisador que trabalha no campo das ciências sociais. Uma vez que intervém-se na questão humana, a subjetividade dos participantes, suas percepções, juízos, identidades, ideologias, sentimentos e opiniões são parte constitutiva do processo de reflexão. Eles devem ser considerados em todos os momentos da pesquisa como parte ativa que assume uma posição no processo investigativo. Nesse sentido, trata-se de uma relação dialógica e constante, na qual as participantes estão no direito de opinar, recomendar ou renunciar à sua participação.

Do mesmo modo, o pesquisador como ser social que não se distancia de sua condição de ser mulher latino-americana, não se localiza fora da realidade estudada ou pretende uma objetividade, se reconhece como parte.

As participantes foram amplamente informadas sobre a pesquisa, objetivos, procedimentos metodológicos e fins; suas dúvidas a respeito foram escutadas e respondidas. Em seguida, verbalmente, cada participante autorizou o uso das informações fornecidas nas entrevistas, assim como de imagens feitas pela pesquisadora nos eventos, oficinas, etc., além de imagens dos arquivos pessoais delas. As entrevistas gravadas e transcritas foram só do domínio da pesquisadora. Desta forma foi garantida a confidencialidade das informações e o uso exclusivo para fins acadêmicos. Os nomes das participantes foram trocados nos relatos com o intuito de manter suas identidades em sigilo.

É importante acrescentar que o consentimento foi verbal por diversas

circunstâncias: por um lado, o grupo de mulheres na Colômbia vinha sendo deslocado em função do conflito social e político no país, fato que as fragilizou, gerando desconfiança e desconforto ante pessoas desconhecidas. Daí que para criar um ambiente seguro e de confiança, decidiu-se não utilizar autorização por escrito, o que consta nas gravações caso seja necessário. Por outro lado, no caso do Brasil, optou-se por manter um formato similar. Sendo uma mulher estrangeira, não negra, inicialmente apresentaram-se algumas dificuldades para fazer o contato com as mulheres, uma vez feito o contato e a permissão para acompanhá-las, manteve-se o consentimento também de forma verbal.

4 CONTEXTO DA PESQUISA

4.1 DE QUIBDÓ A SÃO PAULO: A POPULAÇÃO NEGRA EM DUAS CIDADES DA AMÉRICA LATINA

Neste capítulo pretende-se apresentar um panorama do contexto geográfico, social e político das duas regiões nas quais foca-se esta pesquisa. Embora Quibdó e São Paulo sejam cidades com diferenças marcantes e perceptíveis à primeira vista (FIGURA 4), no que concerne a alguns elementos das condições sociais e políticas mantêm, guardadas as devidas proporções, certas similitudes. Será necessário, portanto, refletir sobre ditas condições em relação à situação do resto do país para cada caso.

Figura 4. Vista aérea das cidades de: **a.** São Paulo. <http://cafepasa.blogspot.com.br/2013/05/sao-paulo-mega-capital-dos-paulistas.html>. **b.** Quibdó. <http://puntoh.ning.com/photo/vista-a-rea-de-quistoc-colombia>

4.2 CHOCÓ: ENTRE A RIQUEZA NATURAL E O ABANDONO ESTATAL

Chocó é um dos trinta e dois departamentos⁹ da Colômbia, encontra-se localizado na região oeste do país, com uma extensão de 46.530 Km². Possui litoral no Oceano Pacífico e no Mar Caribe, sendo 90% de seu território reconhecido como zona especial de preservação (FIGURA 5). A United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) declarou como “patrimônio mundial e reserva da biosfera” a eco-região Chocó-Darién, devido a sua grande diversidade de flora e fauna. Está cruzado por inumeráveis rios, entre eles, o Atrato, o San Juan e o Baudó, sendo a região do país com os maiores índices de precipitação¹⁰.

A posição geográfica dá lugar à existência de incalculáveis riquezas naturais, como: ouro, prata, platino, cobre e madeiras, etc. Há também uma enorme riqueza cultural, fruto da convivência entre comunidades indígenas, afrocolombianas ou negras¹¹ e mestiços, “el esplendor natural chocoano y la variedad de sus recursos están estrechamente relacionados con las culturas de las poblaciones que allí habitan, con la manera como los conciben y el papel que ocupan en la cotidianidad de sus patrones culturales de vida.” (JIMENO; SOTOMAYOR; VALDERRAMA, 1995, p.2).

Historicamente, sabe-se que com a chegada dos colonizadores à região iniciam-se os trabalhos para a exploração do ouro, o que gerou, até hoje, uma economia de tipo extrativista¹². A existência de ouro no território de Chocó provocou, desde a época da conquista e até os dias de hoje, mudanças radicais na constituição de sua população. No passado, comunidades indígenas como os Kuna, os Wounaan, os Embera e os Citaraes¹³, que viviam às margens dos rios, foram aniquilados ou deslocados para dar lugar aos escravos africanos, considerados mais fortes e, portanto, mais eficientes nos trabalhos da mineração.

⁹ A divisão político-administrativa da Colômbia é feita por departamentos com suas respectivas capitais.

¹⁰ Paradoxalmente o acesso à água de qualidade para os habitantes da região é baixo, com uma cobertura de aproximadamente 33%, segundo dados do Governo do Chocó.

¹¹ Neste texto, e principalmente para o caso da Colômbia, trabalha-se com as categorias afrocolombiano/a ou negro/a para falar da população formada pelos descendentes de africanos que foram capturados e posteriormente trazidos para América como pessoas escravizadas.

¹² Os governos, nacional e departamental, realizaram diversas concessões a empresas, principalmente estrangeiras, para permitir a exploração dos recursos nesta região, sobretudo do ouro. Esta exploração tem gerado bons lucros para alguns e nulos benefícios para as comunidades que habitam os territórios. Esta situação ressalta duas problemáticas: a riqueza natural arrasada e habitantes em condições de pobreza extrema.

¹³ Atualmente é possível encontrar resguardos indígenas pertencentes a povos Embera, (Katíos, Chamí e Dobidá) Wounaan e Tule.

Mulheres negras na Economia Solidária: Autonomia, Identidade e Resistência
Um estudo comparativo entre a Colômbia e o Brasil

Figura 5. Mapa de localização do Departamento do Chocó na Colômbia. Fonte: Instituto Geográfico Agustín Codazzi (IGAC)
<http://www.igac.gov.co:10040/wps/portal/igac/raiz/iniciohome/MapasdeColombia/Mapas/Departamentales>

Deste modo, a presença de indígenas e descendentes de africanos é evidente nesta

região. Segundo o Censo do Departamento Nacional de Estatística (DANE) de 2005¹⁴, 82,1% da população se autodeclara Afrocolombiana ou Negra¹⁵; 12,7%, Ameríndio e Indígena e 5,2%, branco ou mestiço. Em 2015 a população no departamento, segundo o DANE, era estimada em aproximadamente 500.093 habitantes, dos quais 249.854 eram mulheres, e na qual as porcentagens étnicas poderiam se manter similares as de 2005.

A miscigenação da população e a presença de diferentes grupos étnicos cria um espaço de grandes contrastes, também presente no fato de ser uma região com imensa riqueza natural, ao mesmo tempo que é caracterizada por ser uma região que sofre um grande abandono por parte do Governo Central. Além disso, o território é campo de disputa de diferentes atores, com interesses políticos e econômicos: uns associados a megaprojetos de exploração mineral e madeireira, e outros associados a grupos armados ilegais, igualmente interessados na exploração dos recursos naturais, mas também em manter o controle da região, devido a sua localização estratégica.

No final, a disputa traz imensos danos às comunidades que ali moram, como por exemplo a migração forçada que os deixa em condição de vulnerabilidade. A população da região fica em meio a uma crise humanitária gerada pelo conflito militar, político e social, perdendo acesso a seus direitos e a seus territórios, que além de constituir um espaço físico, representam um espaço simbólico no qual é possível reproduzir seus valores culturais e assim fazer efetivos os direitos sociais, econômicos, políticos e culturais.

O Informe Nacional de Desplazamiento Forzado en Colombia 1985 – 2012, aponta que apenas no Chocó, no período de estudo do informe, foram deslocadas 273.420 pessoas, sendo que desse total 9,5% deslocou-se mais de uma vez. A maior quantidade ocorreu na década de 1990. Só durante 1997 registraram-se nesta região

¹⁴ Este Censo recebeu diversas críticas por parte dos líderes de organizações afrodescendentes, em parte pela ausência das categorias “trigueño” e “moreno”, a primeira amplamente utilizada para se referir aos descendentes de africanos escravizados e a segunda utilizada em algumas regiões do país para evitar discriminação, sendo que existe uma carga negativa relacionada à categoria *negro*. Por outro lado, o Estado descumpriu o acordo feito sobre incluir as organizações no processo de sensibilização para facilitar o auto reconhecimento. Estes fatos contribuíram para um sub-registro e para perpetuar a invisibilização estatística que historicamente tem sofrido a população negra.

¹⁵ A porcentagem corresponde à soma das categorias utilizadas no Censo 2005: raizal do arquipélago San Andrés y Providencia, palenquero (a) de San Basilio, negro (a), mulato (a), afrocolombiano (a) ou afrodescendente.

56% dos deslocamentos em massa do país. Este fenômeno, principalmente nos casos massivos, encontra-se geralmente relacionado com outros fatos, como atentados terroristas, ameaças, despejo de terras e de bens.

A população do Chocó espalha-se pelos 30 municípios que constituem o Departamento, dentre os quais está sua capital Quibdó, cidade com aproximadamente 115.711 habitantes (DANE, 2015) (FIGURA6). Caracteriza-se economicamente pelo extrativismo, sendo a mineração uma das maiores fontes de emprego. Segundo DANE, a cidade apresenta uma alta porcentagem de desemprego: 17,2% contra 8,4% do índice nacional, dados de 2013. Segundo Bonet (2007), a fertilidade da maioria dos solos da região é baixa, razão pela qual não são aptos para a agricultura, apenas 11% deles tem fertilidade alta, característica que faz com que a economia seja encaminhada mais para o setor mineiro. Por outro lado, são altos os índices de migração jovem (principalmente daqueles melhor capacitados), o que afeta diretamente as possibilidades de desenvolvimento do Departamento.

Figura 6. Mapa de localização Município Quibdó no Departamento do Chocó e na Colômbia. Fonte. Prefeitura de Quibdó, <https://www.quibdo-choco.gov.co/>

Segundo dados apresentados pelo Monsenhor Carlo Barreto, Bispo da Diocese do Chocó, durante o Fórum Inter-Étnico de Solidariedade em 2014, o departamento é o mais pobre da Colômbia, com índices de 78,5 de pobreza¹⁶ e 48,7% de pobreza extrema, deixando em evidência a exclusão estrutural e a discriminação racial que sofre esta população.

O índice de Necessidades Básicas Insatisfeitas (NBI), para o Departamento é de 82,8% frente aos 45,6% do restante do país, sendo que 79% dos habitantes do Departamento apresenta pelo menos uma das necessidades básicas insatisfeitas, enquanto a nível nacional o indicador é de 27,6% (DANE, 2005). Existem altos níveis de desnutrição infantil e ausência de serviços de saúde¹⁷, com a inexistência de serviços públicos tanto nas zonas urbanas quanto nas zonas rurais. Segundo a pesquisa “La infancia, el agua y el saneamiento básico en los planes de desarrollo departamentales y municipales” da United Nations International Children's Emergency Fund (UNICEF), na Colômbia, no período 2004 – 2007, a cobertura do sistema de água encanada no Chocó era de 38% e do sistema de esgoto de 25%, fato que obriga a população a procurar alternativas para o armazenamento de água da chuva por meio de tanques elevados ou subterrâneos, que nem sempre têm as melhores condições de higiene, já que geralmente estão expostos à contaminação, sem tampa e ao ar livre, podendo estar em contato com ratos ou outros animais transmissores de infecções (UNICEF, 2008). Ditos problemas evidenciam uma vez mais a ineficácia das ações do Estado para o cumprimento de suas obrigações com os habitantes desta região, os quais, por pertencer em sua maioria a grupos étnicos, deveriam receber um tratamento com enfoque diferenciado.

Segundo o Informe da Defensoria del Pueblo (2014) da crise humanitária no Chocó, os principais problemas no Departamento são: crise de governabilidade por diversos inquéritos originados pela corrupção na administração pública nos mais diversos níveis; ser uma das regiões com o maior índice de necessidades básicas insatisfeitas, o que por sua vez gera maior índice de marginalidade; ausência da participação

¹⁶ A pobreza extrema é entendida como a carência de recursos para satisfazer as necessidades básicas de alimentação, enquanto a pobreza é a situação na qual a renda é inferior ao custo da cesta básica e dos serviços.

¹⁷ O departamento tem apenas um hospital de nível II (atendimento de complexidade média) e oito de nível I (atendimento de baixa complexidade); 402.282 pessoas afiliadas ao regime subsidiário de saúde, 45.948 ao regime contributivo e 5.255 no regime excepcional. Informe do Ministério de Saúde e proteção social 2013.

cidadã; altos índices de morte por desnutrição¹⁸; infraestrutura insuficiente, assim como estradas em mal estado; alto déficit de moradias; insegurança e presença de grupos armados ilegais e narcotráfico.

Os diversos problemas que enfrenta a região afetam profundamente o desenvolvimento do Departamento e de seus moradores. Note-se, por exemplo, que os índices de educação são baixos e pouco alentadores. Há uma taxa de assistência escolar de 58%, dentro da qual apenas 7,3% chega ao nível superior¹⁹ e a pós-graduação. Isto pode estar relacionado com o fato de que só na cidade de Quibdó há presença de instituições de educação superior²⁰ com registro do Ministério da Educação. Um panorama com poucas opções para aceder a educação e no qual as oportunidades de emprego são limitadas faz com que as taxas de desemprego juvenil²¹ sejam altas, assim como a migração dos mais jovens em busca de melhores oportunidades.

4.3 O CONFLITO ARMADO E SOCIAL NO CHOCÓ

Segundo o Informe da Defensoría del Pueblo (2014),

[...] En el departamento del Chocó hacen presencia las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia – Ejército del Pueblo (FARC-EP) a través de los frentes 57, 34, 30, Aurelio Rodríguez y la columna móvil Libardo García del Arturo Ruiz [...]. El Ejército de Liberación Nacional (ELN), tiene presencia en este departamento a través de los frentes Resistencia Cimarrón, Manuel Hernández - El Boche y Ernesto Che Guevara [...]. (DEFENSORIA DEL PUEBLO, 2014).

Além dos grupos anteriores, também estão presentes na região grupos armados que reorganizaram-se depois do processo de desmobilização das Autodefensas Unidas de Colombia (AUC²²), mantendo práticas semelhantes, assim como sua estrutura militar, econômica e política. Estes últimos estão localizados especialmente

¹⁸ A taxa de desnutrição é três vezes maior que a média nacional.

¹⁹ Por nível superior entende-se a formação profissional, tecnológica e técnica. A porcentagem de acesso a esse nível de ensino o país era de 37,1% em 2010.

²⁰ Uma Universidade Pública e três privadas, além de três que oferecem formação técnica e tecnológica.

²¹ As taxas de desemprego estão diretamente relacionadas com o nível de analfabetismo que chega a 10% da população e com a falta de oportunidades de trabalho na região.

²² Este processo começou em 2002 no governo do ex-presidente Álvaro Uribe e foi ratificado em 2003 com a assinatura do “Acuerdo de Santa Fe de Ralito”. Calcula-se que foram desmobilizados mais de 30.000 homens e mulheres, porém menos de 2% ratificaram seu compromisso no marco da lei de justiça e paz.

nos centros urbanos dos municípios. Dedicam-se principalmente ao desenvolvimento de atividades ilegais como o narcotráfico e extorsão²³, e à pressão de líderes das comunidades através de ameaças²⁴ e intimidações para obter o controle sobre os territórios e introduzir cultivos ilícitos e mineração.

No informe da Defensoria del Pueblo (2014), explica-se como estes grupos armados, para manter o controle sobre os territórios e sobre a população, recrutam crianças e adolescentes, instalam controles ilegais pelas estradas e utilizam minas anti-pessoal²⁵. Por outro lado, o confronto entre os diversos grupos armados pelo controle dos territórios tem gerado o deslocamento da população em virtude de morte de familiares, desaparecimentos²⁶, ameaças diretas a suas vidas, ou pelo temor de viver em meio ao conflito. Portanto, muitos deslocam-se como forma de preservar a vida.

O deslocamento desta população faz com que a vulnerabilidade à perda de direitos individuais e coletivos seja maior. Da mesma forma, a estrutura familiar e comunitária vê-se afetada e a relação que as comunidades têm com seus territórios faz com que eles persistam e permaneçam dentro da região. Por outra parte, quando eles chegam às grandes cidades sofrem discriminação e preconceito. O fato de ser deslocados alimenta a ideia de que eles têm algum tipo de relação com grupos ilegais, além seus traços culturais serem diferentes e estranhos na compreensão dos habitantes das cidades. Muitos deles têm dificuldades para obter seus documentos, já que vários tiveram que sair de suas casas sem seus pertences.

No informe departamental de violência do Governo Colombiano²⁷, em 2011, registraram-se 8.048 vítimas que se auto-reconheceram como afrodescendentes ou

²³ Dados da Fiscalía General de la Nación da Colômbia, órgão que cumpre papel equivalente ao Ministério Público no Brasil, e da Policía Nacional informaram que no período de 2013 e 2014 ao redor de 250 pessoas denunciaram ter sido vítimas de extorsão no Chocó, principalmente nos municípios de Quibdó e Itzmina.

²⁴ 1961 casos de ameaças foram registrados no período 2008 – 2013 na Fiscalía General de la Nación, destes o 57,9% no município de Quibdó.

²⁵ O uso de minas antipessoal é uma estratégia de guerra no país utilizada para conter as ações militares do exército da Colômbia e impedir o avanço dos demais grupos armados em determinados territórios, porém elas afetam a vida e a segurança da população. Segundo o Sistema de Informação e Ação contra as Minas, de 1997 a dezembro de 2015 registrou-se 131 vítimas de minas antipessoal no departamento de Chocó.

²⁶ Segundo o site Localización de Información Forense Estadística (LIFE), pertencente ao Instituto Nacional de Medicina Legal y Ciencias Forenses, em dados consultados até 2016, no departamento de Chocó há registros de 1178 desaparecidos.

²⁷ Refere-se ao “Informe Departamental de Hechos Victimizantes”, feito pela Unidad para la Atención y Reparación Integral de las Víctimas, do Governo da Colômbia (2012).

negros, assim como fizeram 31% das vítimas de deslocamento até 2012, de um total de 155.685 pessoas deslocadas. No documento, a cidade de Quibdó registra a maior quantidade de atos violentos com uma concentração entre o 30 e 34% das vítimas. Entre estes atos destacam-se: sequestro, delitos contra a liberdade e integridade sexual, lesões pessoais e desaparecimento forçado.

Outro problema que afeta o departamento é a dificuldade para o acesso à proteção por parte do Estado através das diversas entidades. No caso específico destas comunidades, a garantia de uma atenção diferenciada por se tratar de sujeitos com direitos especiais, ao ser em sua maioria comunidades negras e indígenas. Existe, portanto, uma baixa capacidade das entidades governamentais responsáveis para o atendimento da população, o que evidencia a ausência de coordenação no nível nacional, regional e local, e um racismo institucional, que continua reproduzindo as desigualdades que estas populações têm sofrido ao longo da história, ao ter entidades que fracassam na atenção igualitária, com funcionários que guiam sua atuação acatando estereótipos racistas.

Depois de sofrer o deslocamento e a discriminação nas cidades a que chegam, muitos decidem retornar, mas nesse processo o Estado também está ausente, já que não existe um plano, nem um responsável para fazer o devido acompanhamento²⁸. As pessoas retornam a regiões nas quais não existe infraestrutura para atender as necessidades da população, nem oportunidades de emprego, o que contribui no impedimento para superar as condições de vulnerabilidade. Por outra parte, as pessoas retornam aos territórios nos quais o conflito ainda está presente.

Perder as terras, ser obrigado a deambular sem saber o que pode acontecer, transtorna a vida das pessoas e seu cotidiano. Perdem-se costumes e as tradições começam a modificar-se, quebram-se laços de família e amizades. Aceder a serviços de saúde, educação e ter emprego torna-se difícil dentro desse panorama, e o futuro torna-se incerto.

Nesse marco das condições da população no Departamento, as mulheres compõem um grupo que é afetado por diversos tipos de violência. O Instituto Nacional

²⁸ A partir da Lei 1448 de 2011, conhecida como Ley de Víctimas y Restitución de Tierras, criou-se um procedimento específico e uma unidade encarregada, entre outras funções, da restituição jurídica e material de terras às vítimas que foram despojadas desde o ano 1991 em virtude do conflito armado. Porém, estes processos ficam afetados pela fraca resposta institucional e pela incidência de certos setores com interesses particulares nos territórios.

de Medicina Legal y Ciencias Forenses (2014) informou que no departamento do Chocó 214 mulheres foram vítimas de violência interpessoal e 327 vítimas de violência doméstica, das quais 307 casos foram denunciados como violência por parte do parceiro. Já em Quibdó especificamente, são 247 casos de violência intrafamiliar, dos quais 232 por parte do parceiro.

Outro tipo de violência que afeta a vida das mulheres é a violência sexual, entendida esta não só como o estupro, mas também como o assédio sexual e todas aquelas condutas que atentam a integridade e a liberdade sexual. Esta pode se dar em diversos âmbitos e circunstâncias na cotidianidade das mulheres, sendo que a mais comum é perpetrada no lar, pelo parceiro sentimental.

Por características como as mencionadas, esta forma de violência é pouco denunciada, razão pela qual os casos registrados são escassos ou inexistentes. Além disso, existem dificuldades nos processos de denúncia e acompanhamento, uma vez que a infraestrutura é insuficiente e existem maus tratos por parte dos profissionais encarregados do atendimento e acompanhamento. A difusão das leis que protegem os direitos das mulheres é limitada, assim como a articulação entre as entidades que devem oferecer atendimento nestes casos, fatos que fazem com que esses direitos continuem negligenciados.

Durante o ano de 2014 foram registrados no órgão de Medicina Legal 17.966 casos de mulheres que precisaram submeter-se a exames médicos legais por suposto delito sexual, destes, 183 foram reportados no Chocó. Nos informes de Medicina Legal, constata-se que os espaços da cotidianidade são os de maior risco (família, parceiro, vizinhos, colegas), porém, apresenta-se uma tendência de aumento nos últimos anos de casos perpetrados por integrantes de grupos armados. O contexto do conflito armado na Colômbia gera um panorama de maior risco para as mulheres, já que em várias regiões a violência sexual tem se convertido em instrumento de guerra²⁹.

4.4 SÃO PAULO: DESENVOLVIMENTO PARA QUEM?

Do outro lado, está o Estado de São Paulo, uma das 27 unidades federativas do

²⁹ Nesse sentido, o corpo da mulher é utilizado para a exploração sexual no contexto da guerra, como forma de vingança contra os adversários ou para gerar pressão na população e assim obter apoio.

Brasil, dividido em 14 regiões e com 645 municípios incluindo a capital (FIGURA 7). O Estado encontra-se localizado na região sudeste do Brasil em um território com área de 248.808 Km² (um pouco mais de cinco vezes o território do Chocó), possui uma população de 44.396.484. Assim, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população do Estado equivale ao 21,6% da população do país, desta 95,94% é urbana. Da população total do Estado 48,66% são homens e 51,34% mulheres; entre os habitantes da região 63,9% declaram-se brancos, 29,1% pardos, 5,5% pretos³⁰, 1,4% amarelos e 0,1% indígenas. O grupo das mulheres negras e pardas equivale a 17,41% da população no Estado (IBGE, 2010).

Figura 7. Mapa de Localização do Estado de São Paulo e sua capital no Brasil e na América do Sul. Modificado de: <http://www.guiageo.com/america-sul.htm>, e <http://www.mapas-sp.com/grande-sp.htm>

³⁰ Em contraste, no Brasil a porcentagem de pessoas que se declaram negras e pardas equivale ao 55,2%.

Esta região converteu-se em centro econômico a partir da expansão da cafeicultura³¹, do posterior desenvolvimento da indústria e da diversificação da mesma. Igualmente, tanto a aparição de grandes empresas, como os cultivos extensivos fizeram com que a maioria da população fosse morar em zonas urbanas. O Estado caracteriza-se por ser a principal região em termos de desenvolvimento econômico, o principal centro intelectual do país, devido ao que possui três das mais importantes universidades públicas brasileiras (além de diversos institutos de pesquisa).

Entre os anos 1940 e 70, tanto migrantes estrangeiros como de outros estados do Brasil foram responsáveis em boa medida pelo aumento da população no Estado (JANUZZI, 1998). Daí que seja possível afirmar que na cidade confluem pessoas de diversas origens: imigrantes latino-americanos, europeus, asiáticos, africanos, assim como migrantes de outras regiões do Brasil e os descendentes dos que foram os primeiros habitantes da região³².

Trata-se, porém, de uma população que na sua diversidade foi crescendo e se desenvolvendo sem as mesmas oportunidades e em condições desiguais. Um exemplo disto foi o benefício recebido por imigrantes europeus e asiáticos para os quais foram disponibilizadas terras no Estado de São Paulo, o que representou uma alternativa para sua transformação de colonos a pequenos proprietários (JANUZZI, 1998).

Por outro lado, para os negros o panorama não foi alentador. O preconceito prevaleceu mesmo depois da abolição da escravidão³³. Os negros libertos³⁴ não eram contratados em empregos dignos, e sem poder acessar ao mercado de trabalho formal era difícil transformar as condições de vida. Essas diferenças até hoje tem efeitos e as desigualdades raciais permanecem, apesar dos avanços em termos

³¹ Tal como afirma-se no livro *Branços e Negros em São Paulo*, de Roger Bastide e Florestan Fernandez, a expansão agrícola do século XIX só foi possível graças à mão de obra dos negros escravizados, sendo este fato um fator histórico importante para se pensar a participação dos negros no desenvolvimento da cidade.

³² Entre eles as comunidades indígenas que ficaram no território (depois de ser evangelizadas), os africanos escravizados (depois libertos) e os colonizadores, e nesse sentido o resultado da mistura entre eles.

³³ A escravidão foi abolida mediante a Lei Áurea de 1888. O Brasil foi um dos últimos países a abolir definitivamente a escravidão.

³⁴ Juridicamente antes da abolição da escravidão os negros eram considerados coisas e não pessoas, essas ideias permaneceriam ainda depois da abolição o que criaria dificuldades para aceder a seus direitos em igualdade de condições.

legislativos e de programas de inserção econômica e social, implementados especialmente na última década.

O crescimento da cidade em termos não só de território, como também de população, faz com que seja considerada como a cidade mais importante do país e uma das maiores metrópoles do mundo.

Figura 8. Mapa de Subprefeituras da cidade de São Paulo. Fonte:
http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/1991.php

Com uma área de 1.521 Km² e uma população estimada de 11.967.825 habitantes em 2015 (FIGURA 9), concentra mais de um terço da população do Estado³⁵. Seu desenvolvimento econômico faz com que o crescimento da periferia seja constante, já que muitas pessoas migram em busca de melhores condições de vida e vão morar justamente nestas zonas. A concentração de população encontra-se relacionada com as possibilidades de emprego, uma vez que o Estado de São Paulo é responsável por 32,1% do PIB do Brasil e a cidade por cerca de 10,7%. (IBGE, 2015)

Dados do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) (2011), no estudo relacionado com a situação social da população negra por estado, revelam que os negros possuem níveis menores de renda per capita familiar³⁶ nas faixas de mais de 1,5 salários mínimos. Assim, no Brasil a presença de negros entre os pobres e extremamente pobres é maior que a presença da população branca nessas mesmas camadas. Se bem as condições da população negra têm melhorado, principalmente na última década, segundo comparações da pesquisa com o ano 2001, as desigualdades ainda permanecem, principalmente no acesso a melhores salários (IPEA, 2013). As disparidades em salários são medíveis se observamos o rendimento médio por hora de ocupação, o qual é de R\$8,79 para a parcela de população negra que está ocupada, enquanto para os não negros é de R\$13,80 (SEADE, 2015).

O acesso à educação pode indicar igualdade de condições, assim, segundo dados da mesma pesquisa, constatou-se que no Estado de São Paulo os brancos alcançam 12 anos de estudo a mais em relação aos negros. A probabilidade de estar vinculados ao sistema de educação formal contribui nas oportunidades para ter empregos melhores e assim aumentar a renda familiar. No entanto, a população negra tem que começar a trabalhar em uma idade menor, o que reduz sua possibilidade de estudar e, conseqüentemente, de obter salários mais altos (FIGURA 10).

³⁵ Por seu tamanho e pelas dimensões de sua população a cidade teve que ser dividida em Subprefeituras com o intuito de conseguir atender melhor às pessoas. Atualmente a cidade encontra-se dividida em 32 Subprefeituras, das quais a que concentra a maior quantidade de população é Campo Limpo, com 607.105 (IBGE, 2010), ainda assim maior que o departamento do Chocó na Colômbia.

³⁶ A renda *per capita* familiar da pesquisa do IPEA está baseada no salário mínimo atualizado até setembro de 2012.

Figura 9. Distribuição da população de São Paulo por renda per capita familiar e faixas de rendimentos segundo cor ou raça - Brasil, 2012. Dados obtidos de IPEA Situação social da população negra por estado 2014.

Figura 10. Dados sobre educação em São Paulo 2012. A. População com 15 anos ou mais de idade, segundo cor ou raça e faixa de anos de estudo concluído. B. Cobertura e escolarização líquida³⁷ segundo cor ou raça. Dados obtidos de IPEA – Situação social da população negra no Estado, 2014.

As maiores diferenças em assistência escolar apresentam-se no ensino médio e superior³⁸, segundo o IPEA (2014). Embora as desigualdades entre brancos e negros permaneçam nesses níveis de educação, nos últimos anos a taxa de evolução da população negra tem sido maior, fato que pode estar relacionado com o sistema de cotas como medida de ação afirmativa. (IPEA, op. cit.)

Lima, Rios e França (2013) adverte que embora as mulheres sejam mais escolarizadas, elas frequentam cursos menos valorizados no mercado de trabalho,

³⁷ Segundo o IPEA (2014), a frequência líquida mede o percentual de alunos em idade escolar correta para um determinado ciclo sobre o total da população da faixa etária prevista para o ciclo.

³⁸ No caso da população no país, dos 3,3% da população que frequentava o nível superior cerca de 2,3% eram negros e 4,3% brancos.

encontram-se geralmente vinculadas em áreas relacionadas com funções de cuidado, como educação e saúde; do mesmo modo, mulheres negras encontram fortes barreiras para converter suas melhores qualificações em maiores vantagens no mercado de trabalho, em suma, é possível afirmar que os avanços em acesso à educação ainda não são suficientes para garantir melhores rendimentos para essa parcela da população.

As desigualdades podem ser medidas a partir de diferentes indicadores: renda familiar, acesso à educação, ocupação e desemprego, são alguns deles, mas se analisarmos a relação entre eles, poderemos entender melhor os alcances das diferenças entre brancos e negros. Por exemplo, as possibilidades de estar ocupado ou não, ou o tipo de ocupação, podem estar ligadas com as oportunidades para melhorar as condições de vida. A fim de entender estas relações, veremos na sequência alguns dados em relação a ocupação e desemprego (FIGURA 11).

Figura 11. Desocupados sobre a IPEA com 16 anos de idade ou mais segundo cor ou raça – São Paulo, 2012. Dados obtidos de IPEA (2014).

Como se pode ver, na maioria das faixas de idade, excetuando as pessoas de 61 anos ou mais, a População Economicamente Ativa (PEA), da porção de negros desocupados, é sempre maior que a população branca; no grupo mais jovem revelam-se as maiores taxas de desemprego, evidentemente nos jovens negros esta taxa é superior aos jovens brancos. Nesse sentido, considera-se possível dizer que existe uma ligação entre desemprego e baixa escolaridade (FIGURA 12).

Figura 12. Distribuição da população com 16 anos de idade ou mais segundo a posição na ocupação por cor ou raça – São Paulo, 2012. Dados obtidos de IPEA (2014).

Note-se que, conforme a figura, a população negra encontra-se majoritariamente empregada em ocupações domésticas (contribuintes e não contribuintes) em comparação com a população branca. De acordo com o IPEA, no grupo de ocupados em trabalho doméstico a nível nacional, as mulheres negras representam o 56%, das quais só 32% contavam com carteira assinada (IPEA, 2011). Por outra parte, observe-se que brancos estão ocupados em maior medida como empregadores em relação a negros.

Embora os dados apresentem uma porcentagem quase igual entre brancos e negros que são empregados com carteira assinada, sabe-se que o acesso aos melhores empregos continua sendo restringido à população negra e em maior medida às mulheres negras³⁹, as quais continuam sendo empregadas em atividades de menor prestígio.

Pode se perceber também que o nível de escolaridade aparece diretamente relacionado com as possibilidades de ocupar empregos melhor pagos, no entanto, é evidente que na inserção laboral no mercado de trabalho também são reproduzidas as desigualdades. Mesmo com escolaridade semelhante, a segregação racial está presente, dividindo as pessoas em setores específicos, posições e níveis hierárquicos.

Outros dados que refletem a condição desigual da população negra é a falta de

³⁹ Segundo a pesquisa de Emprego e Desemprego 2013 do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e a Fundação Sistema Estadual da Análise de Dados (SEADE) de, a taxa de participação no mercado de trabalho das mulheres negras foi de 58,7% em contraste à taxa dos homens brancos que foi de 71,8% em 2012.

segurança pública, assim como uma tendência maior a sofrer situações de violência. Sabe-se, por exemplo, que por suas condições econômicas e sociais, a população negra fixa residência em regiões mais vulneráveis, geralmente vinculadas ao tráfico de drogas e à delinquência; tais circunstâncias provocam maior discriminação contra uma população que é vista como um todo.

Dados da pesquisa Mapa da Violência: Os Jovens do Brasil, mostram que 53,37% das vítimas de homicídios na cidade de São Paulo foram jovens, dos quais 77% eram negros e destes 93,3% homens. Por sua parte, entre os anos 2002 a 2012, enquanto o número de homicídios de jovens brancos caiu em 32,3%, o de jovens negros aumentou em 32,4%, assim, o índice de vitimização de jovens negros, que em 2002 era de 79,9, subiu para 168,6 em 2012; em outras palavras, para cada jovem branco que morre assassinado, morrem 2,7 jovens negros. (WAISELFISZ, 2014).

No caso de violência, atendendo à interseccionalidade entre raça e gênero especificamente, pode-se evidenciar que enquanto os homicídios de mulheres brancas caíram 9,8% no período de 2003 a 2013, os de mulheres negras aumentaram 54,2% no mesmo período (WAISELFISZ, 2015). Mulheres brancas e negras são afetadas pela violência de gênero⁴⁰, porém no caso de mulheres negras, o marcador raça agrava a situação evidenciando os altos índices de casos de violência física, mas também outros tipos de violência: econômica, simbólica, etc.

As estatísticas apresentadas até aqui revelam um panorama das desigualdades entre negros e não negros, que, como já foi argumentado, responde a diferenças criadas historicamente e que ainda não foram superadas. No caso do Brasil, a pressão gerada pelos movimentos sociais, e a disposição dos últimos governos, tem permitido desenvolver pesquisas estatísticas que cruzam as variáveis de raça e gênero, isto possibilita visibilizar uma realidade latente; no caso da Colômbia, porém, as estatísticas são ainda precárias no cruzamento destas variáveis, o que fica evidente nas dificuldades para apresentar uma radiografia fiel à realidade das mulheres negras no país.

⁴⁰ Em informe da Organização Mundial da Saúde sobre violência contra a mulher, a Colômbia ocupa o segundo lugar com uma taxa de 6,3 homicídios, enquanto o Brasil ocupa o quinto com uma taxa de 4,8 por cada 100 mil mulheres, em uma lista de 83 países.

4.5 O CAMINHO PARA O RECONHECIMENTO

Nas últimas décadas têm se dado importantes avanços em termos legais para garantir os direitos das comunidades negras, como a promulgação de leis promovidas pelas próprias organizações sociais da população negra⁴¹, mais que a vontade dos governos. O processo de luta para libertar-se das cadeias da escravidão, visíveis e invisíveis, tem sido longo e difícil. A estrutura racista sobre a qual nossas sociedades foram cimentadas ainda permanece, razão pela qual modificar as condições atuais da dessa população é um trabalho que implica grandes esforços. A escravidão deixou a população negra em situação de iniquidade em relação ao restante das pessoas e essas diferenças são visíveis até hoje.

Brasil e Colômbia, dois dos países da América Latina com maior concentração de população negra na região⁴², teriam processos de desenvolvimento diferentes, mas nos dois casos a sociedade seria fundada sob as ideias da mestiçagem e da democracia racial, com o intuito de negar a existência das comunidades negras. Wade (2008) afirma que a identidade da população negra na América Latina encontra-se definida pela conformação do Estado-Nação; a mestiçagem, o indigenismo e o branqueamento constituíram os eixos para a constituição e a definição da população na região, no intuito de que, no futuro, a população fosse majoritariamente branca. “En este discurso, lo negro y lo indígena se identifican como algo arraigado en el pasado, algo inferior, algo que se tiene que superar” (WADE, 2008, p.119). Depois de extensos processos de luta e organização, nos dois países o racismo foi reconhecido, gerando mudanças em termos legislativos, com o intuito de reparar as comunidades negras e assegurar sua manutenção, respeitando seus traços culturais específicos.

A proteção dos direitos de todas as pessoas e principalmente daquelas reconhecidas como mais vulneráveis: crianças, mulheres, determinados grupos étnicos e raciais, etc., foi garantida no mundo, em termos de leis, pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) (1948), com o “reconhecimento do ser humano em termos de igualdade, dignidade e como sujeito de direitos, sem distinção alguma em relação a sua raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião pública ou de

⁴¹ Inicialmente, e desde a década de 70, o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNU), no Brasil, e o Movimento Cimarrón, na Colômbia, fizeram pressão para que suas demandas fossem escutadas por seus respectivos governos.

⁴² Na Colômbia a população negra, segundo o último censo de 2005, representa 10,7% do total e, no Brasil, segundo o Censo de 2010, 50,7% das pessoas se autodeclararam negras ou pardas.

qualquer outra índole, origem nacional ou social, posição econômica, nascimento o de qualquer condição". (DUDH, 1948; Artigo 2).

Mesmo com a existência da DUDH, foram necessárias convenções, tratados e conferências específicas para discutir as diferentes formas de discriminação e de violação dos direitos humanos, assim como a busca por mecanismos de proteção para estes grupos particulares. Entre eles, podemos resgatar: a Convenção para a Eliminação sobre todas as formas de Discriminação contra a mulher (CEDAW), 1979, na qual são proibidas todas as formas de discriminação dirigidas à mulher; a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial, que havia sido adotada pelas Nações Unidas em 1965 e que é clara em advertir que são falsas todas aquelas doutrinas que apontem algum tipo de superioridade baseada em raça, condenando enfaticamente e em todas suas formas a discriminação racial; e a IV Conferência Mundial sobre a mulher em Beijing (1995), na qual deu-se visibilidade a diferentes segmentos de mulheres, reconhecendo outras identidades femininas como o feminismo negro.

Em suma, ocorreram importantes avanços em termos legais para a proteção das pessoas, em especial de aquelas consideradas mais vulneráveis. Com isto, foi se ampliando um panorama positivo no mundo em matéria de direitos humanos.

Centrando-nos nas últimas constituições dos dois países em questão, é possível afirmar que na Colômbia, a partir da Constituição de 1991, abre-se um processo de transformação política e cultural, principalmente para a população negra. É a partir dos preparativos para a nova constituição que processos de reconhecimento e legitimação de identidades aparecem com maior força. Porém, foram as comunidades indígenas as que ganharam maior representatividade e reivindicações no documento final. As comunidades negras não obtiveram o reconhecimento como grupo étnico necessário, para ter demandas específicas e acesso a direitos de forma diferenciada. A necessidade de participar da Assembleia Constituinte gerou organizações e mobilizações nos movimentos sociais e assim, mesmo depois da promulgação da nova Constituição, as organizações e movimentos viram-se impelidos a se fortalecer.

Especificamente na Constituição de 1991, na Colômbia, é reconhecida e garantida a proteção da diversidade étnica e cultural da população. No caso de garantias de direitos das comunidades negras, pode-se afirmar que foi o Artigo Transitório 55 o único que impediu uma vez mais a invisibilidade deste grupo. A partir dele, foi criada

a Lei 70 de 1993, que reconheceria o direito à propriedade para as comunidades negras sobre as terras baldias ocupadas em zonas rurais na ribeira dos rios, na bacia do Pacífico. Direito a ter propriedade coletiva de acordo com suas práticas de produção. Com isso, estabeleciam-se mecanismos de proteção para a identidade cultural e para a proteção dos direitos dessas comunidades, junto com o fomento para o desenvolvimento econômico e social. O acesso a estes territórios específicos tem se dificultado devido aos interesses em torno a eles: ampla riqueza natural e localização estratégica; a entrega destes territórios às comunidades viria discordar do modelo de desenvolvimento neoliberal imposto no país.

Pode-se afirmar que com a promulgação da nova Constituição muda o panorama para os movimentos sociais, mas principalmente para as mulheres que percebiam a necessidade de espaços próprios de organização. Na carta constitucional, afirma-se que mulheres e homens são sujeitos de direitos e oportunidades em iguais condições. Deste modo, as condições em termos do ambiente normativo, começariam a ser favoráveis para as reivindicações de grupos historicamente vulnerados. Assim, em 1992 acontece o Encontro de Mulheres da Costa Pacífica no qual é criada a Rede de Mulheres Negras do Pacífico com o fim de articular ações relacionadas com as problemáticas que afetavam a comunidade negra em geral e particularmente as mulheres. No mesmo ano é criada também a Rede Nacional de Mulheres Chocoanas com o intuito de se organizar para reivindicar os direitos das mulheres negras, assim como as possibilidades de participação nas esferas pública e privada.

Ao mesmo tempo movimentos feministas de todas as índoles vinham se organizando para impulsionar leis de proteção e garantia dos direitos das mulheres. É o caso da Lei 248, de 1995, que aprovou a Convenção Interamericana para prevenir, sancionar e erradicar a violência contra a mulher; a Lei 1257, de 2008, com o objetivo de garantir às mulheres uma vida livre de violência tanto no espaço público quanto no âmbito privado; a Lei 1542, de 2012, que facilitaria o processo de denúncia dos casos relacionados com violência intrafamiliar, e recentemente a Lei 1761, de 6 de julho de 2015, que tipifica o feminicídio como delito autônomo, para investigar, sancionar, prevenir e erradicar as violências contra as mulheres por motivo de gênero e discriminação.

Leis como estas têm servido de insumo para começar a proteger também às mulheres negras vítimas da guerra no país. Assim, em 2011, criou-se a Lei 1448, mais

conhecida como Ley de Víctimas y Restitución de Tierras, que estabeleceu medidas judiciais, administrativas, sociais e econômicas, tanto individuais quanto coletivas, para beneficiar as vítimas do conflito armado, garantindo seu direito à verdade, justiça e reparação; além disso, com a lei foram criados os Centros de Atención e Investigación Integral de las Víctimas de Delitos Sexuais (CAIVAS).

No plano regional, no Chocó, atendendo às diretrizes nacionais, formulou-se o Plan de Acción Territorial para Víctimas (PAT) do departamento, que permitiu a implementação de programas de prevenção, promoção, atenção, assistência e reparação integral à população deslocada e vítimas do conflito armado. Já em Quibdó foi criada, numa iniciativa inédita na cidade, a Política Pública Mujer Género y Diversidad, em articulação com os movimentos sociais de mulheres e como ferramenta para atender as necessidades específicas deste grupo ainda mais no contexto do conflito.

Tanto na Colômbia como no Brasil, a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância em Durban, na África do Sul, em 2001, estabelece um marco importante para desenvolver planos de ação para combater e erradicar o racismo e promover a igualdade. Pela primeira vez na história, reconhece-se a escravidão e o tráfico de escravos como crimes contra a humanidade, cujas consequências refletem-se até os dias atuais sob a forma de exclusão social, discriminação racial e pobreza.

No caso do Brasil, na Constituição de 1988, foi incluído o Artigo Transitório 68 que, do mesmo modo que a Lei 70 na Colômbia permitiu o reconhecimento da posse de terras para os remanescentes das comunidades quilombolas. A partir daí surgiram outros fatos para reconhecer condições particulares das comunidades negras. Em 1989, por exemplo, foi criada a Lei No. 7.716 para definir como crime o preconceito por raça ou cor. Na década de 90, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, foi reconhecida a discriminação racial e criada uma comissão nacional com o intuito de propor medidas para superar essa situação.

Em 2003, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, foi lançada a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, junto a qual, no mesmo ano, foi criada a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR), para formular políticas e implementar legislação de ação afirmativa, entre

outras ações. Além disso, com o Decreto No. 4.887, ainda em 2003, é regulamentado o procedimento para a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos.

Um exemplo de medidas de integração e combate ao racismo é a criação da Lei No. 11.645, de 10 março de 2008, com a qual incluiu-se no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, trata-se de uma ação afirmativa que visa o reconhecimento da população negra como parte da história do Brasil e que busca a promoção da igualdade racial. Já no ano de 2010, com a Lei No. 12.288, é instituído o Estatuto da Igualdade Racial, que permite estabelecer políticas específicas em educação, saúde, cultura e trabalho em benefício da população negra com o intuito de diminuir as desigualdades sociais historicamente criadas em razão da raça ou cor.

No caso específico da proteção para os direitos das mulheres, foram criados o Centro da Mulher Brasileira (1975), o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (1983), e em 1985, em São Paulo, surgiu a primeira Delegacia de Atenção Especializada à Mulher. Já na Constituição Federal Brasileira de 1988, as mulheres conquistaram a inclusão de 122 emendas relacionadas com os direitos das mulheres.

Nos anos posteriores, o governo brasileiro em 2003 criou a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR), e em 2006 a Lei 11.340, mais conhecida como “Lei Maria da Penha”, para punir crimes de violência doméstica e criar mecanismo para coibi-la. Já em março de 2015 foi sancionada a Lei 13.104 de 2015, que reconhecia a tipificação do Feminicídio como um tipo de homicídio qualificado e como crime hediondo, com agravantes quando acontece em situações específicas de vulnerabilidade (gravidez, menor idade, na presença de filhos, etc.).

Do mesmo modo, na cidade de São Paulo tem se estabelecido diversas leis, assim como unidades especiais para garantir o acesso a direitos da população negra na cidade. Em 2004, mediante a Lei No. 13.791, foi criado o Programa Municipal de Combate ao Racismo e o Programa de Ações Afirmativas para Afrodescendentes. Como progresso desta Lei foi criada a Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial (SMPIR) em 2013 com o objetivo de articular ações para superar as desigualdades geradas pelo racismo a partir de várias frentes: educação, inclusão,

capacitação, informação, sistema de cotas⁴³ e acesso a serviços, entre outras.

Também em 2013, no governo do Prefeito Fernando Haddad, é criada a Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres (SMPM), responsável pela construção de políticas públicas para as mulheres através das quais seja possível superar as desigualdades entre homens e mulheres, desenvolvendo atividades em quatro frentes: combate e enfrentamento a todas as formas de violência contra as mulheres, desenvolvimento da autonomia econômica das mulheres, incentivos à participação política das mulheres e inclusão da perspectiva de gênero em todas as áreas da Prefeitura, assim como nos programas.

Em resumo, podemos afirmar que existe um amplo marco em termos de leis, políticas, programas e espaços institucionais para a garantia dos direitos da população negra e em especial das mulheres negras, e embora as estatísticas apresentem um panorama de redução das desigualdades, estas ainda permanecem e continuam sendo significativas. Podemos considerar, portanto, que ainda há um longo caminho para superar as condições de marginalidade desta população.

4.6 POLÍTICAS DE APOIO A EMPREENDIMENTOS

Na Colômbia, como entidade dependente do Ministerio de Hacienda y Crédito Público, foi criada, no governo de Ernesto Samper, por meio da Lei 454, de 1998, a Superintendencia de la Economía Solidaria – Supersolidaria. A entidade guia-se por meio de cinco objetivos estratégicos: fortalecer o modelo de supervisão; implementar boas práticas de gestão; fortalecer a produtividade do capital humano; incrementar o reporte de informação jurídica e financeira de organizações da economia solidária; fortalecer o trabalho de supervisão nos níveis 1, 2 e 3 nas organizações solidárias do sector real. (MARTINEZ, 2015)

Em contraste com estes avanços em termos legislativos, no campo econômico, na mesma década de 90, as desigualdades sociais aumentaram e um modelo neoliberal

⁴³ O governo federal já vinha estabelecendo o sistema de cotas no âmbito educacional e laboral. Com a Lei 12.711/2012, reserva-se 50% das matrículas nas universidades federais e institutos federais de Educação, Ciência e Tecnologia para alunos que cursaram o ensino médio em escolas públicas, com reservas para pretos, pardos e indígenas. Já a Lei 12.990/2014, reserva 20% das vagas em concursos públicos federais para negros.

se impôs ao país, gerando a abertura econômica, a privatização de serviços públicos, a flexibilização de políticas laborais, e em resumo, criando um espaço de contradição entre os postulados da economia solidária e o modelo real de economia imposto.

Daí que as regulamentações da economia solidária aparecem como restritivas e limitadas, já que só levaram em conta organizações legal e juridicamente constituídas, limitando a participação de pequenas agrupações, modelo contraditório em um país como a Colômbia no qual prevalecem as desigualdades sociais e as dificuldades para a organização. Por outra parte, o valor principal visível nas políticas do governo deixa de ser a solidariedade e continua sendo o lucro e o interesse individual.

Assim, a Lei 454, de 1998, por um lado, no artigo 2, define que a economia solidária deve estar guiada por práticas de autogestão, solidariedade, democracia e humanismo para possibilitar o desenvolvimento do ser humano como sujeito, ator e fim da economia; e por outro, no artigo 6, estabelece que as organizações de economia solidária devem se constituir como pessoas jurídicas sem ânimo de lucro, organizadas como empresas, cooperativas ou fundos mutuais. Desse modo, negam-se outras formas de organização e continua-se impondo um modelo como único e válido.

Nos anos posteriores, para o período 2014-2018, a *Supersolidaria* propôs um plano estratégico intitulado “*Supervisión para el crecimiento social y económico del sector solidario*”, focado no estímulo, proteção, promoção e vigilância das entidades de economia solidária por parte do Estado, sem intervir na sua autonomia. A partir do plano foi reestruturado o Consejo Nacional de la Economía Solidaria (CONES), encarregado de formular e coordenar políticas, estratégias, planos, programas e projetos em função da economia solidária. Do mesmo modo, foi criado o Fondo de Fomento de la Economía Solidaria (FONES), com o propósito de outorgar créditos para o fomento da economia solidária.

Porém, entidades, políticas públicas e programas criados como marco da proposta da economia solidária na Colômbia não têm conseguido sair das lógicas do modelo econômico neoliberal. Portanto, não conseguem atingir a grupos como *Artesanías Choibá*, organizações constituídas por poucas integrantes e com investimentos mínimos, se comparamos com aquelas contempladas pelas propostas do governo. Grupos como este pouco se beneficiam com estas políticas, que ao fim não reconhecem outras economias. Os possíveis benefícios limitam-se a certo tipo de

capacitações com as quais busca-se perpetuar uma visão economicista de desenvolvimento.

Tanto na Colômbia quanto no Brasil, os antecedentes da economia solidária estão vinculados com outras formas de economia presentes na América Latina, inclusive antes da colonização. Na contemporaneidade, a partir de diversos encontros entre acadêmicos, pesquisadores e trabalhadores, começou a se falar de economia solidária como categoria.

No caso do Brasil, a economia solidária como modelo, começa aparecer concretamente depois do fim da ditadura militar. Movimentos sociais, Organizações não Governamentais (ONGs) e interessados na matéria começam a se organizar e desenvolver iniciativas para enfrentar a crise social, gerada pelas sequelas da ditadura e pelas políticas neoliberais. Na década de 1980, cria-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), que se converte em modelo de cooperativas autogestionadas; surge também a organização Cáritas do Brasil com uma proposta de projetos alternativos comunitários. Ambos constituem um exemplo das possibilidades de outras economias. Este panorama propicia a articulação de várias organizações de perfil semelhante a nível nacional e internacional. Assim, no ano 2000 é criada a Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES), reunindo empresas de economia solidária, pesquisadores e estruturas de apoio, com o objetivo de promover um desenvolvimento alternativo no meio do sistema capitalista. (LEMAITREÎTRE, 2009)

Em 2001, no Fórum Social Mundial (FSM), em Porto Alegre, é organizado o Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária, para incentivar diversas ações, as quais possibilitaram que em 2003, durante o primeiro mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva, fosse criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), dirigida pelo professor Paul Singer. A SENAES apoia as ações do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), que embora seja um ente autônomo do Estado no qual articulam-se diversos atores da economia solidária, constitui um espaço de mediação importante entre o governo e a sociedade civil. (LEMAITREÎTRE, 2009)

Atualmente, as políticas em função da economia solidária estão guiadas pelo Primeiro Plano Nacional de Economia Solidária 2015 – 2019, articulado em três eixos: contextualização do plano, determinando fortalezas e fraquezas do panorama da economia solidária no Brasil e a nível internacional; objetivos e estratégias; linhas de

ações e diretrizes do plano. Do mesmo modo, o plano estabelece um marco para a criação dos planos a nível municipal e define claramente as potencialidades da economia solidária, assim como as dificuldades no cenário político, econômico e social atual.

Nas prioridades temáticas do Plano Nacional, no seu eixo 3 sobre educação e autogestão, entre outras diretrizes, expõe-se que, em termos de educação para a economia solidária, devem ser consideradas as necessidades específicas de grupos populacionais como indígenas, quilombolas, mulheres e Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros (LGBTT), pessoas com deficiências, etc., e que, além disso, deve-se garantir nestes processos educacionais o ensino de “História e Cultura afro-brasileira e africana”, segundo o determina a Lei 10.639/2003.

A nível estadual, São Paulo reúne o Fórum Paulista de Economia Solidária (FOPES), integrado por 11 Fóruns regionais e municipais, que representam mais de 1000 empreendimentos. O FOPES tem contribuído para o desenho do Plano Estadual de Economia Solidária, que acolhe os lineamentos do Plano Nacional. Neste, foram identificadas algumas problemáticas a ser superadas para avançar nas metas do plano: dificuldades na articulação entre grupos e organizações que trabalham com economia solidária; não reconhecimento dos valores da economia solidária; dificuldades para o financiamento e burocracia; oposição de alguns setores da sociedade, principalmente aqueles detentores de poder político e econômico; e altos índices de corrupção que afetam todos os espaços da vida social, política e econômica do país.

No caso do Brasil, é possível afirmar que, embora exista um ambiente de disposição para gerar avanços em termos normativos para a economia solidária, tanto a nível nacional, quanto a nível estadual e municipal, o modelo de desenvolvimento capitalista continua gerando dificuldades para o progresso de alternativas como a economia solidária, o que é visível na experiência de grupos como o *Coletivo Guardiães*, que na prática cotidiana estão obrigados a trabalhar por seus próprios meios, já que existe uma grande dificuldade para aceder a empréstimos ou financiamentos. Em relação a crédito, existe uma ausência para apoio, principalmente para pequenos empreendimentos, como o caso deste Coletivo, que, como afirmam suas construtoras, têm que “*vender o almoço para comprar a janta*”.

5 TECENDO, COSTURANDO E PINTANDO HISTÓRIAS.

Com o intuito de avançar, passando de uma elaboração teórica a uma abordagem prática, neste capítulo são apresentados os dois grupos foco desta pesquisa, seguindo os lineamentos da metodologia proposta e trazendo alguns dos elementos discutidos no referencial teórico, principalmente com o propósito de começar traçando um caminho para identificar como estas iniciativas contribuem na resolução de necessidades no econômico, político, social e cultural, a partir de recursos próprios e compartilhados no coletivo.

Os empreendimentos solidários que serão apresentados em seguida constituem uma evidência das alternativas que existem para enfrentar crises, contrarrestar os efeitos do modelo capitalista e do abandono estatal. Por isso, entende-se que são formas de resistência política e econômica a partir das quais se recuperam as identidades e alcança-se um reconhecimento social.

As informações apresentadas foram compiladas e organizadas a partir das entrevistas, da observação participante e dos diários de campo. Em um primeiro momento é exposta a caracterização geral das integrantes dos grupos e de como estão organizadas, seguida pela apresentação do trabalho que fazem. Finaliza-se com o relato de como é feito o trabalho de cada uma delas.

5.1 EXPERIÊNCIA COLETIVA: MULHERES QUE SE ENCONTRAM

5.1.1 Artesanías Choibá

Choibá atrateño...
Recias raíces, selva, vida y fuerza: mi vida y mi negrura...
Flores moradas, ramas siempre verdes: mi amor y mi ternura
Bello Choibá, gigante de los bosques: mi vida y mi cultura...
Gonzalo María de la Torre

Artesanías Choibá é o nome do grupo de mulheres na Colômbia que desenvolvem seu trabalho na cidade de Quibdó no Chocó (FIGURA 13). O grupo está constituído por aproximadamente dez mulheres, sete delas trabalham de forma constante

atualmente⁴⁴. A continuação é apresentada caracterização geral das integrantes ativas do grupo:

Tabela 2. Caracterização grupo Artesanías Choibá.

Nome	Idade	Procedência	Estado Civil	Escolaridade	Composição Familiar (Pessoas com quem mora)
Abigail	26	Bellavista – Chocó	União livre	Ensino Médio completo	Filha
Sara	33	Riosucio – Chocó	Casada	Ensino Médio incompleto	Filhas e esposo
Emília	43	Riosucio – Chocó	Solteira	Ensino Fundamental incompleto	Sobrinha
Rafaela	47	Apartadó – Antioquia	Casada	Ensino Médio completo	Filha e esposo
Elsa	49	Mompox	Separada	Ensino Médio completo	Filhos e mãe
Elena	68	Riosucio – Chocó	Viúva	Ensino Médio incompleto	Sozinha
Maria	74	Mompox	Viúva	Ensino Fundamental incompleto	Filha e netos

Figura 13. Integrantes Artesanías Choibá. Arquivo pesquisa.

⁴⁴ Para os fins desta pesquisa o trabalho foi desenvolvido com as sete mulheres mais ativas atualmente no grupo que são as que aparecem no Quadro 1. Por outro lado, por questão de tempo das mulheres, só foi possível fazer as entrevistas com quatro delas.

O grupo começou há 16 anos, com a orientação de Úrsula Holzapfel. Alemã e pertencente à Diocese de Tréveris, foi enviada à Colômbia em 1981 para começar a desenvolver trabalhos na área de direitos humanos com a Diocese de Quibdó. Nos primeiros 10 anos, ela trabalhou com a promoção da mulher nas comunidades do Médio Atrato. Depois, em 1994, fez um trabalho de Direitos Humanos em Medellín del Ariari, no departamento de Meta. Em seguida, passou a desenvolver trabalhos em Turbo - Antioquia. Depois de um ano e meio, voltou para o Atrato a pedido do Monsenhor Jorge Ivan Castaño, para apoiar a equipe de Direitos Humanos da Diocese de Quibdó. Há três anos faz um trabalho de acompanhamento de pessoas e famílias vítimas do conflito social e armado no departamento do Chocó. Este acompanhamento é feito principalmente a partir do trabalho com a *Economia Solidária*.

Nesse sentido, Úrsula orienta o trabalho de diversos grupos na cidade, constituídos principalmente por mulheres, porque como ela indica,

[...] Cuando llegamos, ese fue el grupo de menor atención, entonces pusimos en eso, y ahora después de todo el conflicto, vemos que esas son las mujeres que más han sufrido el conflicto, que se quedaron solas y que están ahí, y también son las que más resistencia ponen. Vemos que en los grupos ni siquiera un 5% son hombres, entonces uno va para la gente que más se dispone.

Atualmente, Úrsula trabalha com aproximadamente 150 mulheres (e alguns homens) divididas em grupos que desenvolvem diversas atividades de *Economia Solidária*. Um dos grupos é *Artesanías Choibá*, que nasceu da necessidade, detectada por Úrsula, de ocupar o tempo de mulheres que chegaram a Quibdó. Mulheres deslocadas pelo conflito social e armado começaram a se encontrar no Coliseu Medrano, local acondicionado como refúgio para pessoas que chegavam à cidade nessa condição.

Reunidas no Coliseu Medrano, um espaço físico de encontro entre mulheres, homens, crianças, de diversas idades e regiões do Chocó, todos eles afetados pela violência e em condição de deslocados, encontraram neste local também um espaço simbólico, que, no meio da angústia e da dor, possibilitou a construção de formas de organização e novos vínculos. Sobre isto Elena lembra

[...] El coliseo de boxeo, coliseo de Medrano, allí estábamos todos los desplazados, allí un día doña Úrsula de verlos que estábamos todo el tiempo ahí sentados, una gente pensando cómo iba a comer o cómo

iba a vivir, uno vivía estresado. Para desestresarse ella dijo aquí no hay de otra vamos a ver qué hacemos con estas mujeres y nos puso a tejer.

Assim, começou desenvolvendo aulas de bordado, tricô, crochê e costura em geral. Sara explica como se configurou o grupo nos seus inícios,

[...] La idea le surgió a Úrsula para una navidad, porque las compañeras como venían de un conflicto, no tenían entradas económicas para darles un detalle a sus hijos; entonces, Úrsula les hizo la propuesta de trabajar muñecas negras [...] empezó a llamar la atención de la gente, la jefa sacó unas muestras y empezaron a hacer pedidos, entonces ahí se fue armando el grupito.

Elena lembra que as primeiras bonecas feitas foram para o natal das crianças do refúgio temporário no qual muitas famílias deslocadas estavam morando. O local, além de ser moradia temporária, era o ponto de encontro para a articulação de organizações e movimentos sociais. Neste local, aconteciam diversas reuniões para solicitar ajuda humanitária ao governo e procurar alternativas para esta população.

As aulas de Úrsula começaram também nesse local e no meio destas dinâmicas. Se bem para Úrsula o propósito inicial do trabalho não tinha relação com o econômico, rapidamente e dadas as necessidades das mulheres e suas famílias, converteu-se em uma alternativa para ajudar às mulheres a mudar suas condições.

Abigail lembra que o primeiro trabalho que ela fez foi para sua filha recém nascida, um vestido vermelho, para protegê-la do “mal de ojo” (FIGURA 14). Na cultura chocoana “el mal de ojo” está vinculado a uma energia externa de certas pessoas que pode gerar, por exemplo, doenças nas crianças recém nascidas. (ARANGO, 2014). Para a proteção, em alguns casos são usados amuletos de cor vermelha, braceletes ou outros elementos que a criança vai ter no seu corpo.

Nesse sentido, trabalhos como o crochê, além de ser alternativa para gerar renda, é uma *arte*, como elas mesmas o nomeiam, que pode se aproveitar para vestir seus filhos e filhas e a se mesmas.

Figura 14. Filha de Abigail. Observe-se na mão direita a pulseira para prevenir o “mal de olho”.
Arquivo pessoal entrevistada

Com os primeiros trabalhos o grupo foi se configurando e Úrsula Ihes propôs estabelecer um grupo formalmente para começar a gerar uma renda constante. Começaram trabalhando três das mulheres que faziam as aulas e depois foram se somando outras. Para ter uma identidade e ser conhecidas, era necessário ter um nome, assim, o primeiro nome foi *Muñecas Negras*, depois se chamaram *Grupo Amistad*, até chegar ao nome atual. A propósito, Elena explica como foi a escolha do nome e o que representa para elas:

[...] El nombre lo di yo, porque allá en el Atrato, el Choibá es una madera muy duradera [...] yo dije que Choibá porque es muy resistente, cuando prende no se apaga así de fácil [...] por ejemplo aquí está la raíz, usted prendió esta raíz y hasta que no se consume íntegra no se apaga.

O Choibá é uma árvore que pode chegar a medir 50 metros de altura, cresce em uma parte da costa atlântica e em grande parte da costa pacífica, em região de bosque úmido tropical. Folhas, frutos, sementes, talhos, todo nela é aproveitada para diversas atividades, principalmente sua madeira, que por ser duradoura é utilizada para construções externas. Estas características fazem com que seja catalogada como uma espécie vulnerável e que tem sido explorada por aproximadamente 40% das populações do Chocó e Antioquia (MURILLO GÓMEZ; ATEHORTÚA, 2013).

Tanto as palavras de Elena quanto a definição sobre a Choibá, permitem deduzir que, em efeito, não se tratou de um nome por acaso. A Choibá as representa, já que

como mulheres deslocadas têm se visto obrigadas a enfrentar adversidades, porém elas mantêm sua força e seguem em frente, erguidas e dispostas.

Depois que o grupo foi estabelecido, somaram-se outras mulheres, participantes das oficinas oferecidas por Úrsula (FIGURA 15a), mas também de oficinas oferecidas pelas primeiras três integrantes. Os primeiros trabalhos foram feitos no refúgio temporário. Depois de estar mais organizadas e com a necessidade de usar a máquina de costura, Úrsula emprestou um espaço na sua casa, assim como sua máquina, e finalmente, por intermédio da mesma Úrsula, conseguiram um espaço maior em uma propriedade da Dioceses.

Atualmente o grupo conta com dois espaços físicos de trabalho. Uma oficina, localizada no bairro Subestación (FIGURA 15b, 15c), composta por duas salas grandes: uma com maquinas de costura e outra para os trabalhos manuais, que também serve como espaço de reunião; a oficina tem banheiro, cozinha e um quintal grande. O outro espaço é a loja (FIGURA 15d), localizada no centro da cidade, é um ponto fixo para a divulgação, venda e comercialização dos produtos.

Figura 15. a. Foto Ursula. b. c. Oficinas Artesanías Choibá. d. Loja Artesanías Choibá..

5.1.2 Coletivo de Mulheres Negras Empreendedoras *Guardiãs*

O Coletivo de Mulheres Negras Empreendedoras *Guardiã* (CMNE), é um grupo de mulheres negras artesãs no Brasil, que trabalham especificamente na cidade de São Paulo (FIGURA 15). Formado por aproximadamente cinco mulheres entre 41 e 55 anos de idade, que se autodeclaram como negras. No seguinte quadro são apresentadas algumas características gerais de quatro de suas integrantes:

Tabela 3. Caracterização Coletivo Guardiãs.

Nome	Idade	Procedência	Estado Civil	Nível de Educação	Pessoas com quem mora
Esther	41	Rio de Contas – Bahia	Solteira	Graduação	Irmã e sobrinhos
Daniele	44	São Paulo	Separada	Magistério	Filha e neto
Sandra	55	Ilhéus – Bahia	Divorciada	Secundaria completa	Filhas
Potira	55	São Paulo	Solteira	Especialização	Filhas e neta

Figura 16. Coletivo Guardiãs. Arquivo pessoal entrevistada.

O coletivo foi fundado no ano de 2013 por Potira, que explica as razões para se organizar,

[...] A ideia era reunir várias mulheres negras empreendedoras que trabalharam com a questão da tradição africana. Nós já tínhamos nos encontrado em outros espaços e feiras e achamos que formar um coletivo poderia fortalecer o trabalho de cada uma.

No começo, o coletivo foi integrado por cinco mulheres. Todas elas desenvolvendo diferentes trabalhos artesanais, mas com um mesmo propósito vinculado ao resgate de elementos africanos que pudessem contribuir na configuração de uma identidade afro-brasileira.

Por se tratar de ofícios diferentes, mas também pela falta de recursos econômicos, elas nunca contaram com um espaço de encontro fixo, ou espaço de trabalho compartilhado, nesse sentido Sandra afirma:

[...] A gente não conseguiu uma estrutura tanto física, quanto financeira, e quanto espaço a gente não consegui se juntar [...] cada uma está numa localidade, e a gente não consegui se juntar, porque quando a gente sai você está deixando de produzir.

As dificuldades de se articular em um espaço físico têm feito que se constituam como coletivo, principalmente para ações pontuais: participação em feiras, em comitês de mulheres empreendedoras negras ou em espaços de economia solidária. Por suas condições e necessidades, cada uma trabalha em casa. Algumas têm sua oficina em um espaço determinado dentro de suas casas, enquanto outras improvisam em espaços da casa como a sala de jantar ou os quartos.

O coletivo, além de divulgar a cultura negra, busca por meio do artesanato combater o preconceito que a mulher e a comunidade negra em geral sofrem, no intuito de que a sociedade valorize e reconheça a mulher negra.

Os dois grupos têm integrantes permanentes e outras temporárias que entram e saem dos grupos. A mobilidade das participantes está ligada com as condições específicas nos dois casos. Por um lado, em Artesanías Choibá, dificuldades geradas pelo deslocamento, assim como pela necessidade de ingressos fixos, doenças e outros problemas pessoais, fazem com que saiam, procurem alternativas ou parem de trabalhar. No caso do Coletivo Guardiãs, o trabalho de cada uma e as distâncias na cidade fazem com que nem sempre possam se juntar para algum fim ou trabalhar em conjunto.

Em ambos os casos as noções de autonomia e resistência se apresentam como centrais nos seus trabalhos, assim como nas relações entre si, com outros grupos de mulheres, com suas famílias, e em geral nos diversos espaços de participação tanto coletivos como individuais.

5.2 ENTRE BONECAS, VESTIDOS E MÁSCARAS.

Os próprios grupos descrevem seu trabalho como ofício artesanal e de economia solidária. Neste sentido, o artesanato é uma expressão a partir da qual as mulheres plasam seus pensamentos e saberes sobre política, ecologia, sobre o ser negro e negra, sobre o fato de pertencer a um determinado grupo de pessoas, enfim, como reflexo das suas *identidades*.

Como grupo, elas constroem formas alternativas de organização, a partir de um trabalho colaborativo e de autogestão. Desenvolvem seus ofícios baseadas em valores de respeito à mulher, ao ser humano, à cultura negra e ao meio ambiente.

Artesanías Choibá trabalha com várias propostas. Uma delas, e a mais significativa, tanto para elas mesmas, quanto para as pessoas que compram seus produtos, são as bonecas e bonecos negros (sendo que tem uma maior produção de bonecas que bonecos) (FIGURA 17). Feitos de pano, têm sofrido algumas mudanças, principalmente em função de melhorar o produto e para facilitar a exportação.

Desde o começo, as bonecas e os bonecos foram negros, em diferentes tonalidades, não por capricho ou porque tenha sido planejado, mas sobretudo pelos insumos, já que devido a sua localização, não é fácil conseguir na região grande variedade de produtos, e elas se veem submetidas a utilizar aqueles que encontram, por isso o tom variava, mas a cor da pele, sempre tem sido negra. Do mesmo modo, o material tem mudado, os tecidos algumas vezes são mais resistentes e de melhor qualidade, sempre dependendo da oferta de materiais na cidade.

Figura 17. Bonecas negras Artesanías Choibá. Arquivo de pesquisa.

No começo, eram preenchidas com plástico reciclado por elas mesmas, um trabalho dispendioso, mas que ajudava em certa medida na reutilização destes materiais e, por outro lado, com a redução dos gastos para a produção. Abigail conta a experiência das integrantes que começaram,

[...] anteriormente las muñecas se rellenaban con bolsas plásticas y les tocaba a ellas hacer un proceso muy duro, ellas tres que iniciaron [...] les tocaba recoger todas las bolsas que veían en la calle tiradas, las recogían y les hacían un proceso de lavado y después cogían tijeras y picarlas y empezar a hacer el proceso de relleno.

As bonecas com plástico levantaram suspeitas nos aeroportos. Para ser exportadas ou levadas para outras cidades do país, foi preciso mudar esta prática de reciclagem que no final dava um valor agregado ao produto. Começaram a fazer recheio em fibra, o que aumentou os valores de produção.

Além de bonecas e bonecos, em parceria com grupos de mulheres indígenas, grupos de mulheres presidiárias e grupos de mães jovens, fazem bolsas de diferentes estilos e tamanhos, carteiras, guardanapos de mesa e outros acessórios de cozinha (FIGURA 18). Também fazem roupas tecidas ou bordadas. Geralmente os desenhos dos bordados têm a ver com as paisagens da região: animais, rios, práticas culturais,

etc.

Figura 18. Produtos fabricados por Artesanías Choibá. Arquivo da pesquisa.

Por sua parte, no grupo Guardiãs, os trabalhos são de diversas índoles. Por exemplo, Potira também costura bonecas e bonecos de pano negro (FIGURA 19). Este é o principal ofício artesanal que ela desenvolve, mas também faz chaveiros e

brincos de bonecas negras.

Figura 19. Bonecas *Makena*. Arquivo pessoal entrevistada.

Este foi um ofício que começou a fazer por acaso. Ela explica que, quando ainda estava trabalhando, pensou em alternativas para ser independente em termos profissionais, mas só tinha a ideia de fazer algum trabalho artesanal. Um dia encontrou em uma banca de jornal uma revista que ensinava fazer bonecas de pano. Mas o que chamou sua atenção foi que, na capa, havia a imagem de uma boneca com uma cor mais escura do que comum nesse tipo de publicações. A partir disso, pensou que podia ser interessante fazer bonecas negras, principalmente como resposta às necessidades de crianças negras,

[...] Na minha casa nunca teve (bonecas negras), sobrava branca. Até aquele período, quando eu tinha boneca, era boneca branca, porque era difícil achar outra. Aí, eu comecei a fazer. Achei que era importante fazer para minhas filhas, para as escolas, para as crianças, eu usava muito as bonecas em sala de aula.

No começo eram bonecas que utilizava principalmente nas aulas com as crianças, depois as converteu em um produto e em uma marca e começou a vendê-las em eventos no movimento afro na cidade e passou a variar os estilos e fazer alguns bonecos também.

Por outra parte, Esther (FIGURA 20) e Sandra (FIGURA 21) fazem roupas, brincos

e turbantes estilo africano, como diz Esther “*com uma linguagem própria*”;

Figura 20. Peças confeccionadas por Esther. Arquivos pessoais entrevistadas.

Sandra, principalmente, trabalha com roupas de tamanhos Plus Size (roupas de tamanhos acima de G),

[...] Hoje em dia a gente meio que virou referência na questão das *plus-size*, vender roupas com tecidos africanos para mulheres reais, que são as *plus-size*, então hoje já faço bermudas tamanhos bem maiores do G1 G2, faço vestidos.

Nesse sentido, Sandra entende que a mulher negra geralmente é uma mulher voluptuosa, de quadril grande, e se preocupa por levar em conta as necessidades delas, com uma forma de atender a um mercado esquecido pelos cânones de beleza impostos.

Por sua parte, Daniele faz diversos elementos decorativos em *biscuit* (porcelana fria feita a partir da mistura de amido de milho e cola branca): bonecas negras, máscaras, chaveiros, colares e brincos (FIGURA 22). Para ela, as máscaras têm relação com uma *herança espiritual* da África, por isso é tão importante desenvolver este trabalho.

Figura 21. Peças confeccionadas por Sandra. Arquivos pessoais entrevistadas.

Figura 22. Produtos desenhados e fabricados por Daniele. **a.** Mascaras. **b.** Elementos decorativos feitos em *biscuit*. Arquivo pessoal da entrevistada.

Embora nos dois grupos os produtos sejam diversos, em ambos os casos coincide o interesse por uma identificação com eles, como mulheres, como negras e que estão em contato com uma determinada realidade. Daí que seja possível afirmar que existe uma construção simbólica no que elas fazem; o interesse não é somente produzir algo para vender e ter uma renda, existe um interesse por transformar a realidade. A intenção é fortalecer a identidade negra, valorizar a própria cultura e impulsionar o conhecimento da história afro, porque como diz Daniele:

[...] O que nós fazemos faz parte de uma cultura esquecida. Porque nós negros aqui no Brasil não temos cultura. É diferente do japonês, diferente do italiano, eles trouxeram a cultura deles, a nossa cultura foi cortada, foi roubada, então na realidade o que nós fazemos é o resgate disso tudo.

No caso das bonecas negras, por exemplo, o que elas representam vai além do objeto. Trechos no livro de Toni Morrison⁴⁵, *The Bluest Eye* (1970), podem nos recriar a importância de elementos como as bonecas na configuração da identidade. Assim, no livro aparecem relatos de uma auto-aversão racial, gerada pelos modelos de uma sociedade branca e patriarcal,

[...] El regalo supremo, el especial, el más amoroso era siempre un gran bebé de ojos azules. Por los ruidos cloqueantes que emitían los adultos, yo sabía que aquella muñeca representaba lo que ellos creían que era mi máspreciado deseo. A mí me dejaba estupefacta tanto la cosa en sí como el aspecto que tenía [...] las demás muñecas, que en teoría, debían proporcionarme un gran placer, coincidían en justamente lo contrario [...] A mí me inspiraba sólo un deseo: despedazarla. Ver de qué estaba hecha, descubrir su presunta dulzura, encontrar la belleza, el deseado encanto que a mí se me escapaba, y al parecer únicamente a mí. Adultos, niñas mayores, tiendas, revistas, diarios, escaparates, el mundo entero se había puesto de acuerdo en que una muñeca de piel rosada, cabello amarillo y ojos azules era lo que toda niña consideraba un tesoro [...] Yo tocaba con los dedos la cara de la muñeca, intrigada por sus cejas, que eran un simple trazo; le rascaba los nacarados dientes, que asomaban como dos teclas de piano entre los labios rojos. Reseguía el perfil de la nariz respingona, picaba los vidriosos ojos azules, retorció los pelos amarillos. No podía amarla, pero sí podía examinarla para ver qué era lo que el mundo entero clasificaba como adorable. (MORRISON, 1970:28, 29)

Esta descrição de uma menina negra que recebe como presente uma boneca branca é problematizada pela autora. A menina sente uma ausência total de identificação com esse objeto, não consegue descobrir sua *suposta doçura*. Estas

⁴⁵ Primeira mulher negra a receber o Prêmio Nobel de Literatura em 1993.

artesãs com suas bonecas negras parecem responder às inquietações desta menina, que no final, representam o desconforto de muitas outras meninas e meninos.

Assim, uma boneca ou um boneco, pode tornar-se lugar de conflito ou de identificação. Para as crianças, converte-se em modelo, mas, o que acontece se uma criança negra não tem com que se identificar? Estamos imersos em um mercado, no qual abundam os modelos de um dever ser ideal, que chega a nós por diversos caminhos e que se impõe. Tanto no Brasil como na Colômbia, ambos com diversidade cultural, os modelos a seguir são os mesmos: brancos, olhos claros, altos, magros, etc. Uma evidência a mais da existência de uma ordem dominante que apresenta uma escala na qual algumas identidades são melhores do que outras, mais válidas e, portanto, mais divulgadas.

Além dos produtos, integrantes do grupo das Guardiãs fazem oficinas, as quais nasceram da demanda de pessoas que queriam que ela levasse seu trabalho a outros espaços (FIGURA 23). Como professora, começou a utilizar as bonecas nas aulas para falar de racismo e de história afro-brasileira. Pouco a pouco, e segundo as necessidades, ela foi adicionando novos elementos às oficinas. Atualmente, ela faz reflexões sobre identidade, autoestima e tradição.

Quando as oficinas estão dirigidas a adultos, professores ou estudantes de graduação, ela ensina como, a partir das bonecas, é possível ensinar sobre a história, geografia e, até, matemática. Ela acredita que as possibilidades são realmente amplas e que tudo depende da criatividade. Sua experiência como professora, arte educadora e militante do movimento negro tem lhe permitido fazer uma construção muito produtiva em termos de conteúdos para as oficinas.

Algumas integrantes do grupo *Artesanías Choibá* também oferecem oficinas de costura, bordado e tricô, para mães jovens e pessoas com deficiências ou necessidades especiais (FIGURA 24). O propósito é, por uma parte, ensinar uma atividade que possa contribuir para melhorar a renda das famílias, e, por outra, ocupar o tempo livre com uma atividade que pode ajudar a desenvolver outras habilidades e destrezas.

Figura 23. Oficina ministrada no Festival Pé na África. Arquivo pessoal entrevistada

Figura 24. Oficina ministrada a um grupo de mães jovens. Arquivo da pesquisa.

5.3 REMENDANDO A VIDA COM AS MÃOS

Do mesmo modo que muitos ofícios, o artesanato requer um processo de aprendizagem de técnicas, uso de insumos e até estratégias para divulgação do produto. Além disso, como processo, deve passar por experimentos e aperfeiçoamentos. Nos dois grupos algumas delas têm feito aulas para aprender ou melhorar aquilo que conheciam sobre seu ofício. A maioria lembra que desde criança teve uma aproximação à costura, ao tricô ou a outras tarefas similares que permitiram desenvolver destrezas para o trabalho artesanal. Depoimentos das mulheres do grupo Choibá expressam que elas já tinham uma ideia, mas que não sabiam como trabalhá-la:

[...] “sabía manejar la aguja, hacia moños en croché y ya este poco de cosas porque me gusto, y como no había como la manera de alguien que me enseñara [...] empecé a hacer blusas, me enseñaron a hacer blusas, yo me hice un conjunto”. Emilia

“[...] nos puso a tejer (Úrsula). Primero que a tejer la blusa esa, la pequeñita, porque ella dijo que quién quería aprender croché, pero todo el mundo quedó nulo, nadie sabía que era croché. Yo dije que sí, como yo en todo quería estar dije que sí. Cuando fue sacando a cada uno una madeja de hilo, le dio su madeja de hilo y le dio su aguja para que uno empezara a tejer; y ahí como yo sabía manejar la aguja empecé a tejer normalmente y ella dijo: pero usted ya sabía tejer. Doña Úrsula yo sabía manejar la aguja, lo que no sé es cómo se hacen los diseños”. Elena

“yo lo de la aguja lo sabía, sabía manejarla, pero no sabía que trabajo podía yo hacer con las agujas”. Abigail.

Tendo alguns conhecimentos e ideias, começaram aprender com as aulas de Úrsula e depois entre elas. Algumas têm feito aulas fora, principalmente para aprender a utilizar as máquinas de costurar (FIGURA 25a), e atualmente duas estão inscritas na universidade para aprender desenho de modas.

Atualmente, na oficina de costura, há três máquinas funcionando, utilizadas para costurar bolsas, fazer os acabamentos dos guardanapos de mesa ou costurar as partes das bonecas (FIGURAS 25b, 25c, 25d). O trabalho de costurar, preencher, fazer as roupas, penteados e armar as e os bonecos, é feito por todas, cada uma faz uma parte, razão pela qual as bonecas e bonecos são um dos produtos mais importantes do grupo, não só as representa como também as integra.

Figura 25. Integrantes de Artesanías Choibá trabalhando na confecção de bonecas negras. Arquivo da pesquisa.

O corpo das bonecas é feito com panos cor marrom ou negro, eles variam, às vezes mais claro ou mais escuro, depende dos insumos que seja possível conseguir. O desenho do cabelo, colares e brincos sempre tem sido colorido, retratando os penteados que são feitos na região principalmente às crianças (FIGURA 26). Fato que com o tempo pode ir desaparecendo, já que nos colégios, estes penteados só são permitidos utilizando miçangas negras, brancas ou vermelhas se corresponder com o uniforme.

Figura 26. Contraste do penteado das bonecas com os penteados atuais das crianças. Arquivo da pesquisa

As roupas das bonecas são de tricô e tecido, sempre com diferentes cores e desenhos, brincos e colares são brilhantes, às vezes levam sapatos de tela ou mesmo de tricô (FIGURA 27). Também fazem algumas bonecas estilo indígena e bonecos com cabelos rastafári ou tranças, além quatro tamanhos diferentes, incluindo bonecas pequenas em forma de chaveiro.

Confeccionam-se, ademais, bolsas e carteiras (FIGURA 28), parte disso com o apoio de um grupo de mulheres reclusas no presídio da cidade e que trabalham com Úrsula. Elas fazem quadros em bordado ponto cruz e estes são usados para decorar as bolsas. Outras bolsas são decorados com panos desenhados e tecidos por grupos de mulheres indígenas com uma técnica chamada *Mola*, que é costurar diversos apliques de tecidos por capas, com desenhos geométricos que em geral representam elementos da natureza.

Figura 27. a. boneca representando a etnia Wayúu b. boneco rastafári, c. d. Vestidos em tricô.
Arquivo da pesquisa.

Figura 28. Peça de pano em *Mola* e carteira com bordado em ponto de cruz. Arquivo da pesquisa.

Elas mesmas fazem os desenhos para bordar nas peças, trata-se de elementos próprios da região que fazem parte de sua cotidianidade: exuberantes paisagens, a flora e fauna de uma das regiões de maior riqueza natural do mundo. Os bordados são utilizados nas bolsas, carteiras, aventais ou guardanapos de mesa (FIGURA 29).

Figura 29. Detalhe de bordados: bolsa e aventais. Arquivo da pesquisa.

No Coletivo Guardiãs, por se tratar de ofícios diferentes, cada uma delas tem feito um percurso de aprendizagem particular. Potira começou fazendo as bonecas por acaso, como ela mesma afirma e resgatando elementos aprendidos durante a infância,

[...] Eu comecei a aprender na oficina, com a mesma mulher da primeira revista que comprei que ensinava fazer as bonecas. Mas foi a única oficina que eu fiz, aí, fui resgatando algumas coisas. Minha mãe, quando eu tinha 10 anos, me colocou em uma escola de corte e costura, eu fiquei um ano lá. Então, resgatei um pouco daquela coisa da costura, resgatei um pouco da minha avó que gostava muito de costurar, ela fazia aquelas saias de roupa africana. Assim, ela já tinha essa cultura, ela fazia todo de retalho. Eu gostava muito de ver a minha avó na máquina, e minha mãe também tinha, ela não era de costura, mas sempre tinha máquina em casa.

Mais do que uma formação técnica para fazer as bonecas, Potira resgatou da tradição familiar, da sua avó e mãe, elementos da costura. Noções, como o uso da máquina de costura, já que como ela diz “*sempre tinha máquina em casa*”. Da mesma forma, ela está ensinado para suas filhas e neta, que sempre que podem ajudam neste ofício.

Potira diz que as primeiras bonecas que ela fez eram marrons, com tranças para baixo, iguais às que tinha visto na revista, através da qual iniciou sua prática. Mas como militante de movimentos negros, participando de diversas conversas e palestras com a “Juventude Negra” e com o “Fórum de Mulheres Negras”, foi construindo um processo de reflexão sobre as possibilidades da boneca e sobre como fazer dela instrumento para empoderar a população negra, começando pelas crianças.

Durante o processo de criar bonecas, foi necessário dar um nome para elas. Potira explica que essa ideia foi das pessoas que começaram a ver que ela estava fazendo bonecas. Ela nem tinha pensado que podia ser importante pôr um nome. Mas, da mesma forma que ela fez a construção das bonecas, o nome tinha que representar algo da cultura negra. Era coerente que junto com todos os elementos que as bonecas iam apropriando, também tivessem um nome com conteúdo.

[...] Quando eu comecei a fazer as bonecas, falei para minhas filhas, vamos escolher um nome, eu não me achava muito bem com o computador, mas às vezes eu conseguia achar nomes africanos. Quando eu achei essa lista, a gente ficou olhando, olhando, quando a gente viu Makena, achamos uma sonoridade, sabe? Makena! E o significado era feliz, fiquei super contente.

Com as bonecas apareceu a oportunidade de fazer oficinas dirigidas a públicos diversos, segundo os quais é construído o conteúdo das mesmas. No começo utilizou a Makena para estas oficinas, mas como era necessário muito tempo e vários materiais, decidiu adotar as bonecas chamadas *Abayomi* especialmente para as oficinas (FIGURA 30).

[...] Tem muita gente multiplicando essas bonecas, porque é fácil de fazer, o material é fácil de pegar, antes eu fazia oficina de bonecas que costuravam a mão, demorava muito mais tempo, pintava o rosto com tinta, porque a boneca de pano tem que ser com tinta não de outro jeito e aí demora em secar, demorava muito tempo na oficina, eu ficava conversando bastante. A Abayomi é muito mais prática, é boa para oficina.

As *Abayomi* são bonecas feitas com retalhos de tecidos e malhas, não são

costuradas nem coladas, apenas são usados nós para dar forma do corpo, braços, pernas e cabeça. Não tem definida a boca, olhos nem nariz, para que seja possível conseguir que qualquer etnia africana possa ser incluída. Esta boneca foi desenhada em 1987 por Waldilena Martins, para quem mais que um objeto constitui uma ferramenta para fortalecer a autoestima da população negra, por isso o significado da palavra *Abayomi* em Yorubá é *meu presente*. (ESCOBAR & GOTTER, 2010).

Figura 30. Boneca *Abayomi* feita pela pesquisadora durante uma oficina de Potira. Arquivo da pesquisa.

O modelo de oficinas de Martins com estas bonecas tem sido reproduzido por muitas outras pessoas que trabalham com arte-educação, entre elas Potira, que reconhece o imenso potencial deste objeto para trabalhar com todo tipo de população.

Porém, cada arte-educador desenvolve de forma diferente seu trabalho, e no caso de Potira, ela teve que escrever em sequência como seriam oferecidas as oficinas, criar objetivos e uma justificativa. Isto possibilitou definir estruturas segundo o tipo de população: idade e profissão; tempo disponível e interesses do grupo para planejar os conteúdos e formas de fazer as oficinas,

[...] Eu chego. A primeira parte é uma conversa, um debate, uma leitura; e a segunda parte é fazer a oficina. Isso com pessoas adultas e tal; com as crianças é mais uma leitura. Eu vou buscando, que tipo de grupo é esse, que tipo de grupo é aquele. Para poder dividir, porque são duas partes sempre. A primeira parte é texto, é livro, é vídeo, acho interessante você estar levando coisas diferentes, outras possibilidades, e a segunda parte é a construção da boneca.

A partir da experiência, Potira considera que o trabalho de divulgação torna-se mais efetivo quando as oficinas são feitas com professores. Ela reconhece que os professores têm maiores possibilidades de difundir informação sobre cultura afro-brasileira: *“eu prefiro trabalhar com a formação do professor, levar essa discussão com eles para que eles continuem e difundam”*.

Para que as oficinas tenham um conteúdo profundo e bem articulado, ela tem se preocupado por construir um espaço de diálogo com os grupos, a partir do qual seja possível abordar diferentes elementos da cultura negra e afro brasileira. As oficinas dela são conteúdo e pode-se perceber que ela está completamente apropriada do discurso, que a fala parte da vivência própria. Ecologia, autoestima, respeito às diferenças, valorização da cultura afro são informações que ela expõe em cada oficina.

Por sua parte, Sandra começou fazendo colares e brincos para dar de presente, não necessariamente como forma de renda. Embora ela não tenha feito aulas para aprender criou seu próprio estilo, *“ninguém me ensinou. Eu pegava sementinhas e botava na mesa, e aí eu simulava um colar e como ia dar certo”*. Depois de uma temporada sem emprego, decidiu começar a trabalhar com artesanato e vender seus produtos.

Posteriormente, desenhou bolsas de presente com caixas de leite recicladas, que utilizava como embalagem para pôr os colares e brincos que vendia. Aprendeu pela internet, e sua curiosidade fez com que aprendesse fazer puff com pneus e tecidos reaproveitados. Esses produtos os vendeu por uma temporada, mas rapidamente trocou de negócio. Atualmente, ela desenha, costura e vende roupas com estilo afro, se especializa em medidas Plus Size. Embora tenha que contratar pessoas externas

para cortar os moldes das peças, devido à grande demanda do produto, ela sempre se encarrega de costurar, escolher os tecidos e fazer os desenhos.

Daniele começou trabalhando com artesanato quando seus filhos eram pequenos, achou que era uma boa forma de gerar renda e ficar em casa. Ela trabalha diferentes figuras em biscuit. Seu primeiro trabalho foram noivos com vestidos africanos para o bolo de seu próprio casamento. Depois fez chaveiros, bonecas, brincos, colares e máscaras com estilo africano.

Para conseguir manejar o biscuit ela utiliza óleo e para conservar usa vinagre. Deve esquentar a massa no forno e conhecer bem o ponto para conseguir moldá-la. Segundo o trabalho que se deseja fazer, é possível tingi-la de diversas cores, a quantidade de tinta é calculada segundo a massa. Cada figura é feita por partes que depois se juntam, quando a figura está completa é feita a *cura*, que é pôr a peça ao sol e se quiser expor ao ventilador, por horas, dias ou até semanas, dependendo do tamanho.

As máscaras que Daniele faz são pretas sempre, a massa pode ser comprada pronta ou tingida. Ela prefere tingir a massa porque a cor fica mais homogênea e de melhor aparência. As máscaras, principalmente, que em geral são peças grandes, requerem maior tempo de *cura*. É seu principal produto, já que, como ela diz, “*transcende as classes sociais*”. Elas são compradas por pessoas de todas as classes sociais e são reconhecidas por seus desenhos. Daniele conta como começou e porque são importantes para ela,

[...] Eu pesquiso muito, as máscaras é uma coisa que para mim é minha herança espiritual da África, e quando eu comecei fazer máscaras, eu não sabia como fazer sonhava que eu estava fazendo e acordava e fazia, foi assim que eu comecei.

Os desenhos incorporados nascem da intuição dela e das pesquisas que faz pela internet, algumas das figuras remetem a elementos, símbolos ou deuses de religiões de matriz africana.

Finalmente, Esther é a única que fez graduação em Design de Moda. No curso aprendeu uma boa parte das coisas que sabe fazer, mas também foi nos trabalhos e em contato com outras pessoas que costuram. Confecciona principalmente peças femininas: saias, vestidos, camisas, turbantes, etc., com estilos étnicos e africanos. O propósito é começar resgatando elementos da estética negra para empoderar as

mulheres. Constitui uma forma de reforçar a identidade, divulgar a cultura e ocupar espaços, como o espaço da moda. Assim, Esther desenvolve seus próprios modelos, lembra em especial o projeto que criou como parte dos requisitos para obter seu título no curso de moda:

[...] Eu trabalhei com as músicas do Caetano Veloso, que foi a música dos exilados políticos, eles escreveram uma música que dizia *proibido proibir*, e esse foi o tema da coleção, tudo podia, podia usar o que queria, tudo podia ser permitido, a liberdade de ser como você quiser.

Ela mesma compra os tecidos e materiais, desenha os modelos, costura e vende as peças. Tudo é feito em sua casa, na qual improvisa um pequeno espaço para costurar, trabalha em qualquer horário e oferece seus produtos por redes sociais e nas feiras que participa.

5.4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Tanto no caso do grupo da Colômbia como no grupo do Brasil, a maioria das mulheres pertence à faixa de idade ao redor dos 40 anos, todas escolarizadas, mas em níveis variados. Destaca-se o fato de que a maioria delas tem recebido algum tipo de formação relacionada com o ofício que desenvolvem. Embora não tenha sido o foco da pesquisa, todas têm algum tipo de crença religiosa, sem predominar nenhuma. A maioria são chefas de família, respondem pelo cuidado de filhos ou netos, e pelos cuidados domésticos. Em resumo, são grupos de mulheres bastante variados, em idades, escolaridade, experiência, estado civil, número de filhos, trajetória laboral. Várias já foram trabalhadoras domésticas.

Por suas características, o grupo de Artesanías Choibá tem um tempo maior de existência que o Coletivo Guardiãs, porém, em ambos existe uma forma de organização coletiva que busca manter a união e a estabilidade, mas também a independência entre as integrantes. Artesanías Choibá criou uma organização por horários de trabalho determinados por elas mesmas que se divide entre a oficina e a loja. Geralmente, trabalham de segunda a sexta, a partir das oito ou nove horas até 17h aproximadamente. Estes horários variam de comum acordo e podem ser alterados dependendo das necessidades individuais e de trabalho com grupo. As integrantes do Coletivo Guardiãs, por suas particularidades, trabalham em horários

que nunca são fixos.

O principal mecanismo para divulgar o trabalho das integrantes do Coletivo Guardiãs são as redes sociais, em especial Facebook e Instagram. Outros meios de divulgação são as feiras artesanais ou de economia solidária, os eventos sociais e políticos do movimento negro e o boca a boca, que é feito por conhecidos e compradores dos produtos. Por sua parte, em Artesanías Choibá, não são usadas as redes sociais. As vendas são feitas na loja que está localizada na cidade de Quibdó, por boca a boca, por encomendas de alguns produtos solicitados pela Arquidiocese da cidade e por Úrsula, que sempre impulsiona os produtos dos grupos de artesãos que trabalham na região.

Ambos os grupos apresentam dificuldades por falta de recursos para investir em materiais e maquinaria para seu trabalho. As condições são precárias para desenvolvê-lo, no caso do Coletivo Guardiãs, principalmente pela ausência de um espaço físico adaptado para ter um Ateliê. Porém, de forma ainda restrita, este ofício gera renda e outros valores não calculáveis em termos econômicos: independência, autonomia, autoestima; em termos gerais, melhoras nas condições de vida não matérias.

6 TRAJETÓRIAS DAS MULHERES NEGRAS

Este capítulo tem como propósito expor as múltiplas formas de violência, discriminação e exclusão de que têm sido objeto estes dois grupos de mulheres negras. A partir de elementos gerais e pontos de convergência das entrevistas, trabalho de campo e observação participante, serão apresentadas situações da vida das mulheres que influíram na decisão de se tornar empreendedoras, como resultado da reivindicação de seus direitos e de sua identidade como mulheres negras nos seus respectivos contextos.

Se bem no caso dos dois países existe uma ampla regulamentação para educação, saúde, condições laborais dignas, não violência, e em termos gerais acesso e garantia de direitos, os relatos recuperados revelam múltiplas situações de vulneração e violação de direitos, exercidas por diferentes atores: família, estado, sociedade e no caso da Colômbia forças armadas.

Nesse sentido, será necessário começar apresentando suas histórias, em relação ao mundo laboral e as oportunidades de educação e formação, entendendo que tanto a educação formal quanto a não formal têm sido parte constitutiva das oportunidades de vida destas mulheres.

As histórias contadas por elas traçam a rota para compreender o lugar a partir do qual se fala, permitem recuperar suas experiências e sua própria voz, valorando sua experiência subjetiva. Cada uma tem uma história particular, mas compartilham elementos que lhes permitem reconhecer se entre si e identificar uma realidade em comum.

Os depoimentos sobre formação e trabalho apareceram constantemente vinculados e entrecruzados, já que tanto as oportunidades como as dificuldades nestes espaços surgem mutuamente influenciadas. Do mesmo modo, aparecem relatos das diversas formas de violência que tem sofrido ao largo das suas vidas. Como colocado por Collins (1989), as desigualdades podem influir na vida das pessoas ao mesmo tempo, criando um sistema de opressão específico. De modo que no caso de mulheres negras, características como classe, raça e gênero entre outras,

devem ser colocadas no centro da análise para poder revelar nas experiências concretas destas mulheres como se manifesta este sistema de opressões.

6.1 ENTRE A EXCLUSÃO E A EXPLORAÇÃO: NA BUSCA POR TRABALHO DIGNO.

No Brasil, segundo o Informe *Fora da Escola não pode! O desafio da exclusão escolar* de UNICEF, uma das principais causas de abandono escolar é o trabalho infantil. O Censo de 2010 mostra que 10,5% de crianças e adolescentes de 10 a 14 anos que trabalhavam não frequentavam a escola. Trata-se de crianças que estão com maior risco de abandonar a escola por pertencer às camadas mais pobres da população e ver-se obrigados a trabalhar. Destas camadas pobres os grupos mais vulneráveis são as populações negras e indígenas.

Nesse sentido, Potira narra que desde criança teve que trabalhar para ajudar nos gastos da casa.

[...] Meus estudos foram truncados pela questão que eu tinha que ajudar em casa, trabalhar, então, eu estudava e parava, mas nunca desistia [...] Aos 13 anos, eu trabalhava por uma questão de sobrevivência [...] eu trabalhava porque tinha que comer, meu pai era músico, ganhava muito pouco.

Os fatos que narra ela aconteceram em 1974, época da ditadura militar na que inicialmente foi autorizado o trabalho de crianças maiores de 12 anos, em 1974 a idade subiu para 14 anos. As crianças podiam trabalhar e não existia nenhuma legislação para protegê-las, ficavam facilmente expostas a situações de exploração e agressões físicas e psicológicas. A história de Sandra evidencia algumas destas situações,

[...] Não faltava muito para completar os 12, e minha mãe me colocou em uma casa de família em Campinas. Essa senhora estava grávida nos últimos dias, e aí toda aquela responsabilidade de cuidar de casa, cuidar da criança, cuidar das refeições, era minha [...] e aí 12 anos, eu já tava no fogão, dormindo com aquele bebê recém-nascido, e aí em todo momento tinha que estar levantando acordando para levar essa criança para o quarto da mamãe, depois voltava e levava.

O trabalho infantil no âmbito doméstico tem sido naturalizado, principalmente no caso de crianças, meninas negras com mães que são trabalhadoras domésticas também. Além do vínculo geracional o trabalho doméstico tem sido designado como uma função tradicionalmente feminina e do âmbito privado. Por isso é usual encontrar nas famílias negras, mulheres que têm trabalhado como empregada doméstica

durante várias gerações. No caso da Daniele, sua mãe trabalhava como empregada doméstica, com seis filhos e um esposo que como ela mesma diz *“não parava na casa”*, ainda criança ela teve que trabalhar,

[...] Quando era nova, tinha entorno de dez anos, eu olhava os filhos da vizinha e aí, ela tinha dois três filhos, precisava ir ao médico, eu ia junto, assim foi que eu comecei ganhar meu primeiro dinheiro, foi olhando os filhos da vizinha.

Na época em que estas mulheres eram crianças a legislação não as protegia, embora tenham acontecido mudanças em termos de leis para combater o trabalho infantil, parece que não se tem dado ainda os avanços necessários para erradicá-lo definitivamente. Dados do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FEPETI) mostram que em 2011, 93,7% das crianças e adolescentes ocupados no serviço doméstico eram meninas e 67% das crianças e adolescentes ocupados nessa atividade eram negras. Esta informação é constatada por dados do ano 2013 para o Brasil apresentados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), que indicam que as meninas negras representam ao redor de 93% das crianças e adolescentes ocupados em trabalho doméstico.

O caso da Colômbia não é diferente. As mulheres começam a trabalhar cedo como faxineiras, na casa de familiares ou de terceiros. No Chocó é uma prática comum que pessoas, geralmente em melhores condições econômicas, levem preferencialmente meninas às cidades ou povoados de maior tamanho para os trabalhos domésticos em troca de comida e estudo, porém esta promessa nem sempre é cumprida, Sara relata,

[...] Yo empecé a trabajar desde los 8 o 9 años, me llevó una hermana a vivir a su casa y me tocaba cuidarle los niños, organizar para ganarme la comida [...] después nos dejaron con mu abuelita a tres de las hermanas [...] una profesora le pidió que me diera para trabajar y me fui con la profesora. La idea era que la profesora me pusiera a estudiar, pero la profesora no hizo eso [...] la idea era que ella me estudiara y yo le colaboraba en la casa. Pero no, me llevó como su empleada pero no me dio estudio.

As condições de pobreza das famílias, as dificuldades para acesso à educação e possibilidades de emprego e a situação de conflito do país, constituem fatores que aumentam a probabilidade do trabalho infantil, principalmente nas regiões mais pobres e vulneráveis. Por outro lado, e como evidencia de discriminação, a condição de gênero, raça e classe fazem que o trabalho doméstico apareça como um espaço comum de inserção laboral na vida das mulheres desde crianças. Segundo o DANE

(2005) no ano 2012 a taxa de trabalho infantil no Departamento do Chocó foi de 9,4% superando a média nacional que foi de 6,4%. A OIT e o Ministério do Trabalho da Colômbia revelaram que no ano 2012 aproximadamente 734.000 pessoas estavam empregadas no serviço doméstico, 99% mulheres, principalmente nas zonas urbanas onde se constatou que 16.000 eram meninas entre 10 e 17 anos. Os números atuais, que segundo as organizações vêm decrescendo, visibilizam um problema de vulneração de direitos que vinha acontecendo há muito tempo. Os depoimentos das entrevistadas são exemplo disso. Para Emília sua infância não foi diferente à de suas colegas,

[...] Yo trabajo desde muy niña porque mi mamá no me crio, me crio fue una tía [...] desde niña siempre he trabajado, en casas de familia, me tocaba pelar plátano yo no sabía, mi tía me enseño.

As condições econômicas desfavoráveis propiciam que o trabalho doméstico infantil seja uma alternativa, mas este propicia várias formas de abuso devido a seu caráter privado e quase oculto: pouca ou inexistente remuneração, ausência de seguridade social, violência física e psicológica, ruptura de laços familiares, deserção escolar e em termos gerais perda da infância e vulneração de direitos reforçando os sistemas de exclusão e discriminação.

A vida destas mulheres desde crianças é marcada por estas primeiras experiências no mundo do trabalho, faz parte de seu processo de socialização influenciando nas formas como elas se introduzem no mundo, o conhecem e o interiorizam. Constitui uma entrada no mundo a partir de relações de dominação e subordinação, que podem ser determinantes da configuração de suas identidades.

O primeiro emprego de Potira foi aos 13, daí em frente teve diversos trabalhos: auxiliar administrativa, digitadora, vendedora, supervisora de recursos humanos, professora e desenvolvendo projetos culturais,

[...] Eu trabalhei em muitas coisas. Eu comecei trabalhar de 13 para 14 anos, em um laboratório colando etiquetas [...] depois eu fui para uma loja fiquei lá um tempo também [...] com 18 anos fui trabalhar em um hospital como auxiliar administrativa [...] trabalhava lá na agência do Bradesco eu fiquei lá uns quatro anos [...] eu trabalhei dois anos no presídio feminino, lesionava, dava aula [...] eu sei também, aí fiquei um pouquinho sem trabalho, depois eu arrumei esse serviço nas lojas americanas de supervisora de recursos humanos [...] depois trabalhei dois anos na Secretaria de Cultura de Osasco na parte de projetos culturais.

No caso dela alguns destes empregos foram com carteira assinada⁴⁶, outros por contrato temporário ou prestação de serviços, mas em termos gerais para Potira sem garantias reais. No final, por querer estudar, por receber maus tratos, por salários injustos, jornadas extensas, terminação de contrato ou por insatisfação em geral, ela viu-se obrigada a trocar em várias oportunidades de emprego, sempre na procura de oportunidades melhores e sobre tudo mais justas.

As mulheres estão em uma busca constante de autonomia econômica como uma das possibilidades para começar a construir vidas plenas e conquistar a autonomia nos demais espaços de sua vida e no caso de mulheres negras essa procura é maior quando devem superar as condições de pobreza e vulnerabilidade às que têm sido submetidas historicamente.

Do mesmo modo que Potira, a Sandra começou a trabalhar muito nova. Aos 12 anos já era empregada doméstica e babá. Nesse emprego trabalhou por um pouco menos de um ano. Depois de receber maus tratos e tentar-se revelar ante sua patroa⁴⁷, sua mãe levou-a para trabalhar na mesma casa na que ela era empregada doméstica,

[...] Ai fui trabalhar junto com minha mãe na mesma casa. Alguns meses depois eu acabei me transformando na empregada da minha mãe, porque ai minha mãe ficava para todo lado com minha patroa e ai eu era empregada das duas [...] então ela (a patroa) tinha três filhos legítimos e mais duas crianças adotadas, era uma casa imensa, então eu tinha que cuidar daquelas crianças, cuidar da casa, cuidar da comida, levar criança a escola.

Nesse sentido, a Daniele conta que com muitas mulheres que trabalham em casas de família acontecem mudanças, uma rejeição e negação de ser negro, “*a mulher negra enquanto empregada doméstica, ela perde tanto sua identidade que ela começa agir que nem a patroa*”.

Sem estudo e sem apoio familiar, Sandra teve que continuar trabalhando como doméstica. Aos 16 anos ficou grávida e durante a gravidez e com sua filha recém-nascida, trabalhou até os 18 anos na mesma casa até que sua *patroa* decidiu retornar

⁴⁶ Segundo o IPEA (2011) em 2009 mulheres negras em emprego formal com carteira assinada representavam um 25%, a taxa menor em relação à de homens brancos com um maior índice de formalização, 43% com carteira assinada.

⁴⁷ O uso deste termo se manterá durante o texto com o propósito de ser fiel aos depoimentos das entrevistadas. Nesse sentido, entende-se que a *patroa* é a dona de casa ou ama em relação aos criados.

a seu país de origem, ela ficou um tempo desempregada. Nesse tempo sua mãe a entregou como esposa para um amigo dela contra sua vontade. No meio de um relacionamento forçado e tormentoso pelo ciúme do seu companheiro, teve que procurar outros empregos. Começou trabalhando como ajudante de prensista em uma metalúrgica, mas ao pouco tempo ficou doente e foi demitida. Depois para tentar ter tempo de cuidar suas filhas, voltou a trabalhar na limpeza de casas, mas desta vez como diarista.

A inserção de mulheres negras no mercado de trabalho está geralmente vinculada a trabalhos precários ou menos valorizados que os desempenhados por homens. Suas possibilidades de emprego se concentram nos serviços sociais e domésticos, sendo submetidas nestes espaços a receber menores salários, benefícios e, portanto menos garantias laborais.

Durante essa época Sandra começou se vincular com a organização comunitária do bairro que estava desenvolvendo projetos para levar serviços públicos. Sua participação nesse espaço fez com que depois de ganhar um dos projetos fosse chamada para trabalhar com eles. Ainda com um pago de ajuda de custo, para ela era uma boa oportunidade dadas suas condições,

[...] Eu conheci um grupo que participava do movimento de moradia e que lutava para ter as melhorias naquele bairro e eu me uni a esse grupo. Eles tinham uma verba que eles recebiam de um grupo da Holanda que era exatamente para pessoas de comunidades que batalhavam por um benefício para a sua comunidade [...] me falaram: venha trabalhar com a gente, não é salário, é uma ajuda de custo. Aquilo para mim foi o máximo, primeiro estava próximo de casa, podia ficar com meus filhos, segundo não era muita coisa, mas já conseguia sobreviver com aquilo.

Com o mesmo grupo chegaram outras oportunidades de emprego. Assim, trabalhou na creche que fazia parte do mesmo tipo de projetos para melhorias do bairro e depois durante seis anos como agente de saúde na primeira unidade de saúde também no bairro. Por procurar melhores condições para suas filhas, decidiu se mudar para outra região da cidade o que impediu que pudesse continuar participando do grupo e trabalhando nos projetos já que era obrigatório fazer parte da comunidade.

As desigualdades em relação ao gênero e raça podem ser evidenciadas na situação de desemprego de mulheres negras. No Brasil segundo dados do informe Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça na sua quarta edição, para o ano 2009

a maior taxa de desemprego, 12% correspondeu ao segmento de mulheres negras em contraste com a menor que foi de 5% do segmento de homens brancos (IPEA, 2011).

Sem emprego Sandra decidiu vender lanches na universidade de uma de suas filhas, e como teve muita acolhida resolveu vender almoços completos. Conseguiu-se manter e manter seus filhos com este trabalho por uma temporada. Em algumas ocasiões teve perdas como quando a universidade denunciou com a polícia a vários vendedores que estavam frente à universidade, e eles tiraram tudo dos vendedores,

[...] Ai eu fazia aqueles panelão de comida, o carro tudo bonitinho, montava toalha chegava à faculdade, montava a mesa e o pessoal comia tudo, ai eu fazia cardápio, todos os dias uma coisa diferente [...] até que a polícia chegou lá e tirou tudo de nós. Ai eu fiquei com medo, mas comprei tudo de novo, ai eu comecei a vender de novo.

Esta oportunidade de trabalho acabou quando a universidade foi trasladada a uma região na que não era permitido estacionar veículo fora. Ao pouco tempo uma amiga a convidou para se apresentar a uma oportunidade de trabalho dando aulas de informática em um caminhão itinerante com um programa de Casas Bahia chamado *Amigos do Planeta Inclusão Digital*, no qual se davam aulas de informática, empreendedorismo e empregabilidade. Neste emprego além de ela mesma aprender informática, obteve ferramentas para desenvolver depois seu próprio negócio.

A Claudia também começou trabalhando muito nova, com dez anos cuidava os filhos da vizinha e depois por estar estudando para se graduar do magistério, trabalhou dando reforço escolar nos filhos de conhecidas. Igual que a Potira e a Sandra, ela teve vários trabalhos: professora, comprando roupa de cama e vendendo, cabeleira, depiladora, vendedora de lanche, fazendo e vendendo bordados e telemarketing. A escolha nos empregos a maioria das vezes esteve guiada pela facilidade de contar com tempo para cuidar de seus dois filhos.

O caso da Esther não é muito diferente,

[...] Comecei com 11 anos como babá, depois de empregada doméstica, vendedora em loja e também em limpeza [...] depois comecei a trabalhar em um ateliê de moda, antes de iniciar a faculdade e durante o período do curso, trabalhei em algumas grifes de moda.

Trabalhando desde jovem tentou construir um caminho diferente para ser independente. Enquanto estudava na noite trabalhava no dia em grifes de moda até

terminar a faculdade. Com a experiência nos ateliês e com sua graduação completa decidiu criar o próprio negócio.

Além de desemprego ou empregos mal remunerados, as mulheres enfrentam no espaço laboral situações de assédio. A OIT afirma que 52% das mulheres economicamente ativas já sofreram assédio, psicológico ou físico. A vivência de Potira é um exemplo dessa estatística,

[...] Na agência, fiquei lá uns quatro anos, mas foi terrível, porque trabalhar de digitação naquela época era um horror. Achei que demitiam muita gente, para eles eu não produzia nada, eu achava que me matava lá, e eles falavam que não. Mas depois que eu fui procurar outros empregos nessa área e sempre passava nos testes, então eu me perguntava se eu sou tão ruim por que eu consigo passar? Tive um problema lá na diretoria e aí eles começaram a ficar, como assim, tipo uma perseguição em cima de mim. Eu não podia entender direto umas coisas que hoje olho e acho que é assédio sexual também. Mas na época não concebia isso, mas quando você começa a analisar percebe. Depois eu sentia um assédio moral também.

Seguindo a Collins (1989), a partir da experiência de classe, raça e gênero e das experiências históricas concretas é possível desenvolver um pensamento feminista negro, que permite um olhar particular sobre as situações de opressão. A experiência concreta na interseção das opressões propiciou que Potira desenvolvesse um olhar particular da sua história, gerando um conjunto de reflexões sobre o ser mulher negra na sociedade brasileira, tal como afirma a partir da experiência no trabalho:

[...] As condições eram difíceis no trabalho, mas você tem que pagar as contas, aluguel e ajudar com as coisas das minhas filhas. Eu acho que trabalho muito e que eu poderia ganhar mais, mas as pessoas não valorizam o trabalho. A vida de nós mulheres negras às vezes é assim.

As desigualdades em relação ao acesso, condições e possibilidades de emprego são facilmente identificáveis no que se refere às mulheres negras. As iniquidades entre: homens e mulheres, brancos e negros, mulheres negras e brancas e homens negros e mulheres negras são amplas e persistem deixando evidente que as desvantagens históricas não têm sido ainda superadas e, portanto continuam gerando uma redistribuição desigual.

As mulheres do grupo Artesanías Choibá embora imersas em um contexto diferente e quase oposto em termos de desenvolvimento, se compararmos com São Paulo, coincidem no fato de ter trabalhado como empregadas domésticas sendo crianças.

Mais seu trabalho também esteve focado em labores do campo. Assim por exemplo, Elena trabalhou a maior parte do tempo em agricultura e pesca,

[...] Yo trabaje como agricultora: sembrando arroz, despuntando arroz, cortando arroz. Sembrando plátano, cortando plátano. Y en la pesca: resinando⁴⁸ pescado, salando pescado, atarrayando junto con mi papá, pilotando la champa, me tocaba embarcarme con él, me gustaba mucho andar pescando. Yo me embarcaba en mi champa de noche a pescar e de día nos embarcábamos a pescar también.

O Chocó é um dos departamentos da Colômbia mais ricos em recursos hídricos, o que faz com que a pesca sejam uma das maiores fontes de trabalho na região. Famílias completas, mulheres e homens de todas as idades junto com as crianças se dedicam à pesca, seleção, limpeza e venda de peixes e mariscos. Porém, estas práticas têm se transformado principalmente por circunstâncias políticas, sociais e econômicas, entre estas: o deslocamento forçado que gera que as pessoas migrem às cidades maiores, em alguns casos cidades que não têm rios ou que se os têm, mas estão contaminados pelo impacto da cidade; as práticas extrativistas que contaminam as fontes hídricas e a imposição de um modelo econômico que favorece as grandes empresas pesqueiras.

Antes de ser deslocada de seu povoado, Elena tinha uma loja de viveres e se dedicava plenamente a trabalhar nela. O deslocamento forçado gera não só perdas econômicas e materiais, também tem efeitos sobre a vida das pessoas, enquanto se dão rupturas de laços familiares e comunitários, assim como de práticas culturais e de seus vínculos com o território. Elas relatam que eram vários os costumes colaborativos, a noção de família neste contexto se amplia ao espaço comunitário, no qual era comum se ajudar com o cuidado dos filhos ou dos doentes, oferecer alimentos caso alguma vizinha não tivesse, emprestar ou dar simplesmente uma banana da terra, um pouco de sal, açúcar, azeite ou arroz, o que estava ao alcance, o importante era que ninguém tivesse que passar fome. Nesse sentido, Elena diz, *“no teníamos mucho, pero tampoco faltaba la comida”*.

Dados da Agencia da ONU para os Refugiados (ACNUR) da Organização das Nações Unidas (ONU) e 2014 revelaram que entre 1997 e 2013 foram registradas oficialmente 5.185.406 pessoas deslocadas de conflito interno na Colômbia que já supera 50 anos e no qual os mais afetados são a população afrocolombiana e

⁴⁸ Resinar o peixe é limpar e retirar as vísceras e as escamas.

indígena. As estadísticas fizeram com que no ano 2014 ultrapassando os seis milhões fosse o segundo país do mundo com maior número de deslocados internos depois de Síria. A vida de famílias e pessoas é afetada por este fato e por seus efeitos: violência, mortes, prejuízos psicológicos, físicos e econômicos, destruição de bens e perda dos mesmos, e em geral vulneração total de todos os direitos humanos.

Abigail, Sara e Emília trabalharam também em casas de família, fazendo limpeza e cuidando de crianças, ou trabalhando como garçonetes. Quando chegaram a Quibdó foi difícil conseguir emprego, as condições na região são complexas e a discriminação com as pessoas deslocadas é uma problemática que gera dificuldades na integração destas pessoas. Pelo geral as cidades não se encontram preparadas para receber aos deslocados, ainda mais quando vários dos deslocamentos são massivos. Devido aos confrontos esta forma de deslocamento é frequente. Nesse sentido a ACNUR em 2014 revelou que só durante o 2013 foram registrados 90 eventos de deslocamento massivo, e que o departamento de Chocó foi um dos departamentos com maior número de ocorrências (ACNUR, 2014).

As cidades receptoras são pelo geral, aquelas que estão mais perto do local de origem ou que no imaginário da população podem oferecer oportunidades de emprego. Porém, são cidades com graves problemas de desigualdades sociais e econômicas o que gera o temor na população de maior acentuação destas problemáticas. Mas a desconfiança é maior enquanto as pessoas deslocadas no imaginário de muitos, estão diretamente relacionadas com a guerra o que os faz objeto de suspeita. É comum encontrar pessoas que presumem que eles foram deslocados porque existe alguma responsabilidade ou vínculo com grupos armados. São constantemente estigmatizados por essas atribuições que lhes são dadas ou por ter rasgos culturais diferentes aos padrões dos habitantes nas cidades receptoras.

Nesse panorama o emprego no trabalho doméstico se converte em uma das poucas possibilidades na procura do sustento. Mas nesse contexto é caracterizado por sua tendência a se converter em um tipo de trabalho forçado ou obrigatório, que acentua a discriminação e reforça sentimentos de submissão, gerando temor e insegurança.

6.2 NÓS TAMBÉM QUEREMOS ESTUDAR. O DIREITO À EDUCAÇÃO DAS MULHERES NEGRAS.

Embora no Brasil nas últimas décadas exista um aumento nas taxas de escolarização feminina, o analfabetismo de mulheres negras e pardas continua sendo alto, 14% e 12,1% respectivamente, (IBGE, 2010), estas taxas são mais evidentes no segmento de mulheres acima dos 60 anos. Igualmente no ano 2009 se reportou que a média de anos de estudo da população maior de 15 anos aumentou, porém as diferenças entre pessoas negras e não negras permanecem, 6,7% em negros em contraste com 8,4% de brancos (IPEA, 2011).

Contudo os desafios para o acesso à educação de mulheres negras são muitos. Retomando alguns pontos ditos anteriormente, as características de vulnerabilidade deste segmento de população são maiores, só por nomear duas: pertencer aos segmentos mais pobres da sociedade e ter as maiores taxas de trabalho infantil.

Apesar de começar a trabalhar sendo criança Potira não desistiu do estudo. Esteve inscrita em várias escolas públicas e privadas, parou de estudar em algumas ocasiões, mas no final conseguiu terminar o ensino médio. O informe Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça mostra que a taxa de distorção de idade/série no caso do ensino médio é maior para as jovens negras 38,2% em contraste com 24,1% para as jovens brancas (IPEA, 2011). Logo a Potira culminou seus estudos, mas em uma idade superior que a média.

Para ela, igual que para muitas mulheres negras, a escolarização é um importante recurso na procura de uma perspectiva de futuro melhor. Ao mesmo tempo em que constitui uma forma de superação das condições de desigualdade social e racial não só a partir do acesso nos diferentes níveis de educação como também no ensino de história e cultura afrobrasileira como formas de combate ao racismo.

Por estas razões e por se tornar exemplo para suas filhas e neta. Potira não só fez graduação em Normal Superior, em 2014 obteve o título de Especialização em “Formação de Professores”. Nesse caminho teve diversas dificuldades econômicas além da responsabilidade de duas filhas, porém ela observa: *“Mas independente disso, eu sempre fiz curso, sempre estudei alguma coisa”*.

Além da graduação e da Especialização, sempre tem estudado fazendo diferentes cursos, sobretudo, relacionados à cultura afro-brasileira, que ao final, além da própria

experiência, são um importante insumo para o trabalho que atualmente desenvolve.

Esther fez sua alfabetização do ensino médio e o ensino fundamental quando criança na Bahia. Estando em São Paulo enquanto trabalhava em grifes de moda fazia com muito esforço o curso de graduação em Design de Moda que conseguiu finalizar em 2009. Ela trabalhava durante o dia e assistia à universidade na noite,

[...] Era muito apertado, eu saí do serviço seis horas, tinha que chegar sete, não tinha tempo para parar, eu tinha que fazer tarefa, fazer trabalho, porque eu chegava à casa meia noite, uma da manhã, todos os momentos lá eu estava na biblioteca, eu estava sempre ocupada, então não tinha momentos assim vazios, de sei lá, prestar atenção em outras coisas, não tinha, então estava sempre correndo atrás, si não, não ia conseguir.

Ela e Potira entendem que com a educação a população negra pode ganhar espaços antes negados. Para Esther estudar foi fundamental porque depois de culminar a graduação tendo 34 anos conseguiu ter o impulso que precisava para trabalhar de forma independente.

Porém teve que superar várias barreiras para conseguir estudar. Geralmente a população negra e em especial as mulheres negras se devem enfrentar a dificuldades que impedem seu acesso à educação, principalmente nos níveis superiores, daí que a representatividade nestes espaços esteja ainda baixa em relação ao esperado com a implementação de ações afirmativas. Esther que se formou no ano 2009 evidenciou que ainda a presença de homens e mulheres negras no ensino superior é baixa, *“Na universidade como em todo lado a minoria era negros [...] tinha pouquíssimos negros, quando eu me formei se formaram quatro, de uma turma de trinta”*.

O acesso equitativo ao ensino em todos os níveis tem sido uma das bandeiras de luta do movimento negro no Brasil e na América Latina. Daí que na III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata em Durban, na África do Sul, em 2001, países como o Brasil e Colômbia assumem o compromisso de tornar efetiva a implementação das políticas de ações afirmativas.

As ações afirmativas são consideradas medidas importantíssimas que devem ser instituídas pelos governos no intuito de superar os efeitos de um processo histórico de dominação, principalmente sobre a população negra e indígena. No caso do Brasil em 2012 uma das primeiras política de ação afirmativa implementada foi o Programa Diversidade na Universidade que buscava criar estratégias para o acesso à

universidade de pessoas menos favorecidas. Depois no governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi criado o Programa Universidade Para Todos (ProUni) e se manteve o apoio às ações afirmativas nas universidades públicas.

A Daniele conseguiu fazer o ensino fundamental de criança e o ensino médio na adolescência. Depois disso continuo com a formação do magistério para poder ser professora. Além dessa formação, tem feito diferentes cursos práticos,

[...] Aprendo porque sempre procuro cursos práticos, eu gosto de aprender muito rápido, eu não tenho muita paciência, eu já quero começar e fazer um trabalho, sempre quero avançar rápido nas fases, não quero fazer devagar.

Ela considera que fazendo cursos práticos pode tirar maior proveito. Tem feito vários relacionados com artesanato, mas também outros como de cabeleira oferecido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). Estes cursos têm constituído para ela importantes opções laborais e de aprendizagem para ser uma trabalhadora autônoma.

O caso de Sandra foi diferente de suas colegas, com 18 anos uma filha de um ano, por meio do programa Mobral - Movimento Brasileiro de Alfabetização,⁴⁹ conseguiu cursar seus primeiros anos de ensino,

[...] A Sandra nasceu com um problema no rim [...] quando ela começo ficar mais forte, de um aninho e pouco eu comecei estudar, tinha Mobral, alfabetização de jovens e adultos, entrei na primeira série, eu sabia, ler porque eu aprendi sozinha, mas eu não sabia escrever, eu lia, mas eu não escrevia e meu sonho era escrever [...] eu peguei firme na escola fiz o primeiro ano, terminei. Ele me dava possibilidade de fazer segundo, terceiro e quarto bem mais rápido, ai eu fiz.

Nesse percurso Sandra devido ao ciúme do seu esposo viu-se coagida em várias ocasiones a deixar a escola. Porém, depois de vários esforços e discussões com ele, conseguiu continuar e terminar. Posteriormente, sua participação em espaços da vida comunitária no bairro em que morava fez com que pudesse fazer um curso de pedagogia para trabalhar na creche da região, assim como curso de arte de contar histórias.

⁴⁹ Programa criado em 1970 pelo governo federal para alfabetizar jovens e adultos com foco principal nas primeiras séries do ensino fundamental. Duramente criticado por se limitar ao ensino de técnicas para leitura, escrita e cálculos matemáticos básicos, restringindo as possibilidades de formar indivíduos críticos com sua realidade o qual se adaptava à ordem estabelecida durante a época da ditadura. Finalmente o programa foi substituído em 1985 pela Fundação Educar que recuperava algumas das propostas em alfabetização de Paulo Freire. (FERREIRA; TONIOSSO, 2015).

As condições de viver em uma cidade como São Paulo com diversas ofertas e possibilidades a nível educativo, além do fato de ter a opção de receber educação gratuita em todos os níveis, têm sido fatores fundamentais para que no Coletivo Guardiãs, suas integrantes tenham podido completar o ensino médio e em alguns casos alcançar níveis maiores de escolarização.

Por outra parte, as integrantes de Artesanías Choibá, têm conseguido chegar máximo ao ensino médio completo. Segundo a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) em 2009 na Colômbia 31,3% da população negra era analfabeta. Os níveis mais baixos de educação estão no litoral do pacífico colombiano, concretamente no departamento do Chocó no qual a mediana de anos de educação é de 4,3 anos, em contraste com 9,2 anos reportados para a cidade do Bogotá capital do país (PROFAMILIA, 2010).

O departamento é um dos mais pobres do país em termos de bens e serviços. Estas características a sua vez fazem com que a população sofra pelas iniquidades e não possa ter seus direitos garantidos. Além disso, o conflito armado é um dos fatores que interrompe a permanência das pessoas nas escolas. Daí que várias das mulheres de Artesanías Choibá não tenham conseguido culminar a ensino médio. Todas tiveram que começar a trabalhar desde cedo o que dificultou as possibilidades de estudar. Porém, atualmente duas acabam de se inscrever em um curso de graduação em Design de Moda, e em geral todas têm recebido outro tipo de formação, como aulas relacionadas com o trabalho que atualmente desenvolvem e em outras áreas.

Elena alcançou até o 6º de ensino fundamental e tem feito alguns cursos no Servicio Nacional de Aprendizaje (SENA)⁵⁰, principalmente para aprender a utilizar as máquinas de costura. São geralmente oficinas de curta duração e com temáticas delimitadas.

O Departamento do Chocó tem 154 estabelecimentos educativos, dos quais cinco são Normais Superiores que prepara aos estudantes durante os últimos anos para exercer a docência. Destas, sete de formação superior estão na cidade de Quibdó, uma universidade pública e três privadas, além de três que oferecem formação técnica e tecnológica. Nesse sentido, a oferta pública é insuficiente dada a quantidade de

⁵⁰ O SENA é uma entidade pública que oferece diversos programas de formação complementar ou formação para o trabalho, principalmente nos níveis técnicos e tecnológicos.

população. Daí que uma grande parcela da população opte pela educação não formal.

Abigail por exemplo tem feito aulas para aprender a fazer produtos de limpeza. Por sua parte Sara é a que mais cursos tem feito em relação a seu trabalho: confecção, bordado, pintura em tecido e tricô. Vários destes cursos têm sido ministrados por Úrsula, que sempre busca formas de atualizar os conhecimentos delas e levar novos elementos para que os integrem a seu trabalho. Um dos últimos foi curso curto de contabilidade que conseguiu fazer com ajuda de uma colega colaboradora. Úrsula identifica as necessidades e tenta dar suporte para cobri-las, no caso desse último curso, era uma necessidade urgente para que elas pudessem identificar a relação entre o dinheiro investido e os lucros na venda dos produtos.

As condições destas mulheres fazem com que exista uma urgência de encontrar alternativas para suprir necessidades imediatas como alimentação e moradia. Daí que por esta razão a escolarização passe a um segundo plano e o trabalho se anteponha.

6.3 INVISÍVEL VS EVIDENTE. VIOLÊNCIA DE GÊNERO DO PRIVADO AO PÚBLICO E POLÍTICO.

A violência de gênero é entendida como a violência física, sexual ou psicológica, exercida em virtude de uma pertença sexual, uma orientação sexual ou uma identidade de gênero, na que se reproduzem as desigualdades, a discriminação e as relações de poder a partir da qual os homens buscam dominar a vida, liberdade e autonomia das mulheres. Daí que seja entendida como um problema de saúde pública que deve ser atendido pelo Estado e que se agrava quando confluem fatores que podem aumentar a vulnerabilidade das mulheres: pessoas com deficiência, pertença racial ou étnica, orientação sexual e morar em regiões afetadas por crises humanitárias e conflitos (ACNUR, 2011).

Segundo ONU Mulheres o 35% das mulheres no mundo tem sofrido algum tipo de violência física, sexual ou psicológica, para alguns países essa porcentagem é de 70%. Na maioria dos casos esta violência é perpetrada por esposos ou parceiros sentimentais. O Mapa da Violência 2015 – Homicídio de mulheres no Brasil, sustentado em dados da ONU, reporta que a Colômbia e o Brasil ocupam o segundo e quinto lugar respectivamente de uma lista de 83 países, com as maiores taxas de homicídio de mulheres, 6,3 no caso da Colômbia e 4,8 no caso do Brasil por cada 100

mil mulheres. As mortes violentas de mulheres exercidas pelo fato de serem mulheres são definidas como *feminicídios* (LEGARDE, 2008). Este delito é reflexo da violação sistemática dos direitos humanos que sofrem as mulheres e revela a existência de sociedades patriarcais e historicamente desiguais nas que as mulheres são subordinadas, oprimidas e violentadas nas mais diversas dimensões.

A submissão das mulheres a múltiplas formas de violência física, psicológica, econômica, simbólica e sexual geram condições para que como escrevesse Gabriel Garcia Marques se dê a *Crônica de uma morte anunciada*, já que em várias ocasiões a violência resulta na morte das mulheres. No Brasil o mesmo estudo arrojou que a taxa de homicídio de mulheres e meninas negras foi de 5,4 por 100 mil em 2013, com isso a vitimização deste segmento de população foi de 66,7% no mesmo ano. Por outra parte os dados de feminicídios no caso da Colômbia com recorte de raça ou etnia são incipientes o que revela uma vez mais o racismo estrutural ao que está submetida a população afrocolombiana e em especial as mulheres negras no país.

6.4 EM BRIGA DE MARIDO E MULHER, NINGUÉM METE A COLHER.

Ao longo da vida destas mulheres nos espaços da família, da escola, do trabalho e em geral, apareceram momentos nos quais elas sofrem diversas formas de violência e discriminação. As experiências destas mulheres são evidencia de como as opressões podem atuar ao mesmo tempo na vida das mulheres negras. A violência de gênero surge como uma forma que pretende perpetuar as condições de vulnerabilidade delas, principalmente quando esta se dá no âmbito conjugal. A continuação são apresentados alguns relatos, dados e reflexões em torno à violência de gênero que elas têm sofrido perpetrada por parte de parceiros ou ex-parceiros.

Na vivência pessoal de Potira se revelam diversas formas de violência de gênero. Por muito tempo os maus tratos físicos e psicológicos que padeceu por parte do seu ex-parceiros foram naturalizados, pensados como parte das dinâmicas comuns em um relacionamento. Como consequência, optou por não agir e deixar passar,

[...] Também sofri muito com o machismo. Fui casada durante nove anos com um machista de carteirinha, e um machista de carteirinha que foi alimentado em seu machismo pela família dele [...] Na verdade, não tive um companheiro do meu lado, se eu tivesse um companheiro do meu lado, mesmo, sei que poderia estar um pouco melhor, então eu não tive um companheiro, fiquei sozinha. Depois, com a separação,

poderia denunciar violência, mas para não ter problemas com ele e a família dele e por minha filha, não fiz. Tive que pagar o preço do meu silêncio.

A Violência por Parceiro Intimo (VPI) é uma das formas da violência de gênero mais frequentes, incluiu violência praticada por parceiros ou ex-parceiros, sejam estes conjugues ou namorados. Por ser perpetrada geralmente no ambiente privado ocorre ainda de forma velada. No caso do Brasil a VPI concentra a metade de casos de atendimentos por violência em mulheres entre os 18 e os 59 anos de idade (WAISELFISZ, 2015).

Na Colômbia a violência de gênero se apresenta em duas dimensões: de um lado a praticada em diversos espaços da vida cotidiana, e de outro a que se produz no âmbito do conflito armado no qual a vulnerabilidade das mulheres é maior: risco de exploração e abuso sexual; risco de recrutamento forçado; obstáculos no acesso à propriedade e patrimônio por não aparecer como donas e ter os parceiros desaparecidos ou mortos (ACNUR, 2011).

Das entrevistadas no grupo Artesanías Choibá, todas têm sofrido situações de violência de gênero, geralmente exercida por seus parceiros. As condições socioeconômicas e políticas da região são precárias: pobreza, baixos níveis de escolarização, desemprego, deficiências no sistema de saúde e de serviços públicos, situações que dificultam a garantia e acesso a direitos. Além disso, a política pública para melhorar as condições de vida das mulheres assim como a garantia e proteção de direitos são insuficientes.

Emília sofreu violência física em várias ocasiones por parte do seu parceiro. Depois da separação tentou mais uma vez ter um relacionamento, mas também sofreu violência psicológica e acoso por parte desse segundo parceiro,

[...] Mi ex esposo al principio me maltrato bastante, hubo momentos que me tiro la mano, estaba en uno de esos momentos de aquellos, si él no me mataba yo lo mataba [...] después yo tenía un amigo que estábamos saliendo y comenzó a celarme y un día comenzó a decirme cosas y tuve que enfrentarlo y ahí calmo.

No departamento de Chocó se reportaram os maiores níveis de violência física contra as mulheres por parte de parceiros ou ex-parceiros, 46% em contraste com um 37% reportado do total do país. Das mulheres que sofreram violência física 75,6% tiveram lesiones ou sequelas, e destas 80,9% não visitou centros de saúde. Por temor

a represálias, por falta de informação ou por não ter credibilidade nas entidades de proteção, os dados demonstram que as mulheres que sofrem violência não denunciam e encaram sozinhas estas situações. Nesse sentido, a saída para Abigail foi a separação,

[...] Yo me separe del papá de mis niños, porque me vivía estropeando mucho, muy celoso, no me dejaba ni estudiar, entonces yo decidí trabajar en casa de familia, de un profesor. El hizo eso hasta que me saco de ese trabajo entonces ahí tome la decisión de irme.

Quando se separou Abigail teve que deixar seus filhos com o pai, suas condições econômicas não lhe permitiram cuidar deles e arcar com sua manutenção e de seus filhos. Muitas mulheres desistem da separação ou de denunciar por temor: a retaliações, a perder os filhos ou por não contar com as condições econômicas para seu sustento e de seus filhos. São mulheres que têm sido fragilizadas ao ponto de não se considerar capazes de subsistir sem o aporte econômico do parceiro, e por outro lado, a detenção de aquele que leva o sustento para a família não resulta uma boa opção.

Os sistemas de proteção à mulher em caso de violência ainda são fracos na aplicação das leis, e quando estas são aplicadas não contemplam as dificuldades econômicas às que muitas vezes as mulheres estão submetidas por ser dependentes economicamente dos parceiros. O caso da filha de Emília nós oferece um exemplo do exposto anteriormente,

[...] Mi hija tuvo 4 hijos, los que yo no tuve los tuvo ella, el mayor va a cumplir 8 años y el ultimo va cumplir 1 año, el marido está en la cárcel, usted se imagina como es esa situación de ella y no tiene una ayuda para completar, pero en este preciso momento como ella está amarrada al marido nosotras estamos mal, ella siendo mi hija y yo viviendo en un lado y ella en otro, no paso palabra con ella. No hay trabajo, sufren por violencia, el maltrato, el marido de mi hija está en la cárcel por maltrato, una de las mujeres lo denunció porque tiene varias, una lo denuncio.

Nas histórias das mulheres a violência de gênero surge em um entrecruzamento de circunstâncias, que se converte em uma armadilha da qual parecem não poder sair. Sandra do Coletivo Guardiãs teve um relacionamento difícil, no qual embora não se tenham apresentado situações de violência física, a violência psicológica foi constante com o agravante de ser uma relação que não se deu por escolha própria,

[...] Minha mãe arrumou um jeito de me entregar a ele, que não sei dizer até o dia de hoje como foi. Um dia chegou em casa e falou: olha,

arruma um lugar para essas coisas (os presentes da patroa) que estão aqui se estragando. Depois ela saiu e voltou falando: eu arrumei um barraquinho para arrumar essas coisas [...] os moleques ai ajudam levar, [...] vai lá leva lá que eu vou ficar aqui com a menina, ai eu lembro que eu peguei uma sacola cheia com as peças do fogão, essas coisas de fogão, levei, mas não cheguei nem a entrar em essa casa, só deixei lá e voltei [...] pensei vou tomar banho, dar banho na criança e dormir, tome banho, vesti e peguei a coberta do guarda roupa e fui levar para o sofá, ai ela perguntou para onde você vai, eu falei vou dormir, como assim dormir, não você agora tem marido, você tem um marido, tem uma casa, ai ela levantou foi no armário pegou uma sacola, pegou três pratos, três garfos, três colheres, três facas, panela, pegou a menina, botou nos meus braços e coloco a sacola no meu braço, e me empurro da casa. Ai eu fui, para onde eu iria? Ai eu fui morar com ele.

Jovem, inexperiente, sem apoio familiar, sem educação nem emprego, ficou presa em um relacionamento não desejado e com um homem 19 anos mais velho que ela o que lhe ocasionou marcas que até hoje perduram,

[...] Você não tem noção do que eu passei, eu sofri com aquele homem, aquele homem velho me tocando [...] não conseguia acompanhar direto a escola porque ai ele começou ter ciúmes de mim, ele não permitia que eu fosse estudar. Ai eu vou eu vou, ai o primeiro ano eu desisti porque não suporte a pressão dele [...] às vezes eu saía da escola e ele deixava as crianças em casa dormindo e ele ficava escondido atrás dos postes, das arvores, para ver se eu estava com alguém, era um inferno, ai ele começou a me ameaçar de me bater de me matar, ai ele me falou que tinha que escolher se ficar em casa cuidando os filhos dele ou a escola, ai eu escolhi a escola.

A falta de informação gera que as mulheres jovens sejam mais propensas a sofrer violência por parte de seus parceiros. Embora o ciúme seja muitas vezes considerado uma causa de violência, em se mesmos os comportamentos ciumentos já constituem uma forma de violência psicológica, que na maioria dos casos não é facilmente identificada como tal por quem os sofre e que constitui a segunda causa de agressões físicas contra as mulheres (WAISELFISZ, 2015). Elena de Artesanías Choibá também sofreu pelo comportamento ciumento do esposo,

[...] Tuve una de esas situaciones de violencia y por eso dejé al primer marido, en mi casa yo hablaba *con Raimundo y todo el mundo*⁵¹ y mi papá no me decía nada, yo salía de mi casa a la hora que me diera la gana y bailaba y mi papá no me decía que no, y después crecida que me diga que no podía hablar con ninguna mujer de la casa donde vivía porque al ratico estaba *bembo*⁵². Ni con mujeres podía yo hablar,

⁵¹ Expressão utilizada para indicar que a ação que completa a frase pode se fazer com qualquer pessoa sem nenhuma distinção.

⁵² *Estar bembo* é uma expressão utilizada na região do pacífico colombiano para se referir a uma pessoa irritada, zangada, colérica ou furiosa.

porque era trayéndome razones. Y dije: no, a usted no me lo aguanto yo y me fui.

Muitas mulheres suportam os maus-tratos durante toda sua vida, outras adotam alguma atitude e decidem se separar, mas de qualquer forma a violência de gênero em todas suas formas deixa marcas físicas e psicológicas. Consequências como a perda da autoestima, depressão, condutas autodestrutivas e diferentes tipos de transtornos, frequentemente aparecem em mulheres que têm sofrido algum tipo de violência. Sara sofreu violência psicológica e relata,

[...] Una temporada mi ex esposo, empezó a maltratarme, cosa que nunca había recibido. No me pegó porque mi hermanito lo había amenazado; más que darme un golpe, eran sus palabras, sus frases, y decidimos separarnos cada quien cogiera su camino.

O relato de Sara é uma exceção uma vez que em nossas sociedades continua-se considerando que a violência conjugal pertence ao âmbito do privado, daí que seja mínima a intervenção de familiares, amigos e mesmo as entidades públicas responsáveis de atender estes casos e de dar suporte às mulheres agredidas. Estas atitudes evidenciam uma vez mais a naturalização de uma ordem patriarcal a partir de práticas sistemáticas de discriminação contra a mulher. Neste sentido Sandra relata que em uma (porque teve vários intentos) das separações de seu parceiro e no meio da construção da sua casa, parte do que tinha construído caiu,

[...] Uma chuva acabou com tudo, derrubou a casa que tinha começado a construir [...] Ai eu sozinha tentei tirar tudo aquilo, limpar, para poder ficar no outro cômodo que ainda estava em pé, sem porta, sem nada [...] as meninas ficaram na casa da pessoa que cuidava delas, porque não tinha condições delas ficarem ali e eu fiquei ali dormindo em aquele lugar [...] tudo mundo vendo aquele sofrimento tudo, ai ficavam dizendo: *volta para seu marido, você não vai conseguir*. Cheguei a um ponto que eu fiquei muito fragilizada, fiquei muito doente [...] ai ele voltou para casa, eu não tinha como cuidar mais das crianças, eu estava totalmente fragilizada, totalmente precisando de alguém para me ajudar, foi ele e aproveitou a situação. [...] Depois ai foi que começo meu verdadeiro inferno, porque eu estava menina nova.

Fragilizada, como ela mesma entendia sua condição no momento, por sua família, pelo conjunto da sociedade e por um Estado que abandonou sua responsabilidade de cumprir com o acesso efetivo de direito de Sandra e de muitas outras mulheres negras do Brasil que se identificam nos seus relatos. Ela teve quatro filhos, a primeira sendo muito nova aos 16 anos do seu primeiro parceiro sexual, e os outros três do seu ex-esposo: duas mulheres e um homem. Ela nunca quis ter um relacionamento com ele

e por falta de informação e apoio, ela teve uma quantidade de filhos para os que não estiveram preparada. A última filha a teve aos 23 anos, depois disso e várias situações difíceis com seu parceiro decidiu se divorciar,

[...] Eu mesma fui atrás de advogado e ele não aceito, com muito custo ele assinou o divórcio, depois disso ele continuo morando em casa, ele fazia de tudo para demonstrar que eu era mulher dele e eu ao mesmo tempo eu não queria deixar ele fora de casa por conta das crianças porque ele sempre foi um bom pai. Isso não posso negar. Ai eu ficava entre as crianças e ele, mas eu não podia conversar com ninguém, não podia ir à casa de ninguém, porque ele estava, ia lá. Foi um processo também doloroso, demorado, três anos depois. Depois do divórcio ele ficou um ano mais e começou aquela ciúmeira, como se fosse meu marido, ele não conseguia entender que ele não era mais meu marido, ai eu mandei ele embora, ele conseguiu um lugar e foi morar, mesmo assim, ele saia de lá onde ele morava às vezes cinco horas da manhã, eu ouvia o barulho atrás da minha casa, quando eu ia ver era ele detrás da minha casa para ver si tinha alguém dentro de minha casa, foi assim cinco anos de perseguição absoluta, sem sossego.

A sociedade patriarcal ao considerar à mulher como propriedade do homem normaliza as práticas violentas contra a mulher e justifica as diversas formas de punição se ela transgredir os padrões estabelecidos do dever ser da mulher na cultura machista e branca: mãe, esposa submissa e complacente, dona de casa, heterossexual, de boa aparência e em fim, “*Bela, recatada o do lar*”, como diria o artigo publicado em abril de 2016 pela revista brasileira *Veja*.

Enquanto as mulheres brancas estão obrigadas a seguir este padrão que também as violenta, as continua relegando ao âmbito da vida privada e à não participação na vida social e política, as mulheres negras são totalmente negadas nesse mesmo padrão, evidenciando que ainda na sociedade brasileira as marcas do processo da escravidão permanecem. O dever ser imposto à mulher negra nestas sociedades é outro e as funções que deve cumprir também são outras. Impossibilitadas para ficar em casa por ter que trabalhar em casa de outros, não consideradas belas dentro do padrão da sociedade branca e historicamente objetivadas e submetidas à erotização. Para Esther o fato de ser negra faz com que a mulher corra o risco de ser hipersexualizadas e, portanto fique mais exposta,

[...] A mulher negra sofre preconceito por ser muito sexualizada, assim porque muitos dos homens olham para a mulher negra como objeto sexual [...] eu acho que assédio sexual é uma coisa que a gente sofre todo o dia. Por exemplo, você passa pela frente de uma obra e ouve cada barbaridade assim, você não tem o direito de andar e de vir com

a roupa que você quiser, por exemplo, se você está com um short de tamanho curto, meu deus do céu, eu não consigo ir até a esquina sem ouvir um monte de barbaridade, então é uma coisa que me choca, não ter a liberdade, é isso que você não tem.

No âmbito sexual, vários são os estereótipos com os que as mulheres negras se cruzam: sensual, quente, voluptuosa, luxuriosa e, portanto disponível. A exploração dos corpos das mulheres negras se apresenta também como uma forma de violência que restringe sua liberdade de ser e continua limitando-as a espaços específicos de representação.

Em um panorama no qual a violência de gênero se apresenta de diferentes formas as mulheres tem começado a identificar como as dimensões do machismo fazem presença. Sendo novas as mulheres recebem conselhos de como se proteger do machismo, escutam histórias de outras mulheres. Aprendem que devem criar estratégias para se proteger. A Daniele aprendeu com sua mãe,

[...] Quando eu casei com meu marido Minha mãe me diz uma coisa: para mim o melhor tratamento é o de choque para você ensinar à pessoa a se olhar, se seu marido bater, apanha, espera que ele fique dormido e joga um pouquinho de água quente que ele vai entender. Ai eu falei para me marido, eu sou um pouquinho mais ruim que minha mãe, eu vou jogar óleo fervente. Aí ele nunca encostou se quer em mim.

Fatores como o medo e a desconfiança nas instituições encarregadas fazem com que às mulheres sejam compelidas a procurar por se mesmas, mecanismos de proteção. Mas também a mesma naturalização da violência que supõe que essas situações devem ser resolvidas no âmbito do privado.

A violência sistemática que sofrem as mulheres em muitos casos pode levá-las ou à morte ou ao assassinato do seu agressor. No panorama da violência contra a mulher os direitos são transgredidos em vários âmbitos: direitos humanos, penais, civis, laborais, etc., levando a situações extremas de opressão. Estes fatores revelam a ineficácia de medidas de prevenção, proteção e atenção para contrarrestar a violência de gênero e seus possíveis efeitos. Assim, Sara por exemplo relata,

[...] Hay una chica que en estos días vino de los lados de Bojayá, y me comentaba que hace rato le dijo a su compañero que ya no quería seguir con él, es muy celoso; le pega y cuando le pega le deja los ojos que no puede ver, y ella dice que ya no sabe qué hacer para que él la deje en paz. Le dije: mijita demande, no se quede callada, no vaya a ser que mañana, más tarde deje a sus dos hijos huérfanos, porque sí usted no quiere vivir con él, y él insiste, va a llegar el día que sí la ve

con alguien, de una se la lleva de cajón porque así andad los hombres de locos.

6.5 CHAMARAM-ME *NEGRA*, EU ME SINTO ORGULHOSA DE SER *NEGRA*.

A complexidade do racismo faz com ele tenha várias faces que se evidenciam em práticas físicas como simbólicas racistas que aparecem em diversos espaços da vida das pessoas. São reproduzidas pelo Estado com a ausência de políticas que garantam equidade entre todas as pessoas e pela sociedade em geral com comportamentos discriminatórios que operam em diversas dimensões.

Em momentos anteriores deste texto foram apresentados dados e descrições assim como relatos das entrevistadas que corroboraram que as condições de pobreza, desigualdade e violência, só por nomear algumas, estão fortemente vinculadas ao fato de ser população afrodescendente.

O legado colonialista e patriarcal na América Latina com a implantação de ideias de superioridade consolidou desigualdades sociais que permanecem até hoje e que afetam em maior medida a alguns segmentos da população. Às mulheres negras constituem um desses segmentos, pelo fato de ser mulheres e ser negras vivenciam de maneira diferenciada o racismo e são propensas a ter que se enfrentar a piores formas de violência e discriminação.

Os comportamentos, atitudes e ideias racistas se aprendem no processo de socialização, daí que já na infância seja possível descobrir condutas racistas nas crianças. Através da mídia, na escola ou com a família são apresentados modelos e estereótipos que sugerem a supremacia de um grupo específico sobre outro. São modelos distorcidos com os que as crianças aprendem a ser preconceituosas. Nesse sentido, a Potira relata,

[...] Quando criança eu me lembro de uma cena que ficou marcada para mim, era a dança da festa junina tradicional, meu companheiro não queria dar o braço, porque eu era preta, só queria pegar o braço de branca. Então isso para mim foi ruim.

A ideia de superioridade na que sustenta o racismo aparece justificada a partir dos pressupostos de maiores níveis de inteligência, moral e beleza. No caso de Esther os eventos racistas ocorreram no âmbito escolar, a segregação é uma das características mais comuns do racismo,

[...] A gente sofreu muito racismo na escola, muito mesmo tinha essa separação de que era branco e rico e pobre e preto [...] tinha os desfiles cívicos toda hora, com roupas lindas, então as mulheres que levavam a bandeira do Brasil, a bandeira da Bahia, que levavam as principais bandeiras eram mulheres lindas, só as mulheres lindas do colégio. Lindas eram as que a sociedade achava que eram lindas, então eu nunca levei a bandeira do Brasil porque eu nunca fui linda [...] tinha uma colega minha, ela era loira, cabelos cacheados, alta, para a sociedade ela era linda, porque ela era loira, ela tinha olho azul e ela era alta, enquanto a gente estudou a bandeira era dela, eu estava no ensino médio.

A escola que deveria constituir um espaço de segurança para todas as crianças, neste cenário se converte em espaço que reproduz relações de discriminação privilegiando umas identidades sobre outras.

Mas se o racismo é cruel quando praticado por uma criança com outra criança, quando é cometido por um adulto sobre uma menina negra se torna ainda mais violento. A maiores condições de vulnerabilidade maior é a violência com a que o racismo pode aparecer. Sandra narra situações de violência que sofreu durante o tempo que foi empregada doméstica aos 12 anos,

[...] Um dia fui à feira com ela e vi uma maçã tão bonita, aquela maçã da branca de neve, linda, e eu fui assim, caí na besteira de pedir uma maçã de aquela para ela, nossa senhora, ela acabou comigo, eu tinha 12 anos, mais eu me lembro de cada palavra: *se enxerga negrinha sem vergonha, quem pensa que você é para me pedir maçã, você sabe quem que come maçã, não é negra, não é pé de chinelo, não é qualquer pé de chinelo como você não, se enxerga*. Ela mirou para a dona da barraca, e dizia outras coisas. Eu era criança e fiquei em pé ouvindo aquilo, e aí eu peguei muita raiva de maçã, eu não como maçã até hoje, eu não como porque eu tenho a mesma sensação de aquela lembrança terrível.

Com sua narrativa Sandra vá recuperando memórias construídas no passado que em alguns casos surgiram de eventos profundamente violentos que marcaram sua vida e que têm sido parte constitutiva de sua identidade como mulher negra.

Por ocasiones as violências se tornam impronunciáveis, as mãos tratadas são só evidência do tipo de situações sofridas pela população negra. Em outro relato, ela mesma conta,

[...] Nessa casa, apanhavam, me deixavam sem comer [...] um dia ela ofereceu um jantar [...] eu fiz a janta como ela me ensinou e tal, final do jantar, que eram umas 12 horas da noite, me chamaram para a mesa, aí eu olhei nos pratos, tinha vários fiapos de vagem, ela me mandou sentar na mesa, e falou assim: *você tirou o fiapo da vagem que eu mandei?* Aí eu falei: *tirei*. E ela me diz: *como você tirou se tem esse*

monte ai, eu fiquei assim, não sei o que aconteceu, ela falou: *agora você vai comer*. Isso tinha carne mastigada, e ai ela queria obrigar-me a comer isso ai na frente da visita, e ai foi quando eu falei que não ia comer, e ai ela falou: *se você não comer eu vou apanha-la*, falei: *a senhora vai ter que me bater até me matar*, mas eu não vou comer ai o marido dela batia na minha cabeça, e falava come, forçava minha cabeça no prato, ai ele me levou lá no fundo do quintal, mandou tirar minha roupa e me deixou de castigo, estava frio, pelada, e eu já tinha corpo, eu fiquei esperando qual seria a atitude deles, comecei chorar, até então não tinha chorado, eles abriram a porta de manhã: *entra sua negra ordinária, você é pior do que um saco de lixo. Sabe por que você é pior que um saco de lixo? Porque a gente bota o saco de lixo para fora e o lixeiro passa e leva, você nem isso, você é um monte de merda*.

Estes atos violentos que as denigram como seres humanos, destroem sua autoestima. Mas as formas de violência racista são muitas e em ocasiones são veladas. Nesse sentido Daniele evidenciou este tipo de formas de racismo,

[...] Quando me formei a primeira coisa que eu fiz foi procurar em escolas, escolinhas de bairro, eu não consegui nenhuma, todas elas quando eu chegava falavam que a vaga estava preenchida, todas as minhas colegas brancas elas conseguiram vaga nas mesmas escolas que antes tinham me falado que não tinha vaga.

A discriminação no âmbito laboral contribui para manter as desigualdades e orientar os privilégios a grupos específicos da população. Nos anúncios de emprego às pessoas são segregadas quando se exige *boa aparência*, porquanto dita descrição se refere a aquelas pessoas que seguem o padrão de aquilo entendido como *boa aparência*, em resumo nas palavras de Daniele,

[...] Na realidade a fala da boa aparência foi criada justamente para discriminar, quando você ia num emprego e se tivesse escrito “Boa aparência” há uns 25 anos, eu nem precisava ir porque, vou aparência era não quero negro, era não ser negro.

No mesmo sentido Sandra aponta,

[...] Sabe quando você lê um anuncio no jornal: “Precisa-se de auxiliar administrativo com *boa aparência*”, ai você se olha no espelho, onde é que está minha boa aparência? E eu em meu consciente senti que não tinha boa aparência e até então muitas vezes eu não sabia por que, eu não sabia que isso era uma forma de racismo, eu não entendia isso como racismo, eu era feia e pronto, eu era preta e pronto.

No final se trata de modelos impostos que abarcam todos os espaços da vida social, publicados em jornais e revistas, referenciados e reverenciados na televisão. Segundo Claudia,

[...] A mulher tem que estar com o cabelo alisado para poder conseguir um emprego, uma ideia de beleza que não era nossa, o lindo é isso, é aquilo. Como se o negro não fosse lindo, como se só o branco, infelizmente até hoje os comerciais de televisão só mostram ao branco, é como se o negro não usasse perfume, comerciais riquíssimos, onde está o casal lá lindo maravilhoso, mais o negro não está aí como se a gente, não usasse um perfume, não usasse sabonete, não usasse creme dental, shampoo, tem muita coisa ainda que mudar.

Estes modelos ideais ao mesmo tempo em que são excludentes em muitas formas (mercado, representação, espaços), propiciam a auto aversão racial, enquanto de um lado a pessoa está fora dos cânones de beleza, e por outro rapidamente começa a identificar que a pertencência racial pode gerar desvantagens nos mais diversos espaços.

Os ideais da beleza que se difundem por várias vias: televisão, jornais, revistas e até espaços políticos, não respondem às características fenotípicas da população negra, em termos gerais são homogêneos, portanto atingem a muitos segmentos da população, mas as mulheres negras são as mais afetadas por estar no lado totalmente oposto. Nesta lógica, entende-se que bela é ser: branca, magra, alta e de cabelo liso. As meninas crescem com estes modelos, com estas imposições e muitas delas ao perceber que não os cumprem, começam a desejar serem essas *Outras*, e a não gostar de se mesmas.

[...] Outra coisa, eu me incomodava muito com minha boca, eu achava que minha boca era muito grande e aí eu me sentia incomodada, eu não queria aquela boca daquele jeito, eu me incomodava porque no modelo de beleza eu não estava parecida e isso é uma questão de racismo. Claro, é que você encontra um modelo de beleza e desde pequenininho você olha na televisão, nas revistas e nos jornais, olha eles estão em tudo lado, todo o tempo.

Embora nos dois grupos as mulheres tenham sofrido diversas situações de racismo, as mulheres de Artesanías Choibá percebem um racismo mais distante em termos das práticas cotidianas e da relação com os outros. Na cidade onde moram e trabalham, tal como foi exposto em capítulos anteriores, a maioria das pessoas se autorreconhecem como negros ou afrocolombianos, pouco mais de 80%. A ideia de racismo para elas está mais direcionada para aquele que se produz em outras cidades como Bogotá e Medellín,

[...] Más afuera hay racismo, aquí en Quibdó poco se ve ese racismo, porque los morenos se cogen⁵³ con los paisas, los paisas con las morenas, los indios con los otros y así.

[...] Que sí un negro llega a la ciudad de Medellín o de Bogotá ya es discriminado por el color de su piel, pero sólo cambiamos en el color de la piel, por dentro todos somos iguales.

[...] Hace poco vi en el noticiero como maltrataron a un chico negro en la ciudad de Cartagena. Lo maltrataron muy feo, lo trataron de negro para arriba y de todo lo que se le vino a la señora a la cabeza. Que tristeza!

Nos mesmos depoimentos fica claro que para elas existe uma diferenciação por pertencimento étnico (índios), características fenotípicas (morenas) ou região de origem (paisas)⁵⁴. Estes são marcadores que determinam um lugar. Na cidade existe uma forte tensão pela presença de *paisas* que se bem sempre tem morado na região, nas últimas décadas sua presença aumentou e pelo geral são os donos da maioria dos comércios. O domínio econômico deles tem gerado mal-estar em várias pessoas da cidade que consideram aos *paisas* uma ameaça para o desenvolvimento dos chocoanos⁵⁵.

Também definem como uma forma de racismo a ausência do estado para prover de condições de vida dignas à população. Um racismo estrutural que é evidente se observarmos por um lado a ausência de estatísticas com recorte de raça, e de outro as estatísticas da região com maior predominância de população que se autorreconhece como negra e que a reportam como a mais pobre do país.

6.6 O ESTADO TAMBÉM PODE SER VIOLENTO

Retomando alguns dos elementos discutidos ao longo deste capítulo, as condições de vulnerabilidade da população negra nos dois países se reproduzem em parte como consequência da violência institucional exercida pelos Estados na maioria dos casos de forma velada sobre a população.

A gravidade deste tipo de violência resulta especialmente porque devem ser os Estados os encarregados de proteger e garantir o acesso a direitos de todas as

⁵³ Manter relações ou vínculos amorosos ou sexuais.

⁵⁴ Neste contexto os *paisas* são as pessoas originárias do departamento de Antioquia.

⁵⁵ Esta afirmação se sustenta em observações feitas durante o trabalho de campo, no qual em uma oportunidade foi possível acompanhar a discussão de um grupo de acadêmicos chocoanos que discutiam sobre mecanismos para controlar o investimento dos *paisas* na cidade.

peessoas. Porém, a ausência de leis, políticas, entidades, a não aplicação das normas existentes ou as práticas discriminatórias a traves da estrutura institucional ou de seus representantes, constituem formas de violência por ação ou por omissão de parte dos Estados.

A continuação são apresentados alguns depoimentos das entrevistadas nos que se relatam situações que podem ser entendidas como violência institucional, principalmente porque estamos nos referindo a uma população que dadas suas particularidades deve ser especialmente protegida. Neste trecho Potira relata as condições de trabalho em uma entidade do governo,

[...] Eu já tinha feito algum tempo atrás a prova para entrar na prefeitura, depois de quatro anos consegui, porque demorou dois e aí eles prorrogaram dois mais, aí a Prefeitura me chamou [...] mas eu queria reafirmar alguma coisa de salário fixo, mas era salário muito baixo [...] é muito pouco, eu achava que estava bom, e que eu tinha que trabalhar a semana inteira, lá inclusive final de semana nos eventos, e eu não podia trabalhar por um salário mínimo, eu tinha que pagar meu aluguel, não podia trabalhar para nada.

Neste caso podemos evidenciar como um longo processo burocrático foi o obstáculo por vários anos para poder ter um emprego, que, porém, não era fixo nem dava para ela nenhum tipo de garantias e ao contrario ficava submetida a extensas jornadas laborais, mas que representava em seu momento a única possível fonte de recursos econômicos para seu sustento e de suas filhas.

Outra forma de violência institucional é a ausência de serviços que pode considerar-se uma forma de omissão por parte do Estado ao não proverem destes principalmente, como já foi dito, aos grupos mais vulneráveis. No relato de Sandra se exemplifica como a desproteção de adolescentes pode ser uma conduta violenta por omissão do Estado que se vincula também a um tipo de violência de gênero,

[...] Eu estava com 16 anos, eu não conseguia falar com ninguém que eu estava grávida, aliás, eu nem sabia disso, de como ou o que fazer, quando eu comecei a sentir consciência de que aquilo tudo que eu estava sentindo entendi que era gravidez, mas não tinha com quem falar disso, nem para onde ir.

Segundo a Declaração Universal de Direitos Humanos (DUDH) proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948, o direito à moradia digna é reconhecido como um direito humano. O Brasil assinou esta declaração assim como os posteriores Tratados e Pactos nos quais os países se comprometeram a garantir,

respeitar, promover e proteger este direito. Segundo dados do Informe Déficit Habitacional Municipal no Brasil – 2010, no Brasil há um déficit habitacional de 6,490 milhões de unidades, destas 474 mil unidades correspondem à cidade de São Paulo sendo a cidade com maior déficit habitacional no país.

Em consequência se a moradia é um direito humano que deve ser garantido pelo Estado, neste caso o brasileiro, os dados anteriores e o relato de Sandra a continuação refletem um descumprimento da obrigação do Estado e consequentemente uma situação profundamente violenta,

[...] Esse barraco estava caindo aos pedaços e eu queria sair daquela casa, a gente não tinha espaço para as crianças, não tinha nada, aí já tinha as duas meninas e a gente morava na beira de um rio, na beira de um córrego, terrível.

As entidades públicas e aqueles que atuam nelas são também responsáveis de práticas de violência institucional. O depoimento de Esther deixa exposto que permitir atos de discriminação e manter silêncio diante atitudes racistas, novamente ação e omissão, em espaços como a escola são atitudes violentas,

[...] A gente tinha um desfile, a gente representava todos os estados, era um desfile grande, e aí tinha uma ala que representava os negros que eram os escravos, tinha sala reservada para a gente, que a gente vestia de escravo, era de pé descalço, eu lembro que até certa vez tinha a correntinha, e era uma roupa assim meio solta, amarrado [...] a gente já sentia essa discriminação, já sabia que tinha essa separação, sabia nítido [...] ficava com muita raiva, era uma decepção sem fim, porque você sabia que não era bonita. Ninguém tinha te dito o contrário também, entendeu. Eu ficava com raiva contra quem organizava que eram, por exemplo, quem podia mudar as coisas, os professores, porque eram elas a verdade que faziam essa separação, não eram as meninas que olhavam e falam eu sou a mais bonita, não era assim, eram essas pessoas que elegiam essas meninas.

Os espaços educativos não podem se converter em simples espectadores deste tipo de situações, a não atuação propicia a reprodução de todo tipo de violências e o Estado é responsável por desenhar programas que as combatam e por capacitar aos servidores públicos.

Se bem as mulheres do grupo de Artesanías Choibá vivem situações similares às narradas anteriormente pelas integrantes do Coletivo Guardiãs, a condição destas se agrava no contexto do conflito, no que o abandono de parte do Estado se faz mais manifesto. O deslocamento é um dos efeitos do conflito e uma das piores violências que estas mulheres têm enfrentado. A continuação são apresentados alguns extratos

das entrevistas de diferentes momentos do processo de deslocamento.

Abigail se deslocou com sua família depois do massacre de Bojayá ocorrida a raiz dos confrontos entre a guerrilha FARC-EP e os paramilitares, na qual foi lançado um cilindro bomba contra a igreja que albergava dezenas de pessoas, deixando um saldo total de 119 pessoas mortas. Este acontecimento no dia 2 de maio de 2012 em Bellavista – Chocó marco para sempre a vida de muitas pessoas, entre elas Abigail que foi uma das 5.771 pessoas deslocadas pela violência que chegaram a Quibdó nesse mesmo ano,

[...] Cuando yo estaba allá, yo estaba estudiando y mataron muchos hasta que nos tocó venir, todo el mundo para su parte y ahí fue cuando nos vinimos [...] el desplazamiento yo lo pienso en varios sentidos, pienso que al ser desplazado uno no va a tener nada, pienso en el rechazo, pienso que se le cae todo a uno como que uno dice: *se murió y ya*, pero uno va adelante.

Segundo o informe do Centro de Memória Histórica de *Bojayá: La guerra sin limites*, a massacre que aconteceu nesta cidade por suas dimensões e características deve ser catalogada como *crime de guerra*. Se bem é clara a responsabilidade da guerrilha das FARC-EP e dos paramilitares, o Estado foi também responsável. Como o indica o mesmo informe vários eventos precederam o massacre e o Estado abandonou à população, tirou à Força Pública e por falta de garantias seu prefeito também teve que fugir. Um Estado que descumpra a obrigação de proteger a seus cidadãos, é sem dúvida alguma um Estado violento,

[...] La masacre es así mismo vista como una extensión de la violencia estructural, de la marginalidad y la exclusión tradicional a la que han sido sometidos estos pueblos. En esta mirada, generalmente relegada, la masacre no es un episodio sino un momento de un largo proceso de exclusiones que se expresa en el limitadísimo acceso a los recursos, a los servicios del Estado y a los canales de comunicación con los poderes centrales. Para los bojayaseños en la masacre hacen eclosión los silencios, los olvidos y las deudas históricas de Colombia con sus minorías étnicas y en especial con las comunidades afrodescendientes. (SANCHEZ, 2010, p.21)

O deslocamento como efeito do conflito gera a sua vez sentimentos de insegurança, vulnerabilidade, temor e incerteza sobre o futuro. Elena foi deslocada também porque a violência gerada pelo conflito armado em Riosucio, sua cidade de origem, estava tomando proporções descomunais. Para Elena do mesmo modo que para as demais mulheres esta situação marcou e transformou sua vida,

[...] Han cambiado muchas cosas, ya no me entusiasmo con nada [...] No me da por salir de mi casa y no me siento como en mi tierra [...] No tengo nada [...] que tuve que salir de mi tierra, de donde yo no quería porque yo nunca pensé salir de mi tierra en esa forma en que salí, y me tocó hacerlo con mi papá, mi mamá y mis hijos. Porque eso sí yo decía yo de aquí me muevo con mi papá y mi mamá, pero si no van, yo no voy para ninguna parte.

No marco do conflito armado as vítimas sofrem constantes agressões e ameaças para sua vida e integridade e para a de seus familiares. Na procura de se proteger e fugir da guerra saem violentamente de seus territórios, obrigados a transformar suas práticas cotidianas e construir novos projetos de vida. Os relatos revelam o sofrimento ao que são expostos,

[...] No sé porque lo mataron; a él lo cogieron los paracos⁵⁶ [...] obligaron a que el negocio que tenía lo repartiera en el caserío, entonces él repartió una parte, ya nos quedamos así, cuando a los 8 días vino la guerrilla y lo mató [...] vino un vecino y me dijo: ve allá tienen los guerrilleros a Carmelo [...] cuando al rato oigo que la hija pegó un grito porque la mujer venía caminando. Porque él tenía 2 familias. Estaba en la otra casa, yo estaba en la mía, cuando oí que la muchachita pega el grito. Digo: *ay! Mataron a Carmelo* [...] yo estaba con un hermanito de él y él iba a salir corriendo, y digo: *No vas, que pa dos muertos, que sea uno sólo*, yo lo agarré de aquí atrás y lo tuve ahí. Ahí ellos cogieron y embarcaron todo lo que pudieron en su chalupa y se llevaron la champa, se llevaron lo que más pudieron. Cuando ellos se embarcaron, al rato le digo yo a Bachan: vamos, y nos fuimos a mirar dónde lo habían dejado y no estaba ahí [...] Lo mataron y lo echaron agua abajo [...] lo encontraron, como a los cuatro días que bajó la Cruz Roja [...] mandaron un motor a avisar que en tal parte estaba, y ahí yo fui con un hermanito, con la hija menor de él y 2 primos, fuimos, lo recogimos y lo enterramos.

Depois desses fatos como única opção para preservar a vida dos filhos e a própria, Elena teve que sair de seu povoado, seu esposo tinha sido assassinado, acusado de apoiar a uma das forças em confronto e as ameaças agora iam direcionadas a seus filhos,

[...] Como a los 5 días me vine, porque a los 4 días lo encontramos, lo enterramos [...] salí porque andaban buscando los hijos de Carmelo, porque ellos preguntaron dónde estaban los hijos de Carmelo, y los hijos que estaban allá de Carmelo eran los míos, y yo dije: *yo me voy con mis hijos*. No iba dejar que los mataran también.

Ter que sair, fugir é uma decisão desgarradora que implica abandonar tudo aquilo que é conhecido, abandonar o construído (pouco ou muito) durante toda uma vida e

⁵⁶ Forma de se referir aos paramilitares.

se trasladar a outro território, com outras dinâmicas e em condição total de vulnerabilidade. Deixar o território é também uma tremenda violência simbólica. Para estas comunidades ele representa o espaço de construção de sua história, no qual desenvolvem suas práticas culturais e tecem relações comunitárias.

Como efeito do deslocamento ficam despojados de sua dignidade, dependentes dos outros e de um Estado sempre ausente, à espera das ajudas humanitárias e ante o olhar acusador das pessoas que pensam que são deslocados por ter vínculos com grupos armados, ou que só buscam tirar proveito da situação para viver do governo.

Elena perdeu sua casa, seu lar, amigos e família, perdeu suas rotinas, tudo o que conhecia como vida e teve que migrar a uma cidade maior,

[...] Yo llegué a vivir a una casa, que tenía un entenado⁵⁷, el hijo mayor de Carmelo estaba aquí en Quibdó, porque Carmelo aquí tenía una casa [...] pensaba hacer la otra casa para la otra familia pero no tuvo tiempo de hacerla [...] allá vivimos 6 meses, después me vine acá a la casa de un hermanito que ahí no pagaba arriendo, como no teníamos trabajo ni nada de dónde pagaba arriendo. Paré 6 mese allá [...] de ahí me vine para donde una cuñada y ahí paré año y medio hasta que me hice mi ranchito. Lo hice con mis propias manos.

Sara também chegou sem nada e em condições de vulnerabilidade total, temor, depressão e incertezas sobre o futuro,

[...] A raíz del desplazamiento nos tocó muy duro, hasta llegar a pedir el bocado de comida [...] Hubo muchos motivos por los que nos desplazamos. La situación en Ríosucio se puso muy complicada con los grupos armados, cuando hay un grupo armado, sí uno le habla a uno hay complicaciones con el otro [...] a la mayoría que llegaron, les mataron los compañeros, casi a todas nos tocó comenzar de ceros porque algunos no tenían familiares aquí.

As ajudas do governo têm sido insuficientes para atender a problemática gerada pelo conflito e se têm concentrado em ações meramente temporárias. Abigail tem três filhos mais os dois maiores estão com o pai porque ela não tem condições de cuidar deles, mora em Quibdó com sua filha mais nova que é da segunda união. Sua situação reflete como as sequelas do conflito apesar do tempo permanecem e continuam afetando a vida das pessoas,

[...] Vivimos solas en la casa porque el papá por ahora está en Bellavista [...] él trabaja allá en oficios varios lo que le toque, a veces hay trabajos que él no puede hacer, porque con el desplazamiento que hubo en Bellavista el 2 de mayo con el cilindro que tiraron allá las Farc,

⁵⁷ Filho do cônjuge. Enteadado em português.

el quedo con los pulmones afectados, entonces tiene un solo pulmón y no puede estar haciendo mucha fuerza, depende del trabajo que le toque hacer [...] entonces el compró esa casa, esa casa esta llevada [...] Tiene paredes de madera y piso de cemento [...] no tiene habitaciones es sólo un espacio [...] se recoge el agua de lluvia [...] Yo vivo ahí porque en realidad no tengo para donde echar.

Durante o conflito social e político no país um alto número de pessoas tem se deslocado principalmente às cabeceiras municipais. A cidade de Quibdó é uma das que mais pessoas acolhe. No meio de graves deficiências nos sistemas de saúde, educação, saneamento básico, moradia só por nomear algumas, não dispõe de condições para o atendimento digno desta população. Diversas organizações de ajuda humanitária, assim como a Diocese de Quibdó, têm contribuído para tentar atender às pessoas e desta forma mitigar em alguma medida a fragilidade na que chegam às cidades.

Outro problema é que, embora presente em diferentes normativas, o atendimento à população deslocada é incipiente e discriminatório, o acesso à informação é mínimo e às vezes a informação é confusa. Para elas o acesso a direitos é um processo burocrático e desgastante. Também surgem problemas pela falta de formação dos servidores públicos para o atendimento da população e de informação sobre a situação à sociedade em geral. Este último fato tem feito que não se entenda a complexidade de um problema como o deslocamento. Nesse sentido Sara relata que em várias ocasiões foram discriminadas por pessoas da mesma cidade. A etiqueta de deslocado para muitos é igual a guerrilheiro ou paramilitar. Sobre esse tipo de situações Sara relata,

[...] Algunos padres tuvieron que meter tutela porque no querían aceptar a los chicos [...] cuando nos desplazaron la noticia llegó, se difundió que habían desplazados por fuerzas armadas y el pueblo lo supo y comenzaron los rechazos que fueron muy complicados para muchos de nosotros, sabiendo que el Chocó es más de raza negra que de cualquier otra.

Em conclusão, a violação sistemática de direitos não se dá só por parte dos atores armados, o governo brilha por sua ausência e se converte em partícipe de uma situação na que confluem diferentes formas de violência dirigidas contra a população deslocada.

6.7 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O panorama anteriormente exposto se propôs evidenciar diferentes formas de violência sofridas pelas mulheres negras foco desta pesquisa no transito de suas vidas, e que evocam as condições de muitas outras mulheres na América Latina.

Poder evidenciar estes fatos tem sido possível graças aos processos de empoderamento que estas mulheres têm vivido na busca de melhores condições. No final conseguiram se constatar alguns pontos:

- Nos dois grupos as mulheres começaram a trabalhar sendo crianças o que afetou na maioria dos casos seu acesso à escola.

- Todas tiveram empregos considerados como precários, nos quais foram evidentes os maus-tratos, salários baixos, ausência de garantias de direitos trabalhistas e em trabalhos considerados de menor qualificação.

- A maioria delas tiveram dificuldades para encontrar emprego o que reforça a estatística de que o segmento das mulheres negras possui as maiores taxas de desemprego.

- Para todas o fato de pertencer ao segmento mais pobre da população dificultou o acesso à educação.

- Suas histórias corroboram também a estatística que indica que a maiores níveis educacionais o acesso de mulheres negras é menor nesses espaços.

- Porém, os grupos diferem nos níveis de educação alcançados. No Coletivo Guardiãs foram maiores enquanto no grupo Artesanías Choibá o máximo alcançado foi o ensino médio completo. Este fato como já foi dito pode ser explicado pelo contraste entre as duas cidades em relação ao acesso à educação.

- Todas as mulheres têm sofrido diversas formas de violência de gênero, na maioria dos casos perpetrada pelo parceiro ou ex-parceiro.

- Em relação à percepção do racismo as integrantes do Coletivo Guardiãs expressam ter sofrido diversas formas de racismo e detectam principalmente aquele que se dá a partir da imposição de padrões estéticos de mulheres brancas. Ao contrario as integrantes de Artesanías Choibá não percebem sofrer pessoalmente por esta forma de racismo.

- Nos dois grupos o racismo estrutural é facilmente evidenciado nas precárias condições de garantia de direitos.

- Finalmente em ambos os casos, as mulheres dos grupos percebem a violência institucional. No caso do Coletivo Guardiãs pela falta de ação do Estado na aplicação das leis de proteção e prevenção de discriminação; e no caso do grupo Artesanías Choibá pela omissão do Estados para a criação de políticas que as protejam e melhorem suas condições de vida.

7 AS MULHERES NEGRAS E SEU YENYERÉ⁵⁸: O TRABALHO COLETIVO COMO PRÁTICA DE RESISTÊNCIA

Vivemos em uma sociedade na qual os vínculos humanos por momentos se tornam mais precários que perceptíveis, onde o individual se sobrepõe ao coletivo e comunitário, e as relações parecem ser cada vez mais transitórias (BAUMAN, 2003). Porém, nesse cenário de múltiplas incertezas o trabalho coletivo guiado por valores como solidariedade, participação, cooperação, autogestão e desenvolvimento humano, converte-se em uma prática de resistência daqueles historicamente excluídos por um sistema que tem limitado as oportunidades no acesso à educação, trabalho digno e inserção social.

Ao longo deste capítulo busca-se evidenciar como o trabalho coletivo que desenvolvem estes dois grupos de mulheres com todas as suas particularidades constitui uma *forma cotidiana de resistência* (SCOTT, James, 2011). Para esse fim serão retomadas algumas informações discutidas nos capítulos anteriores.

7.1 ENCONTROS E DESENCONTROS: MULHERES NEGRAS TECENDO

Um primeiro elemento a se levar em conta são os desafios que elas têm enfrentado para se organizar, articular e trabalhar, principalmente se observarmos as condições de vida das mulheres nos dois grupos. O desafio então tem sido encarar os conflitos e tensões próprios do trabalho coletivo, mas também aqueles causados por fatores externos.

Nos dois casos as motivações para se encontrar foram diferentes. No caso de Artesanías Choibá como afirma Sara “se constituye a raíz del desplazamiento [...] porque en medio del desplazamiento, los maridos no conseguían un trabajo, nos tocó meternos al cuento”. Já para as mulheres do Coletivo Guardiãs se tratou mais de uma questão estratégica de trabalho conjunto como descreve Sandra, “nós pensamos: vamos montar um coletivo, esse coletivo vai nos dar possibilidade de comprar material

⁵⁸ É um termo utilizado pelas comunidades negras na Colômbia que indica força ou fortaleza. Culturalmente marca a existência das pessoas afro porque é entendido como aquilo que dá a força necessária para superar situações difíceis ou adversas.

mais em conta, porque se compra tudo mundo junto sai mais barato”. As motivações iniciais para se juntar foram se transformando e criando uma articulação melhor entre elas, o que com o tempo se tem consolidado.

No Coletivo Guardiãs as dificuldades, tanto espaciais quanto econômicas, fizeram com que elas tivessem que estabelecer formas criativas de articulação de acordo com suas necessidades e situação. Algumas destas ações podem parecer ínfimas, mas na verdade é precisamente a partir destes pequenos atos que os laços de solidariedade têm se fortalecido. Para citar um exemplo: emprestar a maquininha⁵⁹ para pagamentos com cartão (principalmente em uma cidade como São Paulo, na qual esta forma de pagamento é bastante utilizada). Ter este aparelho ou não poderia ser a diferença entre fazer ou não uma venda e, portanto, ampliar a renda.

Suas possibilidades econômicas limitam o trabalho, nem sempre elas têm as condições de comprar os materiais, de utilizar os que gostam ou consideram de melhor qualidade,

[...] É difícil conseguir tecido para fazer roupas com estilo africano e com preços acessíveis para mulheres negras, porque eu antes de trabalhar com uma marca eu também fui consumidora e principalmente com roupas que tenham essa temática afro e eu ficava muito decepcionada com os preços, porque as pessoas esquecem que o povo preto não tem grana, e as pessoas vendem muito caro. (Sandra)

[...] Eu gostaria de usar mais tecido africano, mas eu não posso pagar, é muito caro para eu pagar [...] mas sempre que eu posso pelo menos eu compro um metro e de vez em quando tenho bonecas com esse tecido, porque eu amo. (Potira)

Outro dos problemas que enfrentam é pela mobilidade na cidade. Se por seu tamanho a cidade de São Paulo oferece múltiplas opções para mostrar os produtos em feiras e eventos, as distâncias muitas vezes se convertem em uma limitação para participar ou levar uma quantidade considerável de produtos. A experiência de Esther recreia a situação,

[...] Durante todo este tempo que eu faço estes eventos, não só aqui em Osasco, sempre em transporte público, e eu consegui comprar um carro agora, eu ia porque queria ir, precisava ir, queria estar lá, mas era uma dificuldade muito grande, carregar mala e tudo dentro do trem do metro. Tinha que levar o mínimo que você conseguisse [...] eu chegava nos lugares e chegava morrendo porque eu já estava cansada.

⁵⁹ A *maquininha de cartão* é um aparelho que com conexão à internet serve para fazer pagamentos com cartão débito ou crédito

A Sandra também a partir da sua experiência têm identificado problemas em relação aos custos de participar em feiras. Os programas do governo para os empreendedores não levam em conta este tipo de dificuldades:

[...] A gente não consegue entrar em um negócio que até paga, você não consegue espaços muitas vezes, não tem espaços para fazer nossas feiras e quando existe espaço nas feiras, as pessoas que estão na organização que também são negros, eles cobram preços absurdos.

Para Daniele, um dos problemas atuais que elas (assim como outros setores) enfrentam é o momento pelo qual passa a economia no país. Os produtos que elas oferecem não são considerados uma necessidade de primeira ordem, principalmente no caso das bonecas, máscaras e chaveiros,

[...] Estamos numa situação muito difícil no país, porque o artesanato é uma coisa não necessária, então isso está afetando todos nós aqui, eu recebia entorno de dos mil reais de todos os eventos que eu fazia, congresso, feira, tudo que você possa imaginar, sempre que tivesse mais de dez pessoas cinco pessoas eu estava lá, este ano com a crise, não conseguimos reunir esse dinheiro, mas temos as mesmas contas para pagar e tudo aumentou.

Juntar-se para compartilhar os custos do aluguel de uma barraca em uma feira, cuidar do espaço das outras e ajudar na venda, ter uma rede de informação para divulgar os eventos e como participar destes, enfim, diversas alternativas para apoiarem-se as umas com as outras constituem pequenas ações que, somadas, têm sido o insumo para a articulação e para enfrentar as dificuldades.

Em contraste, no grupo de Artesanías Choibá a organização é mais estruturada. O fato de ter um local específico de trabalho permite criar uma estrutura na qual há algumas tarefas que são claramente designadas. No grupo, uma delas se encarrega das finanças, outra é a representante legal e uma é coordenadora. Esta última se ocupa de levar o registro do tempo trabalhado para fazer os pagamentos, lembrando que os lucros são repartidos conforme a quantidade de horas trabalhadas. Finalmente, de forma rotativa se organizam para o atendimento na loja.

Concretamente no ateliê podem se perceber mais facilmente várias das práticas solidárias do grupo, já que é o espaço no qual permanecem mais tempo juntas. Ali, por exemplo, dispõem de uma cozinha e todos os dias juntam dinheiro e se revezam para cozinhar. As entradas não são altas e, dado que ficam o dia todo neste espaço, essa “vaquinha” é a melhor forma de garantir à alimentação e de se ajudar mutuamente.

Outra prática comum entre elas é se apoiar para aprender as tarefas relacionadas com seu trabalho: utilizar as máquinas de costurar, fazer algum tipo de bordado ou melhorar a técnica de tricô. Desta forma transmitem e compartilham conhecimentos ao mesmo tempo em que aprendem a se valorizar entre si, o que fortalece seus vínculos.

Neste grupo também enfrentam diversos problemas. Um deles é a falta de apoio para vender seus produtos, já que o mercado que elas atingem é reduzido. A Diocese de Quibdó é a entidade da qual recebem maior colaboração, com a compra de seus produtos, facilitando espaços como feiras para a venda e oferecendo capacitações. Além disso, têm dificuldades para conseguir os materiais necessários para a confecção dos produtos.

Porém, no meio destas dificuldades seu trabalho é um caminho para melhorar suas condições e de suas famílias. Permite que demonstrem que apesar dos problemas elas têm as capacidades de se superar, como expressa Abigail,

[...] Una de las razones para que el grupo haya existido, es para demostrarle al gobierno que nosotras a pesar de que somos desplazadas también tenemos derecho a trabajar [...] a pesar que hay mucha violencia, a uno le toca salir a rebuscarse el trabajito para sustentar a sus hijos.

Nos dois grupos o fato de coincidir nas motivações e sentidos em relação ao trabalho que desenvolvem lhes permite manter uma união. Estes empreendimentos constituem propostas que, se bem nascem para suprir certas necessidades, se consolidam como referentes de um projeto de transformação que evidencia que na cosmovisão das mulheres negras a solidariedade é um valor imprescindível.

Em suma, entende-se que o trabalho delas é uma *forma cotidiana de resistência* porque através destes elas irrompem com uma ordem estabelecida: são independentes e autônomas, na medida em que constroem espaços femininos nos quais sua organização é flexível, respondendo desta forma a suas necessidades particulares. Porém, o fato de ser flexível não faz com que não seja um trabalho exigente, que demande compromisso. Para Sandra trata-se do respeito próprio,

[...] Eu tenho que ter disciplina com meu trabalho, eu tenho horários: tenho hora para começar, mas não tenho hora para parar, porque eu tenho um compromisso, tenho que entregar o que eu me propus a fazer [...] eu sou minha própria patroa e como tal eu devo respeito a mim mesma e a meu trabalho.

Ser dona do próprio tempo transforma a maneira como elas se percebem a si

mesmas. Para Abigail, a possibilidade de decidir sobre seus horários é uma característica que ela valoriza do trabalho que faz, principalmente quando seus referentes de trabalho anteriores foram nos serviços domésticos, onde era mal paga e recebia maus tratos,

[...] La diferencia con los trabajos de antes es mucha, antes me tocaba matarme, ahora yo puedo decidir, porque aquí no hay un límite, si uno va a trabajar bien y si no también, ahí es uno el que decide, en el otro me tocaba estar ahí, no podía decir no, hoy no puedo ir, si decía me podían echar y con tal de salir adelante me tocaba.

Dispor do tempo, decidir como distribuí-lo, ser a própria chefe, são práticas a partir das quais elas constroem uma noção de *liberdade*, como o reafirma Sandra,

[...] Quando resolvi trabalhar independente também por conta foi por uma questão de liberdade, liberdade mesmo, de autonomia, de fazer aquilo que eu gosto, que eu quero, sem patrão do meu lado me perturbando, sem obedecer a ordens de ninguém, sem horários.

O trabalho que desenvolvem, além de oferecer essa *liberdade*, produz transformações em outros espaços da vida delas, algumas vezes mais notórias, mais transcendentais, outras vezes aparentemente mais simples, porém para elas significativas. Como para Emilia,

[...] Para mí este trabajo es lo mejor, porque estar en el monte, en el campo uno sufre mucho. Para mí aprender este arte es mucho mejor, porque le sirve para uno en la vida, como persona [...] De la situación que yo tenía antes para mí esta, está mejor porque yo no tenía casa, lo que tengo ahora no lo tenía antes, prácticamente todo lo que tengo ahorita ha sido por el trabajo, porque la parte de atrás de mi casa fue por mi trabajo [...] el trabajo en el grupo es muy bueno porque hay cosas que uno aprende de ellas y ellas aprenden de uno. Porque hay cosas que uno no las tiene todas en la mente y las aprende de ellas.

Finalmente, evidenciou-se que o trabalho coletivo possibilita que elas compartilhem não só os saberes vinculados com seus respectivos ofícios, mas também conhecimentos em relação à vida em família, os filhos, as relações interpessoais, a saúde da mulher negra, a reprodução, o acesso a serviços em geral e, no caso específico das mulheres de Artesanías Choibá, informação relacionada com benefícios e programas de atenção especial para pessoas deslocadas pelo Conflito. Em resumo, nesse espaço, criam-se relações de cuidado mútuo e de intercâmbio de saberes muito mais amplo, que agrega valor e sentido ao trabalho que elas desenvolvem.

7.2 “VALORIZAR NOSSA NEGRITUDE”. O PRIMEIRO PASSO PARA A RESISTÊNCIA

Durante séculos a inferiorização e invisibilização da negritude têm sido duas das formas de violência mais complexas e de difícil superação a que têm se enfrentado as comunidades negras e em especial as mulheres. Nesse sentido, a proposta de trabalho destes grupos, por meio da valorização da cultura e da estética negra, contribui, primeiro, para melhorar a autoestima, dessas e de outras pessoas, e, segundo, trata-se de uma forma de combater o racismo a partir da divulgação da riqueza da cultura negra.

Esta estratégia pode ser vista também como um caminho de transformação de relações em espaços nos quais elas circulam cotidianamente, a partir da resistência, no individual e no coletivo, construída com os saberes e conhecimentos que estão a seu alcance e que refletem aprendizagens construídas de geração em geração e na troca com outras mulheres.

No caso do Coletivo Guardiãs, uma das formas que têm encontrado para transgredir a ordem imposta é através da proposta de ter um *estilo africano* em seus produtos. No entender delas, alguns tecidos, estilos de roupas e turbantes, entre outros elementos, são referentes simbólicos a partir dos quais é possível recuperar os vínculos que foram quebrados pela escravidão e a partir destes fortalecer a autoestima. Nesse sentido, elas procuram recriar a ancestralidade africana no Brasil como uma forma de resistir ao esquecimento. Para Sandra,

[...] A ideia é vender essas peças por uma questão de resistência, de cultura, de trazer e resgatar nossa cultura africana é mais por isso que ainda insisto em vender roupas com tecido africano, por uma questão mesmo de resistência com nossa cultura afro. A ideia não é vender moda, é vender cultura, vender resistência, vender autoestima, a ideia é essa, não só vender por vender.

Por um lado, elas buscam manter vivo um laço identitário com o continente africano como forma de recuperar uma parte da história que lhes foi tirada. Mas, também esperam chamar a atenção para que exista um olhar, uma indagação pela África, pela história dessa região, pelas tradições e pela diversidade de seus povos. Como o indica Sandra,

[...] O tecido africano são roupas muito coloridas, que refletem a mensagem da África, o povo africano é muito colorido, as simbologias

têm os símbolos, que cada símbolo representa uma força, uma energia, uma resistência [...] as pessoas ficam curiosas e querem saber, então quando eu falo de resistência estou me referindo a isso, porque antigamente, não muito antigamente, era muito difícil você ver o negro com roupas coloridas, era sempre o básico, porque o negro era discriminado, porque quando ele vestia uma roupa colorida, ele era muito discriminado, as pessoas chamavam que é essa palhaçada toda, ou então diziam que baianada e essa, hoje graças a deus a gente usa a estampa como forma de resistência mesmo.

De tal forma, o trabalho delas pode ser entendido como uma estratégia para lutar contra o racismo e suas marcas. Neste ponto é importante assinalar que, embora elas saibam que existem diferentes etnias e povos no continente africano, estes ainda não são claramente distinguíveis para elas, além disso elas não têm feito profundas pesquisas sobre costumes, rituais, símbolos ou significantes de elementos de origem africana. Seu trabalho é definido como afro-brasileiro, construído a partir do pouco que foi possível recuperar com a diáspora, por isso o que elas propõem através do seu trabalho é a criação de um vínculo com aquilo, uma reescritura dessa história com o fim de fortalecer a identidade de homens e mulheres, crianças e adolescentes afro-brasileiros.

Nesse sentido, a vida delas assim como seus produtos, revelam vários dos processos atravessados a partir dos quais têm sido possível fazer uma construção como pessoas, como mulheres, como negras e como empreendedoras. Para Potira, tem sido um processo de transformação constante:

[...] Minhas bonecas negras de agora, em relação a aquelas do começo, sofreram uma transformação. As primeiras tinham aquele cabelo chapadinho, depois você vai aprendendo que isso aí é uma opressão, e aí eu comecei a pensar em outros tipos de cabelo, de materiais, e tal, eu fui tentando fazer isso, com muita dificuldade, pouco dinheiro para comprar materiais, mas, enfim fiz.

O trabalho que elas desenvolvem têm propiciado uma reflexão sobre o significado de ser negro, especificamente ser mulher negra e reflexões sobre diversos acontecimentos de suas próprias vidas. Nesse sentido, Potira comenta:

[...] No passado, eu tinha consciência que era negra, acreditava que tinha isso meio resolvido. Eu usava *Black Power* na cabeça, mas eu não tinha consciência. A argumentação foi uma coisa que me veio muito depois, uma boa argumentação muito depois, acho que me vem quase agora assim, 15, 20 anos depois.

A argumentação da qual Potira fala foi construída pouco a pouco e suas bonecas

lhes ajudaram a se pensar como mulher negra e a se questionar, daí que elas tenham vários elementos a partir dos quais se valoriza a identidade afrobrasileira.

O cabelo, por exemplo, tem sido uma marca identitária que no caso de mulheres e homens negros evidencia as tensões raciais. Para Daniele, as marcas do racismo às vezes podem se tornar tão agressivas, que embora mulheres e homens tentem mudar seu cabelo, isso não as libera de sofrer preconceitos,

[...] Eu já tive meu cabelo alisado, assim o cabelo alisado não quer dizer que eu não seja negra, meus piores traumas de racismo, foram com cabelo alisado, então assim, o fato de eu estar com cabelo liso, não me deixa menos negra, não me deixa aceitável, não me deixa nada, porque eu sou negra. Tinha o cabelo alisado porque minha tinha, minhas irmãs tinham. Até que um dia eu falei meu cabelo vai ficar do jeito que eu achar melhor, hoje ele está assim, amanhã posso estar careca, de trança, alisar, isso não vai mudar minha personalidade, hoje eu estou assim porque eu quero estar assim. É até uma briga minha. Quando eu comecei ser mais politizada, porque as pessoas criticavam tanto as negras de cabelo alisado, elas não deixavam de serem negras, elas não deixavam de sofrer preconceito, simplesmente é uma escolha, mas eu sei que nem sempre é uma escolha, porque a sociedade aceita melhor à mulher que estiver assim.

Transformar o cabelo não anula o fato de ser negro ou negra, não elimina ou diminui a discriminação, mas valorizá-lo é, sem dúvida alguma, um ato de resistência frente um sistema opressor. Para as comunidades negras, o cabelo têm constituído um instrumento de luta política contra o racismo, de independência e liberdade dos padrões de beleza impostos. As bonecas de Potira e de Daniele buscam combater a ideia de que cabelos afros são “ruins”, através da valorização dos cabelos cacheados, dos Black Power, das tranças, etc. Igualmente, Esther e Sandra, com os turbantes que desenham e costuram, fazem uma proposta que cria um referente diferente de beleza.

Por sua parte, as mulheres de Artesanías Choibá nas bonecas recuperam os tipos de penteados e tranças com miçangas, que mulheres e crianças sempre têm utilizado. O propósito uma vez mais é valorizar, divulgar e conservar elementos da cultura afrocolombiana. Nesse sentido, o cabelo, os penteados, trançados e elementos como turbantes e miçangas constituem construções identitárias do que é ser afro como forma de valorizar a negritude.

Em cada produto do seu trabalho buscam fortalecer a autoestima para o

empoderamento. Para Potira, embora as pessoas que se autodeclaram negras sejam de tonalidades diferentes, a identidade deve ser compartilhada. Daí que, para ela, pensar em criar bonecas de diferentes tons entre negro, marrom, pardo, pode criar divisões e apoiar ideias de racismo, da existência de escalas que indicam que quanto mais perto do branco é melhor,

[...] Você vai estar definindo superioridade e inferioridade, uma mais clara é melhor, até chegar no último tom [...] como é o racismo no Brasil, que ele é degradante mesmo, a mais clara sofre menos, a mais escura é a mais ferrada, então eu prefiro que as pessoas falem só negro, e ponto.

Constroem reflexões para aperfeiçoar aquilo que seus produtos representam porque no final, como elas mesmas dizem “*não é vender por vender*”. Nesse sentido, as bonecas de Potira foram se transformando ao mesmo tempo em que ela ia integrando reflexões sobre os significantes e sobre as dificuldades que como empreendedora negra encontrava:

[...] As bonecas mudaram, mudaram bastante. Antes tinha um olhar bem do que era oferecido pelo sistema, aí eu depois comecei a partir mais para Chita [...] pensei que a Chita foi mesmo um dos tecidos, que os negros aqui no Brasil usavam que era o tecido mais barato para fazer suas roupas, de sua cultura, sua dança, então eu uso bastante chita.

7.3 UM OFÍCIO QUE TRANSFORMA

As experiências de vida de cada uma, as reflexões construídas a partir destas e do trabalho como empreendedoras, lhes permite pensar que existe outra economia possível, na qual podem ter visibilidade como produtoras, como criadoras, como agentes de mudança, na qual tornam-se autônomas e, portanto, livres. Criam-se relações não só de trabalho com as outras, também se estabelecem laços afetivos e sociais.

Para Daniele, o trabalho como empreendedora e artesã não só mudou várias das suas condições de vida, também abriu um campo de possibilidades para se conhecer melhor e se fortalecer como mulher negra,

[...] A partir do artesanato isso me ajudou muito, porque aí eu comecei entender quem era eu, quem era a *Daniele* enquanto negra, então o artesanato foi me levando a conhecer a *Daniele* negra, quando eu comecei entender quem era a *Daniele* negra aí, comecei entender a

questão do negro, depois de entender a questão do negro, aí comecei entender a política a favor do negro. [...] Aí você começa, quanto mulher eu tenho direito, quanto negra, quanto cidadã, e aí você vai conquistando seus direitos [...] onze anos que eu venho trabalhando mudei muito depois que eu comecei fazer artesanato afro, era uma *Daniele* e nasceu outra *Daniele*, nasceu a *Daniele* mulher, a *Daniele* negra, nasceu a *Daniele* politizada, a *Daniele* feminista.

No depoimento de Daniele, se expressa o percebido por muitas delas. Profundas transformações pessoais que mudaram a forma de se olhar e de olhar o mundo. No caso de Sara, de Artesanías Choibá, seu trabalho tem um profundo sentido de reconstrução da vida e de superar a dor causada pelo deslocamento e seus efeitos:

[...] Para mí el bordado cuando inicie, representaba remendar todo lo que tuvimos que vivir con el desplazamiento, tenía ese significado para mí: remendando la vida después de tanto desastre que vivimos, de ver tantas cosas que nunca imaginamos. Para mí era como eso, olvidar el dolor con el bordado, distraer la mente, olvidar todo lo que nos tocó pasar, ver como mataban gente inocente. Entonces en el bordado encontramos como una terapia y un trabajo. Y el croché significa algo espectacular para mí, cuando lo hago me siento bien relajada me encanta ése arte [...] que uno con el croché y sus manos puede hacer tantas cosas, para uno y para los demás.

O trabalho desenvolvido por elas não apenas ajudou a ter uma renda, principalmente em um momento em que por sua situação foi difícil se empregar, mas também lhes permitiu conhecer outras mulheres como elas, com as que havia uma identificação e, nesse sentido, até uma cumplicidade. Igualmente, possibilitou conhecer fortalezas, capacidades e atitudes que ajudaram-nas a se valorizar como mulheres capazes e atuantes, principalmente depois de estar em uma situação que vulnerou sua humanidade de diversas formas.

O conhecimento detrás do trabalho tem fornecido para elas ferramentas para se empoderar, para conhecer seus direitos, para se encontrar com outras mulheres que passam por situações similares e se fortalecer mutuamente. Para Daniele

[...] Quando eu entrei para o artesanato eu sei [...] comecei conhecer outros lugares, conheci o racismo de várias formas e aprendi a me defender frente a esse racismo, eu comecei entender que eles não mais me afetam na forma que eles afetavam antes do artesanato. Agora eu sei que a pessoa que é racista ela é ignorante, o problema não está em mim, está nele, antes o problema era meu, ser negra para mim antes, o problema era meu porque tudo mundo era branco. Agora sei que o problema não é meu, se tudo mundo é branco aqui que se dane-se, eu sou negra e sei muito bem meu papel na sociedade e é ser uma pessoa sempre melhor cada segundo.

Estas reflexões permitiram a Daniele identificar que seu trabalho tem a ver com uma questão *estar presente*, ocupar espaços, ser visíveis, transgredindo as imposições de um sistema com uma estrutura desenhada para o desaparecimento da cultura das comunidades negras:

[...] Meu trabalho na realidade é mostrar para as pessoas que cada um tem seu lugar, eu não necessito o seu para ter o meu, não tem como, porque a gente não pode roubar o que nunca foi seu. Nosso trabalho não é mostrar para o negro que ele deva resistir, mas se que ele possa estar presente, não precisa-se esconder, [...] nos vivemos muito tempo na sombra, com medo. Já não tem ninguém para impedir entrar em restaurantes [...] nós deixamos de viver muita coisa por medo.

O trabalho na economia solidária propiciou mudanças no olhar sobre si mesmas, as fortaleceu, tanto individual como coletivamente, lhes permitiu identificar suas capacidades e potencializa-las; descobrir que podiam construir um caminho na conquista da autonomia em diversos espaços da vida cotidiana, na consecução de equidade e no enfrentamento à pobreza e às condições de vulnerabilidade.

7.4 PARTICIPAR PARA APRENDER E CONSTRUIR

Conforme o exposto ao longo deste texto sabe-se que a economia solidária por um lado tem sido para estes grupos uma alternativa para obter renda, mas também uma prática que contribui para o empoderamento das mulheres. No caminho de construir um projeto a partir da economia solidária surgem transformações e possibilidades não só a nível pessoal, como também no plano familiar e comunitário.

Nesse sentido, identificou-se na pesquisa que algumas das integrantes nos dois grupos estão integradas a outros espaços de atuação. Esta participação tem lhes permitido evidenciar que podem ser sujeitos ativos, ser protagonistas, e contribuir em outros espaços para a transformação social e para construir condições de vida dignas para elas e para outros.

Os espaços de participação são de diversos tipos: econômicos, culturais, sociais, políticos, comunitários, etc. No âmbito econômico, os encontros em feiras e eventos de empreendedorismo são espaços que lhes permitem fazer uma troca de experiências e conhecer o trabalho que outros grupos e outras mulheres estão desenvolvendo. Em alguns casos, a participação nesse tipo de eventos permite a

articulação para criar uma agenda conjunta, apresentando propostas e demandas ao governo em relação a programas e benefícios para os pequenos empreendimentos.

Várias delas, inclusive, antes de trabalhar com economia solidária já haviam participado em outros espaços. Sandra, na procura de acesso a moradia digna, começou a se integrar a movimentos sociais que lutavam no seu bairro e descobriu que existia um campo de possibilidades para participar em outros espaços diferentes das funções de mãe e esposa, nos que podia contribuir ativamente e ser valorizada como pessoa:

[...] Comecei como essa coisa da participação dos movimentos sociais, do movimento popular, foi quando comecei a participar das reuniões para moradia para urbanização, para ganhar a infraestrutura para o bairro [...] Ai eu comecei entender que eu podia fazer outras coisas que não fossem apenas cuidar de casa cuidar dos filhos, e obedecendo aos desmandos do marido.

Daí em diante ela fez parte de diferentes atividades do mesmo movimento. Foi gestora para a consolidação da creche e ampliação da mesma, impulsionou projetos culturais para combater o crime no bairro e, finalmente, conseguiu, junto com duas companheiras, uma unidade de saúde para o bairro.

No Coletivo Guardiãs, todas participam de alguma forma em diversos espaços. Os mais comuns são as feiras e os espaços dos movimentos negros, nos quais além de ter a oportunidade de mostrar e vender seus produtos, conseguem incluir nas discussões várias das problemáticas e demandas que identificam com seu trabalho, um processo que inclui também um grande aprendizado. Como corrobora Sandra,

[...] Entendi que era racismo quando eu comecei participar dos grupos de mulheres, quando comecei participar dos movimentos sociais. A gente aprende muito, eu comecei participar em movimentos sociais, e eles não veem só para você ficar na rua gritando, na porta dos órgãos públicos gritando, ele veem também te dando uma formação, te dando uma base, ele fortalece você, ensinando você a ter direito. Foi ai que eu aprendi a ter um sentido crítico.

Desse modo, estes espaços fortalecem os vínculos com outros movimentos e grupos que, por vários caminhos, lutam por um mesmo objetivo: superar o racismo e as condições de iniquidade da população negra.

A divulgação do seu trabalho tem feito com que sejam conhecidas e, portanto, convocadas a participar em espaços como, por exemplo, o Grupo de Trabalho (GT) de economia solidária da Marcha das Mulheres Negras. Para Daniele, é importante ter abertura de diálogo com diversos grupos e espaços para sua participação não fique

limitada,

[...] Eu faço política, mas sem me envolver com partidos. Eu não participo de grupos fechados, por exemplo, tem o grupo das mulheres negras eu participo, tem o grupo das mulheres feministas eu participo, mas eu não faço parte de nenhum grupo fechado porque eles começam associar meu produto a aquele grupo. Meu produto não é associado a nada, só é associado à cultura negra, essa é a única ligação que eu quero, é só o resgate à cultura negra, mais nada.

As integrantes do grupo Artesanías Choibá também interagem com outros grupos e participam de outros espaços. Elena explica como a partir desses ambientes elas podem aprender coisas novas e ampliar seus conhecimentos em relação a direitos humanos,

[...] Sobre violencia por ejemplo a nosotras nos dan unos talleres sobre eso. Cuando una mujer es violentada uno puede denunciar en la fiscalía, procuraduría, en la defensoría. A todas esas partes puede ir [...] La Ruta Pacífica nos da unos, la Diócesis también da uno sobre desplazamiento y todo eso, porque en el desplazamiento se ha visto violación y de todo. Una señora Nubia Castañeda que es de la Ruta Pacífica nos da muchos talleres de eso.

Cursos, oficinas, palestras, reuniões são formas de comunicação e de obter informação importante no contexto deste grupo, dado que as ferramentas tecnológicas não são de amplo acesso para elas e muitas ainda não sabem usá-las.

Embora seja parte do trabalho, as oficinas também são instrumento de participação e de questionamento sobre o racismo, o machismo e a desigualdade social. Nesse sentido, a fala delas procura ter um impacto. Potira, que ministra oficinas para diferentes públicos, relata:

[...] Eu procuro passar humildemente a informação que eu sei de história afrobrasileira com professores. Eu não arranjo nada do conteúdo deles. Então eu dou uma jogada dessas para eles, assim, de boa, algumas dicas, porque a gente espera que o professor seja um pesquisador [...] se ele não pesquisar, se ele não se atualizar ele não vai saber. Mas de qualquer maneira, como estou nisso, eu prefiro dar uma receitinha pequenininha, sabe? Para ele sair com um pouquinho de aquilo na cabeça. Para ver si a coisa rola.

Do mesmo modo, algumas integrantes do grupo Artesanías Choibá dão cursos curtos a mães jovens, a pessoas com deficiência e a crianças. Essa transmissão do saber para elas é importante porque acreditam que é uma forma de ajudar outras pessoas a adquirir um conhecimento que pode lhes possibilitar obter uma renda e assim melhorar suas condições de vida.

Também se articulam com grupos de mulheres indígenas para comprar-lhes

tecidos e fazer outros produtos, com um grupo de mulheres do presídio para vender produtos feitos na técnica ponto de cruz, com o mesmo grupo de mães jovens às quais lhes dão oficinas e com outro grupo de mulheres da cidade que produz sabões e loções ecológicas. Todos estes produtos os oferecem na sua loja.

Nos dois grupos acreditam que para atingir o público que mais lhes interessa devem ter preços acessíveis. Como reflexão entendem que a população negra geralmente é a mais pobre e que dado que se seus produtos buscam valorizar a identidade negra e fortalecer autoestima devem ser de fácil acesso para este segmento. Para Potira,

[...] Eu acho que tem que ter um preço popular assim, o público mesmo que eu gostaria de atingir, que é aquele público periférico, eu tenho que dar, porque eles não têm [...] para que essas crianças possam ter uma boneca, ela não pode ter um valor muito alto.

Os diversos espaços nos quais elas participam devem ser visibilizados também como parte dos alcances que surgem a partir do trabalho na economia solidária. É importante não ficar só na discussão das opressões que as mulheres negras sofrem, os relatos devem se estender a evidenciar também as formas com as quais as mulheres negras têm enfrentado essas dificuldades para reconhecer que no meio desses contextos elas se organizam, se articulam, participam e são atuantes na sua própria realidade.

7.5 BORDANDO O FUTURO

A partir do trabalho em economia solidária várias mudanças têm se apresentado para elas, tanto no pessoal quanto no grupal, como empreendedoras, como artesãs, como mães, como militantes e em geral nos diversos espaços de interação nos quais estão imersas. O processo para ter outras condições e para se pensar de uma forma diferente não só tem influído nelas, também nos seus círculos mais imediatos.

Filhos (as), netos (as), irmãs, sobrinhas e várias pessoas das famílias destas mulheres veem-se influenciadas pelo trabalho que elas fazem, na maioria dos casos têm aprendido o ofício e ajudam na fabricação e venda dos produtos. Para Sandra, sua experiência mostra para suas filhas que existem outros caminhos possíveis,

[...] Para minhas filhas com certeza meu trabalho influiu. Principalmente a maior abandonou um trabalho onde ela era gerente de um departamento e que não ganhava mal, mas infelizmente ela era pisoteada, era humilhada diante do patrão e isso que eu faço hoje me deu essa autonomia dela olhar e ver. Ela pode pensar: “olha eu posso sobreviver junto com minha mãe desse trabalho” [...] hoje eu tenho

certeza que se eu amanhã não estiver mais por aqui, ela tem essa autonomia para conseguir levar o negócio para frente. Eu sei que ela não vai sentar em uma máquina como eu sento, mas ela sabe onde tem uma costureira, sabe o modelo que ela quer fazer, sabe onde tem alguém para cortar e ela sabe onde vai vender, ela sabe os meios, ela gosta. E a outra também está pensando, ela quer sair do serviço porque ela quer se dedicar a pintura ela quer fazer sapatos artesanais, quer fazer curso, quer dizer para alguma coisa isto está servindo.

Porém, não só o legado destas mulheres com seu ofício fica na memória de suas famílias e daqueles que conhecem seu trabalho, também as reflexões construídas e as mudanças de vida tornam-se um modelo que apresenta que outro mundo pode ser possível. Para Daniele, é grato observar as transformações da sua filha, saber que ela aprendeu a se valorizar, a se defender do racismo e dos preconceitos,

Minha filha teve o cabelo *Black*, de trança, curto careca, teve que pintar o cabelo de branco para a Vela Internacional, então eu fico feliz de ver isso nela, porque ela aprendeu que ela é bonita e negra com cabelo ou sim cabelo, hoje ela usa o cabelo crespo, mas é uma opção dela, assim como eu falo para ela, o cabelo cai e cresce na hora que você quiser. Então não se prenda a isso, se você quiser alisar, então alisa, eu faço isso comigo, se quiser deixar duro deixo, se quiser trançar tranço, se quiser ele amarelo, azul, rosa [...] as jovens negras são perfeitas, elas estão magníficas, elas usam o que sabem, se fazer racismo contra elas, elas dão um show, elas falam comigo: não, de jeito nenhum.

Para Esther, o fato de desenvolver um trabalho que, além de ganhos econômicos, gera frutos para elas e para as demais pessoas é o que revela a importância do mesmo. Para ela, utilizar as prendas que desenha e costura é uma forma de divulgação do seu trabalho, ao mesmo tempo em que rompe com padrões de beleza estabelecidos e apresenta outras possibilidades em todos os espaços que ocupa,

[...] Nosso trabalho é importante porque ensina. Eu cresci dizendo que eu era feia na escola, tinha tias que falavam isso, elas me falavam que eu era feia, eu cresci ouvindo isso e hoje não é que eu não seja uma mulher linda, é que eu não sigo os padrões preestabelecidos. Então eu chego nos lugares e eu estou vestida diferente, eu estou com penteado diferente, estou com turbante, então as pessoas falam olha que linda, mais eu sei que não é linda de ser esse fisicamente linda, eu sei que eu tenho um padrão diferente.

Contudo, durante as entrevistas, quando foi feita a pergunta sobre o projeto de vida a cada uma delas, encontrou-se nas respostas da maioria das mulheres que existe uma ideia de projeto de vida restringida. Por sua experiência de vida, não idealizam projetos a longo prazo, mas fazem planos para um espaço de tempo curto. Como afirma Daniele, “não acostumo fazer muitos planos ao longo prazo, porque a gente

não sabe que de a vida [...] eu vou de pouquinho em pouquinho”. Do mesmo modo acontece com Sandra:

[...] Não imagino muitas coisas para meu futuro não, primeiro lugar, eu sou muito assim pé no chão [...] eu venho ao longo da minha vida fazendo alguns contratos, são alguns contratos de convivência que eu vou fazendo e que não me permitem muito ficar pensando no que me espera, no que eu vou fazer, quais são as minhas perspectivas os meus sonhos para daqui a alguns anos. Vou aos poucos porque aprendi que quanto mais você planeja menos você conseguiu fazer, e que o destino muitas vezes é muito cruel.

Para elas, seus projetos de futuro estão mais vinculados com suas famílias, em construir um caminho para eles, em oferecer melhores condições que as que elas tiveram. A experiência de vida tem lhes ensinado a se proteger, cuidar seus desejos. O temor a ser machucadas em suas esperanças faz com que, como elas mesmas dizem, “a gente vai aos poucos”. Concretamente, para Elena, a ideia de futuro se centra na família e nas possibilidades de ter um lar melhor:

[...] Uno espera que esto (el trabajo) le ayude a estudiar a sus hijos y a tener una casita digna [...] por ejemplo que tuviera su acueducto, su alcantarillado, tuviera una tacita higiénica, tuviera su bañito bien adecuado.

Com o deslocamento, as perdas foram tantas e de tantos tipos, que o mais profundo desejo delas é ter uma vida tranquila. Abigail acredita que está construindo um caminho para melhorar cada vez mais suas condições e as de seus filhos. Ela pensa principalmente nas oportunidades que podem surgir para garantir o bem-estar deles, para que, como ela diz, “no sufran lo que yo he sufrido”. Mas também expande seus propósitos e deseja ensinar a outras mulheres aquilo que tem aprendido:

[...] Todo está bien ahora, porque le doy gracias a dios todo lo que yo he aprendido aquí y espero aprender más porque tampoco me quiero quedar así, quiero estar mejor y darle cosas a mis hijos. Quisiera enseñarle a otros lo que uno hace acá, por ejemplo lo de las muñecas para que tengan trabajo.

Seja pela pressão das necessidades que não permitem esperar, ou pela iniciativa de criar alternativas diferentes e com impacto, o trabalho desenvolvido por estes grupos revela que é possível passar das propostas às ações para ter autonomia, independência, liberdade e para iniciar um caminho que permita a transformação e superação das desigualdades sociais.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Criar para resistir e transformar

O objetivo principal desta pesquisa foi fazer um estudo comparativo de dois casos, identificando transformações na vida de mulheres negras a partir da sua participação em práticas da economia solidária. Soube-se nas primeiras linhas que comparar duas realidades que por momentos tornaram-se tão distantes iria constituir um desafio ainda maior ao que implicava a indagação em cada grupo. Porém, foram as falas das mulheres as que permitiram traçar um caminho que foi paulatinamente desvendando encontros e desencontros.

A seguir são apresentados alguns pontos a modo de considerações finais que, mais que esgotar o tema, são um convite para continuar e ampliar as discussões apresentadas neste texto, propor novas perguntas e revisitar as perguntas feitas.

Uma das maiores dificuldades da economia solidária é o risco que corre de ser absorvida pelo sistema capitalista para ser usada como meio de evasão das responsabilidades dos Estados na garantia dos direitos da sua população. Daí que aparente ser uma estratégia fraca. Porém, estes grupos de mulheres demonstram que suas demandas para com o Estado ao contrário de desaparecer se fortalecem através dos aprendizados e discursos construídos, e se concretizam em exigências pontuais no que se refere a seu trabalho. Assim, criticam a ausência e insuficiência do Estado para apoiar estas formas alternativas de trabalho, para desenhar e executar políticas de maior impacto em termos de alcances e quantidade de pessoas beneficiárias.

Nesse sentido, os avanços que possam surgir a partir da economia solidária dependem, por uma parte, da vontade política para apoiar estas iniciativas. E por outra, de mudanças em termos sociais para superar as situações de machismo e racismo, que, embora, no caso das integrantes dos grupos focos desta pesquisa, tenham diminuído, ainda permanecem afetando o avanço dos seus projetos.

Contudo considera-se que dado o contexto de capitalismo exacerbado em que aparecem os projetos dos grupos foco desta pesquisa, em nosso entender estes constituem por si mesmos propostas decoloniais de resistência e transformação. Embora localizadas, e em pequena escala, são propostas que demonstram ser

transgressoras de uma ordem que tenta restringir o campo de possibilidades de uns grupos, em nosso caso mulheres negras, para encaixá-los entre explorados e excluídos. Nesse sentido, ambos os grupos optam pela economia solidária como estratégia econômica, mas não simplesmente focada na geração de renda. Trata-se de uma forma diferente de produção, que se centra na qualidade de vida das pessoas e no trabalho coletivo.

Transgressora, já que são elas as que criam as regras da sua organização, dos horários e das formas de trabalho, e porque têm encontrado uma forma de trabalho que nasce da sua vontade e da satisfação sobre o que fazem. Não é um trabalho imposto ao naturalmente designado. Mas também transgressora porque aquilo que produzem não se guia pelos padrões de beleza impostos, do aceitável, do estético. Transgressora porque produzem para aqueles que o sistema se esforça por excluir da maioria de espaços da vida social ou que pretende relegar a aqueles menos valorizados. E também porque seus produtos não são meros objetos, porque eles estão carregados de significantes, de história, de memória, de resistência, porque valorizam a identidade negra, embora se tenha tentado apagá-la.

Os projetos dos grupos são transgressores porque mesmo que tenham estado sempre permeados por instabilidades, por deficiências geradas pelos contextos nos quais se desenvolvem e pelas dificuldades que atravessam a vida das integrantes, estes têm conseguido se manter ao longo do tempo, sendo replicados em seus valores a outros espaços da vida das mulheres, dando-lhes reconhecimento e status nos grupos imediatos que atingem.

E, finalmente, transgressores porque a partir deles amplia-se o campo de atuação destas mulheres, permitindo-lhes estar em espaços que antes eram limitados ou simplesmente negados. O projeto destes grupos de mulheres constitui um modelo para a participação, o trabalho e a integração de outras mulheres. Desta temática ficam ainda muitas perguntas por responder, principalmente levando em conta que tratou-se de estudos de casos. Nesse sentido, valeria a pena indagar se estas transformações surgem em outros grupos e em outros países. Se a influência de políticas públicas para apoiar este tipo de empreendimento afetaria positiva ou negativamente suas potencialidades. Ou verificar também se estes projetos se sustentam ao longo do tempo, se têm mudado, desaparecido ou evoluído. Ao final as possibilidades de pesquisa são infinitas.

REFERENCIAS

AGENCIA DE LA ONU PARA LOS REFUGIADOS. **Acción contra la violencia sexual y de género: Una estrategia actualizada**. 2011.

_____. **Situación colombiana – Tendencias del desplazamiento**. Disponible em: <http://www.acnur.org/t3/donde-trabaja/america/colombia/>. 2014

AMEIGEIRAS, A. R. **El abordaje etnográfico en la investigación social**. Estrategias de investigación cualitativa. Biblioteca de educación. Herramientas universitarias. Editorial Gedisa. 2006. p.107-149.

ARANGO, A. **Cuerpos endurecidos y cuerpos protegidos. Prácticas y rituales en el orden corporal de los niños afrodescendientes del Pacífico colombiano**. Espacios Transnacionales, n. 3. Julio-Diciembre, 2014, Disponible em: <http://www.espaciostransnacionales.org/tercer-numero/conceptos-3/>. Acesso em: 3 Abr. 2016.

BAIROS, L. **Nossos feminismos revisitados**. Revista Estudos Feministas. Segundo Semestre. 1995.

BAUMAN, Z. **Modernidad Líquida**. Editorial Fondo de Cultura Económica, México DF, 2003.

BONET, J. **¿Por qué es pobre el Chocó?**. Banco de la Republica. Centro de Estudios Económicos Regionales – CEER. No. 90. Cartagena – Colombia. 2007.

BRAH, A. **Diferença, diversidade, diferenciação**. Cadernos Pagu, v. 26, janeiro-junho, p.329-376, 2006.

BRAUN, V.; CLARKE, V. **Using thematic analysis in psychology**. Qualitative Research in Psychology. Philadelphia, v. 3, n. 2, p. 77-101. 2006.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

CAÏS, J. **Metodología del análisis comparativo**. Madrid. Centro de Investigaciones sociológicas. 1997.

CARNEIRO, S. **Mulheres em movimento**. Revista estudos avançados, v. 17, n. 49, p. 117-132, 2003.

_____. **Ennegrecer el feminismo**. Nouvelles Questions Femministes, v. 24, n. 2. p. 27-32. 2005. Número especial sobre feminismos disidentes en América latina y el Caribe.

CARNIERO, S.; CURI, C. **O Poder feminino no culto aos orixás**. Em: NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). *Guerreiras de natureza: mulher negra, religiosidade e ambiente*. São Paulo: Selo Negro. (Sankofa: matrizes africanas da cultura brasileira; 3). 2008.

CASTELLS, M. **La era de la información**. Economía, sociedad y cultura. Em: *El poder de la identidad*, Alianza, Vol. 2. Madrid. 1998.

CENTRO DE MEMORIA HISTÓRICA (Bogotá D. C.). **Bojayá. La guerra sin límites**. Ediciones Semana, Taurus. 2010

CHRISTOFFOLI, P; NOVAES, H. **A economia solidária e a autogestão no Brasil contemporâneo. Elementos à luz das teorias de Marx e da Colonialidade do Poder**. Em: *Solidaridad económica y potencialidades de transformación en América Latina. Una perspectiva descolonial*. Buenos Aires: CLACSO, octubre de 2012.

COLOMBIA. **Constitución de la República de Colombia 1991**. Bogotá D. C. Senado de la República, 1991.

COLLINS, P. **The social construction of Black feminism thought**. Signs, Boston, v. 14, n. 4, 1989. 745-773.

CORAGGIO, J. **América Latina: necesidad y posibilidades de otra economía**. Em: *Otra Economía*. Revista Latinoamericana de Economía Social y Solidaria. Volumen II, N. 2. 2008.

CRENSHAW, K. **Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color**. Stanford Law Review, Stanford, v. 43, n. 6, p. 1241-1299. 1991.

CURIEL, O. **Los Aportes de las Afrodescendientes a la teoría y la práctica feminista. Desuniversalizando el sujeto "Mujeres"**. Perfiles del Feminismo Iberoamericano, vol. III. Catálogos, Buenos Aires, 2007a.

_____. **Crítica poscolonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista**. Revista Nómadas, N. 26. Universidad Central. Bogotá, 2007b, pp. 92-101.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA (DANE). **Boletín Censo General 2005. Necesidades Básicas Insatisfechas**. 2005.

_____. **Colombia una nación multicultural. Su diversidad étnica**. Dirección de censos y demografía. Colombia. 2007.

_____. **Proyecciones de población**. 2015. Disponível em: http://www.dane.gov.co/files/investigaciones/poblacion/proyepobla06_20/Edades_Simples_1985-2020.xls

DEFENSORÍA DEL PUEBLO. **Diagnóstico, valoración y acciones de la Defensoría del Pueblo. Crisis Humanitaria en el Chocó**. Bogotá. 2014. 189 p.

ESCOBAR, G.; GOTtert, M. E. **A essência revolucionária em Abayomi: uma**

boneca negra de pano em movimento. Em: SOARES, A. L. R. (org). Anais do I Congresso Nacional Memória e Etnicidade, Casa Aberta Editora, Itajaí, 2010.

FERNANDES, F. **Classes sociais na América Latina.** Capitalismo Dependente e Classes Sociais em América Latina. Zahar Editores. Rio de Janeiro. 1975.

FERREIRA, B.; TONIOSSO, J. P. **O Mobral e a alfabetização de adultos: considerações históricas.** Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade, Bebedouro-SP, v. 2, n. 1, p.196-209, 2015.

FISCALIA GENERAL DE LA NACION. **Informes de gestión. 2013 2014.** Disponível em: <http://www.fiscalia.gov.co/colombia/gestion/estadisticas/>. Consulta 2 fevereiro 2016

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS - SEADE. **Os negros no mercado de trabalho da região metropolitana de São Paulo. Diferenças de inserção de negros e não negros no mercado de trabalho em 2014.** Pesquisa de Emprego e Desemprego. Novembro, 2015.

GALEANO, M. **Estrategias de Investigación Social Cualitativa.** Colombia. La Carrera Editores. 2004.

GIDDENS, A. **Modernidade e identidade.** Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: 2002. Editado por Jorge Zahar.

GUÉRIN, I. **Sociologia econômica e relações de gênero.** Em: SÃO PAULO. Prefeitura Municipal Coordenadoria Especial da Mulher Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas / Marli Emílio (org.), Marilane Teixeira (org.), Miriam Nobre (org.), Tatau Godinho (org.). - São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003. p. 71-88.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HIRATA, H. **Por quem os sinos dobram? Globalização e divisão sexual do trabalho.** Em: EMÍLIO, M.; TEIXEIRA, M.; NOBRE, M.; GODINHO, T. (orgs.). Prefeitura Municipal Coordenadoria Especial da Mulher Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas. Coordenadoria Especial da Mulher (São Paulo), 2003. p. 15-30.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico 2010. Resultados Gerais.** 2010.

_____. **Produto interno bruto dos municípios : 2010-2013.** IBGE, Coordenação de Contas Nacionais. Rio de Janeiro : Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95014.pdf>. Consultado: 3 Nov.2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA - IPEA. **Dinâmica demográfica da população negra brasileira.** 12 maio 2011. (Comunicados do Ipea, n. 91). Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/110512_comunicadoipea91.pdf

_____. **Situação social da população negra por estado.** Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. – Brasília: IPEA, 2014. 115 p.

INSTITUTO NACIONAL DE MEDICINA LEGAL Y CIENCIAS FORENSES. **Forensis. Datos para la vida.** 2014

JANNUZZI, P. **Redistribuição regional da população no interior paulista nos anos 80: em busca dos determinantes estruturais do fenômeno.** Textos NEPO (UNICAMP), Campinas, v. 1, n.34, p. 1-82, 1998.

JIMENO, M.; SOTOMAYOR, M. L.; VALDERRAMA, L. M. **Chocó: Diversidad Cultural y Medio Ambiente.** Bogotá. 1995

KERGOAT, D. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo.** Em: EMÍLIO, M.; TEIXEIRA, M.; NOBRE, M.; GODINHO, T. (orgs.). Prefeitura Municipal Coordenadoria Especial da Mulher Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas. Coordenadoria Especial da Mulher (São Paulo), 2003. p. 55-64.

LEGARDE, M. **Antropología, feminismo y política: violencia feminicida y derechos humanos de las mujeres.** En: Margaret Bullen y Carmen Diez Mintegui (Coords.) Retos Teóricos y Nuevas Prácticas. Madrid, España: Ankulegi Antropologia Elkarte. 2008. p. 209 -239). Disponível em: <http://www.euskomedia.org/PDFAnlt/antropologia/11/14/14209239.pdf>.

LEMAITREÎTRE, A. **Hacia una caracterización de la economía solidaria en Brasil.** Traducido por Madeleine Richer. Cayapa. vol.9, n.17, p. 9-29. 2009 Disponível em : http://www2.scielo.org.ve/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1317-57342009000100002&lng=es&nrm=iso.

LIMA, M; RIOS, F; FRANÇA, D. **Articulando gênero e raça: a participação das mulheres negras no mercado de trabalho (1995-2009).** Dossiê mulheres negras. 2013. p.53-80

LÓPEZ, D. **La relevancia de la reciprocidad como relación social primordial en las propuestas de solidaridad económica y de una sociedad alternativa: algunas reflexiones teóricas.** En: Solidaridad económica y potencialidades de transformación en América Latina. Una perspectiva descolonial. Buenos Aires: CLACSO. 2012.

LUGONES, M. **Colonialidad y Género.** Tabula Rasa n. 9, julio-diciembre, 2008. p. 74-101.

MAMANI, P. **Economía Otras. Ni capitalista ni socialista.** Em: Solidaridad económica y potencialidades de transformación en América Latina: una perspectiva descolonial. Org. MARAÑÓN PIMENTEL, B. 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires. CLACSO, 2012.

MARTINEZ C. **Políticas públicas para la economía solidaria en colombia; aproximacion a su analisis histórico.** IX Congreso Internacional Rulescoop - Respuesta de la Universidad a las necesidades de la economía social ante los desafíos del mercado. 2015.

MAZZINI M [et al.] **Dossiê mulheres negras. Retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. Brasília. IPEA, 2013

MIGNOLO, W. **Historias Locales / Diseños Globales: Colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo**. Ediciones Akal, Madrid. 2003.

_____. **Os esplendores e as misérias da ciência: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistêmica**. Em: SANTOS, B. de S. (Org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado*. São Paulo: Cortez, 2006. p. 667-771

_____. **La idea de América Latina. La herida colonial y la opción decolonial**. Traducido por Silvia Jawerbaum y Julieta Barba (Iván Carrasco M.) Barcelona: Editorial Gedisa S.A. 2007. p. 241.

MINISTERIO DAS CIDADES. **Déficit Habitacional Municipal no Brasil – 2010**. Belo Horizonte. 2013.

MORRISON, T. **Ojos Azules**. Versão em espanhol. Editorial Debolsillo.1970.

MURILLO GÓMEZ, P. A.; ATEHORTÚA, L. **Cultivos celulares de Choibá *Dipteryx oleifera* Benth.** Revista Colombiana de Biotecnología. v.15, n. 2, jul./dic. 2013. Disponible en: <http://dx.doi.org/10.15446/rev.colomb.biote.v15n2.36862>

NEIMAN, G.; QUARANTA, G. **Los estudios de caso en la investigación sociológica**. Estrategias de investigación cualitativa. Biblioteca de educación. Herramientas universitarias. Editorial Gedisa. 2006. p. 213-234.

NOBRE, M. **Economía solidaria y economía feminista: elementos para una agenda**. Em: *Las mujeres en la construcción de la economía solidaria y la agroecología. Textos para la acción feminista*. Sempreviva Organização Feminista. 2015.

ONU. **Declaração Universal Dos Direitos Humanos – DUDH**. 1948.

PROFAMIA. **Encuesta Nacional de Demografía y Salud (ENDS)**. 2010.

QUIJANO, A. **Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina**. En: Edgardo Lander (ed.), *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*, Caracas, IESALC - Instituto Internacional para la Educación Superior en América Latina y el Caribe Sociales, pp. 201-246. 2000.

_____. **Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina**. Dossiê América Latina. Estudos Avançados, São Paulo, v. 19, p. 55. 2005.

_____. **Colonialidad el Poder y Clasificación Social**. En: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (Eds.) *El Giro Decolonial: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Pontificia Universidad Javeriana / Siglo del Hombre Editores, Bogotá. 2007. p. 93-126.

RAZETO, L. **Economía de solidaridad y mercado democrático**. Santiago de

Chile: PET. 1984

_____. **Economía popular de solidaridad. Santiago de Chile.** PET. 1990

_____. **La economía de solidaridad. Concepto, realidad y proyecto.** En Coraggio, J. L. (org.) *La economía social desde la periferia. Contribuciones latinoamericanas* (Buenos Aires: Universidad Nacional de General Sarmiento / Altamira). 2007

SÁNCHEZ, G. **Prólogo. Bojayá: la guerra sin límites.** En: *Memoria Histórica. Bojayá. La guerra sin límites.* Bogotá: Ediciones Semana, Taurus. (2010). p. 13-23

SANTOS, B. **Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes.** *Revista Crítica de Ciências Sociais.* N. 78. 2007.

SCOTT, Joan. **El género: una categoría útil para el análisis histórico.** En: LAMAS, M. (comp.) *El género: la construcción cultural de la diferencia sexual.* México: PUEG, 1996.

SCOTT, James. **Exploração normal, resistência normal.** Em: *Dossiê: Dominação e contra poder.* *Revista Brasileira Ciências Políticas.* no.5. Brasília. 2011.

SILVEIRA, R. S.; NARDI, H. C.; SPINDLER, G. **Articulações entre gênero e raça/cor em situações de violência de gênero.** *Psicologia & Sociedade*, v. 26 n. 2, p. 323- 334. 2014

SINGER, P. **Introdução à economia solidaria.** São Pablo: Fundação Perseu Abramo. 2002.

_____. **Economía Solidaria, un modo de producción y distribución.** En: CORAGGIO, J. L. (org.) *La economía social desde la periferia. Contribuciones latinoamericanas* (Buenos Aires: Universidad Nacional de General Sarmiento / Altamira). 2007.

STOLCKE, V. **Es el sexo para el género lo que la raza para la etnicidad y la naturaleza para la sociedad?.** *Política y Cultura*, v. 14, p. 26-60. 2000.

UNICEF. **La Infancia, el agua y el saneamiento básico en los planes de desarrollo departamentales y municipales.** 2008

UNIDAD PARA LA ATENCIÓN Y REPARACIÓN INTEGRAL A LAS VÍCTIMAS. **Informe nacional de desplazamiento forzado en Colombia 1985 a 2012.** Gobierno de Colombia. Junio. 2013.

WADE, P. **Raza y etnicidad en Latinoamerica. Estudios críticos sobre América Latina.** Ediciones ABYA-YALA. Ecuador. p.167. 2000.

_____. **Población negra y la cuestión identitaria en América Latina.** University of Manchester, UK. *Universitas Humanística* No.65. Enero-junio. 2008.

_____. **Racismo, democracia racial, mestizaje y relaciones de sexo/género.** Bogotá. Colombia, n.18, p. 45-74, 2013.

WALLERSTEIN, I. **El moderno Sistema mundial. La agricultura capitalista y los orígenes de la economía-mundo europea en el siglo XVI.** Madrid. Siglo XXI Editores. 1979.

_____. **Análisis de sistemas-mundo. Una introducción.** Madrid. Siglo XXI Editores. 2006.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência: Os Jovens do Brasil.** FLACSO Brasília. 2014. Disponível em www.juventude.gov.br/juventudeviva. Consultado em: 3 Abr. 2016.

_____. **Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil.** FLACSO Brasília. 2015. Disponível em www.mapadaviolencia.org.br. Consultado em: 3 Abr. 2016.